



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
D I Á R I O
DA ASSEMBLEIA REGIONAL

Presidente: Deputado Henrique Oliveira Rodrigues, assumindo depois a Presidência o Deputado Reis Leite.

Secretários: Deputados Jorge Cabral e Manuel Goulart.

S U M Á R I O

Os trabalhos iniciaram-se às 10,00 horas.

No **Perfodo da Ordem do Dia** deu-se continuidade à **apreciação do Programa do IV Governo Regional dos Açores**, tendo usado da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Carlos Mendonça (PS), Rui Melo (PSD), Martins Goulart (PS), Madruga da Costa (PSD), Regina Cunha (PSD), Paulo Valadão (PCP), Dionísio Sousa (PS), Duarte Pires (PS), António Gomes (PS), José Carlos Simas (PSD), Fernando Fonte (PS), António Silveira (PSD), Alvarino Pinheiro (CDS), António Cordeiro (PS), António Varão (PSD), Carlos Pinto (PS), Luís Filipe Cabral (PS), Victor Cruz (PSD), António Gaspar Silva (PSD), Albano Pimentel (PS), Rui Meireles (CDS), Artur Martins (PSD), Ricardo Barros (PS) e Melo Alves (PSD), bem como os Srs. Secretários Regionais da Administração Interna, Costa Neves, da Juventude e Recursos Humanos, Manuel Arruda, da Saúde e Segurança Social, António Menezes, do Turismo e Ambiente, Eugénio Leal, e os Srs. Subsecretários Regionais da Cooperação Externa, Rolando Lalanda Furtado, e da Comunicação Social, Joaquim Machado.

Os trabalhos terminaram às 19,55 horas.

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Presidente pediu-me para iniciar os trabalhos, devido a estar incomodado de saúde.

Peço a atenção dos Srs. Deputados para a chamada.

(Eram 10,00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD - Adelaide Teles, Alvaro Pacheco, António Gaspar Silva, António Varão, Artur Martins, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, José da Terra, Francisco

José Silva, Henrique Oliveira Rodrigues, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Madruga da Costa, Manuel Valadão, Tomaz Duarte, Melo Alves, Regina Cunha, Renato Moura, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; PS - Albano Pimentel, António Cordeiro, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Victor Ramos, Carlos Mendonça, Dionísio Sousa, Duarte Pires, Fernando Fonte, Hélio Pombo, João de Sousa Braga, José Gabriel Lopes, Luís Filipe Cabral, Manuel Carvão Júnior, Manuel Goulart, Manuel

Serpa, Martins Goulart, Carlos Pinto, Renato Leal, Ricardo Barros, Rogério Serpa; CDS - Rui Meireles; PCP - Paulo Valadão).

Presidente: Estão presentes 41 Deputados. Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início ao **Período da Ordem do Dia**.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Ao ocupar pela primeira vez esta tribuna na IV Legislatura do Parlamento Açoriano, as minhas primeiras palavras são de saudação para todos os legítimos representantes do Povo desta Região bem como para com todos os membros do Executivo Regional, presentes neste fórum, local privilegiado, por excelência, para o debate, democrático, de ideias e para a resolução dos problemas de toda a nossa comunidade, comunidade que no seu sentido lato extravasa os limites territoriais das nossas Ilhas e se projecta no mundo.

Continuo, ainda, a ocupar nesta Casa, desta feita, uma grande bancada da oposição democrática. Será nesse contexto que ao longo dos próximos quatro anos terão que me ouvir, na certeza de que em democracia é tão importante a maioria quanto a oposição, sobretudo quando esta trabalha na convicção de que governar não é arte da certeza e da infalibilidade e na expectativa de que as suas opiniões devem ser, no mínimo, ouvidas e nunca **chacoteadas**, tal como, infelizmente, a maioria das vezes ocorreu no passado recente.

Deputado Rui Melo (PSD): E vai continuar!

O Orador: É um bom princípio, Sr. Deputado!

Ser-se humilde não é sinónimo de submissão ou falta de crédito. Ser-se humilde é, fundamentalmente, saber compreender e ouvir todos aqueles que nos rodeiam.

Não é este o momento para a declaração política que pretendia fazer mas que por razões estritamente de obrigações parlamentares não tive oportunidade de efectuar quando da Sessão de Novembro. Lembro tão só, antes de entrar no âmbito do que aqui me trouxe, que se após 9 de Outubro nem tudo mudou, muito é diferente! Saiba esta maioria de hoje e este Governo interpretar essa diferença que nós saberemos respeitá-la.

Não pretendo iniciar a minha primeira intervenção desta tribuna com um aviso, mas garanto-vos que, não sendo também um pedido, é, isso sim, um alerta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Ao abrigo do disposto nos artigos 32º e 45º do Estatuto Político-Administrativo desta Região encontra-se esta Assembleia a discutir o Programa

do IV Governo Regional, desta feita para o quadriénio 1988/1992.

Debate político, por excelência, e, estou de acordo, uma vez aprovado, estamos perante a investidura parlamentar do Executivo, a quem compete gerir, mas atenção, dentro dos limites das suas competências, os destinos do Povo dos Açores, enquanto para tal estiver legitimado por nós.

Considero serem estes debates aqueles que mais carga política devem possuir, já que quer na acção quer na omissão, é do que aqui ficar aprovado que devem resultar as linhas de orientação política do Governo.

Por razões óbvias e que não são, nem de perto nem de longe, estritamente de diferença ideológico/partidária que separa o PS do PSD, jamais darei o meu voto favorável a este programa de governo.

É a todos os títulos impossível dissecar todos os meus pontos de discordância com o documento em debate, no contexto das limitações regimentais e de tempo de que dispomos. Contudo temos 22 vezes que se farão ouvir nesta sala e que desenvolverão o que em síntese acabo de referir.

Coube-me, uma vez mais, discutir, no contexto do Programa do IV Governo Regional, o sector da Administração Pública. Peço-vos uma particular atenção para a terminologia que uso nesta intervenção pela primeira vez "Administração Pública" e não "Administração Interna" tal como já está aprovado pela maioria do PSD desta Assembleia, já que o fiz intencionalmente, pois é o próprio Programa do Governo que consagra tal título em todo o seu nº 4 das Políticas Sectoriais. Nesse entendimento, lamento não ter tido oportunidade de participar na discussão da orgânica do Governo, pois era esse o momento apropriado para fundamentar a minha discordância terminológica.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, Pública ou Interna pouco importa, o que nos interessa é que tenhamos uma boa "Administração" e, muito sinceramente, não é com aquilo que este programa nos oferece que podemos acreditar nessa perspectiva.

Sou acérrimo defensor de que quantidade não é sinónimo de qualidade mas, por favor, isto é demais!

Então quem me explica que para a primeira Secretaria na hierarquia deste Governo, tal como foi apregoado aos quatro ventos em tudo quanto foi notícia, escrita, ouvida ou vista, no conjunto de um documento com 143 páginas se dedique "stricto sensu", 3 páginas e 3 linhas àquilo que se pretende que seja a suma potência das potências da impotência que é este Governo?

(Risos e vozes de protesto do PSD e do Governo)

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Isso é do lacinho!

(Risos do PSD e do Governo)

Deputado Dionísio Sousa (PS): O Governo é impotente!...Não perceberam!

O Orador: Aguardo serenamente a explicação que o seu responsável se digne prestar-me.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A este Governo falta muita coisa, mas falta, em primeira instância, coragem de chamar as coisas pelos seus nomes! O que é o mesmo que dizer-se honestidade para com o Povo dos Açores! E isto tem que ser dito, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo!

Deputado António Cordeiro (PS): Apoiado!

O Orador: A intervenção que proferi desta tribuna em 11 de Novembro de 1984 (vide Diário das Sessões nº 5, pág. 11 a 15) poderia agora ser reproduzida que tinha integral cabimento, mas não o farei porque, felizmente, nesta matéria tenho o que o Presidente do Governo e o seu Delfim nº 1 da Ilha Terceira não tiveram, que é capacidade para inovar.

Chamando, agora sim, as coisas pelos seus nomes, vou procurar desmistificar em poucas palavras a razão da graduação hierárquica (1º grau) da Secretaria Regional da Administração Interna. Penso que isto interessa a todos o Açorianos, mas particularmente aos Terceirenses, ilhéus que já vos responderam nas urnas com a verdade da razão.

Deputado António Cordeiro (PS): Muito bem!

Deputado António Silveira (PSD): Muito mal!

O Orador: É verdade, a Secretaria da Administração Interna é a primeira na respectiva hierarquia porque ocupa o melhor Palácio dos Açores (o dos Capitães Gerais);

É também verdade que é a primeira na hierarquia das Secretarias Regionais, já que sendo S. Miguel a sede do Grande Chefe; sendo a Ilha Terceira a 2ª Ilha dos Açores e a priméria em termos de factos históricos e culturais, era imperioso dar-lhe algo de primeira grandeza para calar os seus habitantes, mas felizmente a maioria dos Terceirenses já não vai em "grandezas aparentes".

Deputado António Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: E para finalizarmos a nossa concordância com tal graduação de "Secretarias" dizemos tão só que teria também que ser a primeira para iludir os terceirenses e acalmar as hostes do PSD da Ilha Terceira, pois era imprescindível colocar o Delfim do Chefe, que é da Terceira e vive na Terceira, em primeiro plano naquela ilha, e isto já que a ideia das Vice-Presidências não conseguiu sair à luz do dia.

(Vozes de protesto do PSD)

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Isto é o Pro-

grama do Governo e isso são questões partidárias! O Sr. Deputado confunde essas coisas todas!

O Orador: Sr. Deputado, eu vou responder-lhe à letra!...

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Isso é ridículo!

Deputado Dionísio Sousa (PS): Suba à tribuna!

Deputado Albano Pimentel (PS): Cala a boca!

Presidente: Peço aos Srs. Deputados que se acalmem.

O Sr. Deputado faça o favor de continuar.

O Orador: Eu vou ter que dizer uma coisa que não gostaria, porque sou uma pessoa educada: gostaria de ver o Sr. Deputado ter coragem para vir a esta tribuna proferir uma intervenção! O Sr. Deputado não tem coragem nem capacidade para isso!

(Aplausos e vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

(Vozes do protesto do PSD)

Presidente: Peço ao Sr. Deputado o favor de continuar a sua intervenção.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Mais importante do que a ordem de grandeza com que as coisas se apresentam, vamos aos factos.

O Programa refere a páginas 54 o seguinte:

"Durante este mandato, tem de ser dado o salto qualitativo para uma Administração moderna, ágil e desburocratizada.

Esta tem de ser outra das metas prioritárias: desburocratizar!

O Governo tem consciência de que não se trata de tarefa fácil. Mas a social-democracia exige que a Administração esteja ao serviço dos cidadãos e não de si própria, da sua auto-justificação e sustentação, do poder de quem está por dentro dela."

Por seu turno o Programa do III Governo Regional dizia a pág. 39 e 40:

"O projecto político de desenvolvimento cultural, social e económico dos Açores, tal como o Governo o concebe, visa a adopção de um novo modelo de desenvolvimento, com a participação solidária de todos os cidadãos, e o lançamento de uma profunda reforma da administração pública, nova nos seus métodos e reformulada nos seus objectivos.

Entende o Governo que a simplificação, a modernização e a desburocratização do aparelho administrativo constituem uma tarefa primordial (aqui já não é prioritária, como a actual) e permitirá atingir os seguintes objectivos:", que não interessa perdermos tempo com eles.

Colocando em paralelo o conteúdo destes dois

documentos pergunta-se:

1º O que é novo no Programa para 1988/1992!

2º O que se atingiu com os objectivos propostos para 84/88?

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):
Muita coisa!

O Orador: 3º Em que consiste hoje, tão só na sempre apregoada mas nunca atingida e tão necessária - estamos de acordo, Sr. Sécetário - "desburocratização", os princípios que visam a prossecução dos objectivos pretendidos?

Espero que o Sr. Secretário Regional da tutela me esclareça a estas simples questões, mas que na prática, e aí penso que estaremos de acordo, são fundamentais para a "res publica".

Mas continuando a descer nos factos deparamos com um programa de governo que, num sector vital para a articulação geral da actividade do Executivo e das próprias autarquias não nos dá uma única palavra sobre a fiscalização "stricto sensu", ao contrário (diga-se em abono da verdade, Sr. Secretário António Menezes) do que previa o programa do anterior governo que, pelo menos, o considerava como medida para obter os grandes objectivos no campo da administração pública (vide pág. 40 do Programa do III Governo Regional).

É questão para perguntarmos: Mas tudo vai bem neste reino?

É grave, penso mesmo que muito grave, apresentar-se um documento desta natureza com tal omissão. Tenho, por formação académica, a noção de que um autêntico e real serviço de fiscalização a nível de um executivo é não só imprescindível como deve actuar continuamente e, sobretudo, com carácter informativo e educativo e, quando necessário, com a função específica que a sua natureza exige.

Concluo pois que nesta matéria este Governo não tem preocupações. Deixo aqui mais um alerta. Errar é próprio do Homem e mais vale uma actuação preventiva contínua do que uma actuação isolada e punitiva.

Congratulo-me, Sr. Secretário da Administração Interna, com a sua preocupação expressa a pág. 53, que refere o seguinte: "O uso de viaturas e outros bens públicos deve ser objecto de regulação devidamente divulgado, a fim de que seja o próprio público o primeiro fiscal de eventuais abusos, reprimir de forma exemplar, pelos meios disciplinares adequados."

Porque V. Exa. não era o responsável pelo sector em 1984 aproveite para lhe ler o que disse nesse momento a tal respeito:

"O conceito de despesas públicas - é extremamente lato, mas não quero entrar em discussões conceituais, por isso vou tão somente abordar um caso específico, neste contexto de "despesas públicas".

Estará este Governo habilitado a informar o Plenário desta Assembleia, qual o número exacto ou aproximado (pode ser por defeito) de viaturas ligeiras que constitui o parque automóvel de todos, **mas todos**, os serviços regionais?

Tem este Governo Regional consciência do uso indevido que é feito dos mesmos?

Entende este Governo que neste campo é ou não de inverter, como forma de procurar atingir a tão desejada contenção de despesas públicas, a sua actuação?

Que formas pensa este Governo utilizar para um efectivo controle que todos nós temos consciência não existir neste sector?

Estas palavras foram ditas em 1984.

V. Exa., Sr. Secretário Regional da Administração Interna, deixa transparecer (e muito bem) que a situação destes 4 anos foi ainda mais grave do que a anterior, que nada foi feito. Então, hoje pergunto:

- Quatro anos são volvidos sobre a data em que proferi nesta sala as palavras que acabei de ler do Diário das Sessões. O que foi feito neste espaço de tempo para correcção das anomalias nesta matéria que expressamente V. Exa. deixa perceber que persistem?

Posso dizer-lhe, Sr. Secretário Regional, que é um escândalo - e o Povo dos Açores sabe que é um escândalo - o que se passa com as viaturas oficiais de todos os sectores!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Sobretudo as que são usadas pelo Partido Socialista!

(Risos do PSD e Governo)

O Orador: Refere-se à boleia que me deu ontem, no espaço de 50 metros?!

(Risos do PS)

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Não! Refiro-me aos funcionários!

O Orador: Aos funcionários?!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Exactamente!

O Orador: Ah! E vocês consentem-nos!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Nós vamos tratar disso! Vamos acabar com tudo isso!

(Risos e apartes imperceptíveis do PSD e Governo)

O Orador: Posso continuar?

Presidente: Srs. Deputados, peço serenidade. O tempo conta e o Sr. Deputado vai continuar a sua intervenção.

Deputado Rui Melo (PSD): O tempo está a contar, Sr. Presidente!

O Orador: Oh Sr. Deputado, o Sr. ainda é muito debutante para dar ordens cá dentro!

(Aplausos e vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

Deputado Rui Melo (PSD): Somos todos iguais!

O Orador: Tenha calma! Olhe que se pode "estender" de uma vez! Garanto-lhe que o "terreno" é escorregadio!...

Deputado Rui Melo (PSD): Não tenho medo!

O Orador: ...e você está a entrar mal!

Deputado Rui Melo (PSD): Pode é ficar ao colo!

O Orador: Calma!...

Presidente: Srs. Deputados, peço serenidade.

O Orador: Dizia que é um escândalo - e penso que estamos de acordo - e o que é preciso é punir, de qualquer que seja o quadrante!...Seja do PC, do CDS ou do PSD, estas coisas são de punir!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Todos sabemos que isto é um escândalo! É ver-se os carros oficiais, pretos, vermelhos, brancos, azuis, não interessa a cor, a caçar, a passear, a levar os meninos ao colégio, a ir fazer compras, ao Piex, à praia! Isto é a realidade nua e crua dos factos! Isto tem que acabar! ...Não pode continuar, Sr. Deputado!

(Aplausos e vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Haja moralidade Srs. Membros do Governo, mas comecemos por cima.

O ponto que acabo de debater comprova que é fácil mandar ideias para o papel, mas depois, falta a coragem, a frontalidade, a capacidade política para as fazer cumprir. É isto que tem faltado a este Governo, ou que se soube, porque este ainda não o demonstrou, mas pela imagem é fácil de se tirar a conclusão!

Todos os Governos que até hoje passaram por esta Assembleia marcaram pontos pela omissão, no que se prende com a Administração Pública Regional. Todos! O meu voto, Sr. Secretário da Administração Interna (e V. Exa. conhece-me!), é que V. Exa. consiga inverter, para bem dos Açores e da Administração Pública Regional, o decorrer dos acontecimentos - isso é que é necessário!

Não vejo, nem de perto nem de longe, neste Programa de Governo e neste importantíssimo sector propostas medidas susceptíveis de corrigir as graves anomalias dos serviços públicos regionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A administração pública conseguirá ser tanto mais eficiente quanto melhor for a preparação do seu tecido humano. É pois tarefa fundamental

a realização periódica de cursos de formação e reciclagem dos trabalhadores, já que, só com a aplicação de novos métodos e técnicas de gestão, se pode contribuir para o melhor aproveitamento dos respectivos recursos e simultaneamente uma significativa melhoria dos resultados dos serviços.

A modernização dos serviços terá que ser encaçada no contexto das novas técnicas de gestão as quais virão contribuir para a redução de efectivos e, conseqüentemente, para economia orçamental!

Só a via da dignificação da função pública regional permitirá, em sintonia com as formas e ritmos adequados de reforma do aparelho administrativo, fazer com que aqueles que nela trabalham participem, ao lado das populações, na transformação profunda da vida regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O pleno desenvolvimento da autonomia regional passa sobretudo pela solidez e eficácia da sua administração pública.

Acredito mais nos Homens do que na matéria. Nesse pressuposto a matéria que me é fornecida para análise e discussão vale pouco.

É com base nessa mesma matéria que irei votar o Programa deste Governo.

Em circunstância alguma lhe poderei dar uma nota positiva. Chumbo-o, mas repito, acredito nos Homens.

Que as hierarquias não subam à cabeça daqueles que têm a obrigação de nos dirigir;

Que saibam compreender que governar é servir;

Que vejam a floresta na sua globalidade e que não se prendam às árvores.

Em suma, que este Governo, no seu conjunto, pense que os Açores são uma terra para todos e não uma coutada para alguns, é o voto final que aqui deixo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos e vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?

Deputado Rui Melo (PSD): É para um esclarecimento, Sr. Presidente.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Bem precisa!

Deputado Rui Melo (PSD): É provável!

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os Srs. Deputados do Partido Socialista referem-se várias vezes, nesta Casa, aos Delfins. Vivem obsecados por essa questão dos Delfins e ainda não perceberam porquê! Eu sei porquê, Sr. Deputado: é porque os Srs. Deputados olham para dentro do seu partido e não encontram nenhum "Delfim"!

(Risos do PS)

Deputado Manuel Serpa (PS): Não precisa!

O Orador: Sabem porquê? - Só há delfins quando existe liderança! Os Srs. Deputados não têm líder,

como é que hão-de ter delfins?!

(Vozes do PS: Ah!!!)

O Orador: E mais, Sr. Deputado: - Todos os Deputados têm um líder teórico. O líder é um indivíduo que actua, que intervém, que participa. O líder teórico do Partido Socialista actua na posição de múmia e, como tal, não pode de maneira nenhuma actuar!

Deputado Manuel Serpa (PS): É o que devia fazer!

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Administração Interna pede a palavra para?

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Era para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não será propriamente para dar um esclarecimento: é para remeter o esclarecimento para a minha intervenção, que deve ser a muito breve prazo e a que pediria depois a atenção do Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, eu não queria ser desagradável para V. Exa., que pela primeira vez e com tanta dignidade assume os serviços deste plenário, mas peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Deputado Rui Melo pediu a palavra para dar um esclarecimento. O Regimento é muito claro nesta matéria: "os esclarecimentos devem ser claros, concisos e objectivos". O Sr. Deputado Rui Melo não foi claro, conciso e objectivo!

Eu não vou usar termos que não gosto, mas pedia a V. Exa. o mínimo de rigor regimental.

Não sinto necessidade de responder ao Sr. Deputado Rui Melo, porque de facto o que o Sr. Deputado Rui Melo fez foi usar de um pouco de falta de ética política nesta Casa, que é muito recomendável!

Deputado António Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: Penso que o meu camarada Martins Goulart (não penso pela cabeça dele, porque ele não precisa que ninguém pense pela sua cabeça!) irá usar da palavra no contexto da infeliz, anti-regimental, inoportuna e pouco desejada no futuro, intervenção do Sr. Deputado, que parece querer demonstrar a esta Casa que vai longe. Calma! Há tempo para percorrer quatro anos. Não tenhamos pressa! Todos chegaremos ao fim!

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart pede a palavra para?

Deputado Martins Goulart (PS): É para intervir, Sr. Presidente, ao abrigo do artigo 92º do Regimento.

Presidente: Tem a a palavra para o efeito.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de fazer a primeira intervenção nesta Casa, depois de me ter sido recusada a palavra ontem para contrapor às falsidades do Sr. Presidente do Governo Regional um discurso político que acertava algumas das questões que foram agora, de uma forma perfeitamente absurda, colocadas por um Deputado que não sabe sequer o que é ser-se Deputado nesta Casa!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, quero dizer que tive ocasião de demonstrar perante o Povo dos Açores que o Partido Socialista tem líder, vencendo um debate parlamentar com o Sr. Dr. Mota Amaral!

(Aplausos e vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

(Risos do PSD)

O Orador: Mais: - Desafio aqui o Dr. Mota Amaral ao seguinte:

- Na pré-campanha de 1992, ele que me faça o favor de aceitar o convite de se colocar na posição de fazermos outro debate, porque isso bastará para ganharmos as próximas eleições!

(Risos do PSD)

(Aplausos do PS)

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Vou aceitar!... em 92 e 96!

(Risos do PSD e Governo)

O Orador: Então pode ter a certeza que em 96 lhe darei a oportunidade de ser vencido novamente!

(Aplausos e vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

Vozes do PSD: Calma! Calma!

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?

Deputado Rui Melo (PSD): É para um contraprotesto, Sr. Presidente.

Deputado Martins Goulart (PS): Eu não protestei!

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, é para explicações, se fazofavor.

Deputado António Cordeiro (PS): Explicações para quê?!

Deputado Rui Melo (PSD): Eu não sei qual é a página, Sr. Deputado!

Presidente: Peço serenidade. A Mesa está atenta. Não há razão para contraprotesto.

Deputado Rui Melo (PSD): É para explicações, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tal como pensava, o Sr. Deputado Martins Gou-

lart não está ao nível do líder do Partido Social Democrata! Não tem sensibilidade política para se manter calmo, sereno, para liderar e para corresponder às populações dos Açores! É preciso calma, cabeça fria, Sr. Deputado! O Sr. Deputado não demonstrou isso e, além de não o ter demonstrado, também ficou claro que não conhece o Regimento, como provou ontem!

(Vozes do protesto do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, eu invoco o artigo 92º, porque acho que esta Assembleia não pode continuar a ser dignificada por um "palhaço"!

(Aplausos e vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

O Orador: Mais: - Se é o "palhaço" de serviço do Dr. Mota Amaral, que se assumo como tal!

Em segundo lugar, um parlamento é um lugar vivo, e eu tenho assistido, aqui nesta Sala, a intervenções do Dr. Mota Amaral jocosas, de qualquer parlamentar, que, sabendo qual é a função parlamentar, dão vida a um processo que naturalmente é de debate aberto e, para uma pessoa que não sabe o que é um parlamento, naturalmente que não pode conhecer.

Devo precisar aqui que ontem não reclamei a recusa da palavra porque não quis criar um facto político.

Hoje, aguardei a chegada do Sr. Presidente, Reis Leite, para interpelar a Mesa. Não o fiz porque considero que não é com o actual Vice-Presidente em exercício do lugar de Presidência que deveria pedir o esclarecimento.

A palavra foi-me recusada sem fundamento. Não houve nenhuma precisão regimental para me retirar a palavra.

Eu tenho - e tinha ontem - o direito de protestar; tem o Deputado em qualquer altura, tal como tem para pedir explicações, tal como o terá sempre para defender a sua honra e dignidade. É o mesmo conceito geral que está aplicado.

De maneira que eu não admito, uma vez mais, que se brinque com a instituição parlamentar, utilizando-me para que essa situação fique uma vez mais posta em causa.

Eu tenho a minha honra e dignidade e não preciso dar provas a ninguém do PSD: dei-as ao Povo dos Açores e o Povo dos Açores sabe que pode confiar no Partido Socialista; sabe que nesta oposição terá a defesa dos seus interesses e sabe que daí só ouvirá lamentações daqueles que nem sequer ainda viram qual foi o resultado de 9 de Outubro, a sua consequência imediata e o que vai acontecer durante os próximos 4 anos!

(Aplausos e vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: O Sr. Deputado Madruga da Costa pede a palavra para?

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, desejava usar da palavra para apresentar um protesto.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Creio que qualquer debate político e, sobretudo, parlamentar se não for vivo e se não for de alguma forma avivado perderá o seu interesse e, de alguma forma, dará da instituição parlamentar uma imagem que não lhe corresponde. Todavia, penso que uma coisa é a vivacidade do debate e outra coisa é, talvez, uma certa mortificação mútua, com epítetos que me parece que não dignificam ninguém, qualquer que seja a bancada que os utilize.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Penso que, nesta circunstância, não é acusando uns, para nos dirirmos daquilo que nos chamam, que chegaremos a alguma parte.

Foi ontem afirmado por várias vezes - e há-de sê-lo ao longo destes dias - que o Partido Social Democrata também faz a sua leitura do acto eleitoral do dia 9 de Outubro.

Que não se precipitem os Srs. Deputados da oposição, porque a leitura que nós fazemos é aquela que entendemos fazer.

Não queremos dar lições sobre o modo como o Partido Socialista deverá ler os resultados eleitorais, mas também pedimos que nos deixem que nós próprios façamos essa leitura.

Nos próximos 4 anos o Povo dos Açores, que mais uma vez confiou no Partido Social Democrata e que lhe deu a maioria nesta Câmara, há-de reconhecer que o Partido Social Democrata, com humildade democrática, soube fazer a leitura correcta dos resultados decorrentes de 9 de Outubro.

Gostaria de deixar esta forma de protesto - não tenho outra para usar neste momento - para que também nos convencessemos (e nos ajudássemos) de que a dignificação desta Casa passa por não puxar galões. Todos temos debutantes, Srs. Deputados, uns mais do que outros. Todos vimos aqui esforçada e honestamente dar o melhor que sabemos, o melhor que podemos, alguns com grande sacrifício, alguns violentando-se para subir àquela tribuna. Alguns, na modéstia do seu saber, dão lições de grandeza política a alguns que trazem pergaminhos destas e doutras Assembleias.

A democracia é a lição de todos os dias. A democracia é a aprendizagem que estamos ainda a fazer!

É neste pressuposto que a bancada do meu partido se há-de colocar, pese embora as circunstâncias que decorrem da vivacidade do debate político poder, uma vez ou outra, aquecer mais os ânimos, trazer mais viveza ao debate, mas creio que devamos abster-nos em todas as circunstâncias de nos mortificarmos com epítetos ou com o que quer que seja que de alguma forma manifeste menosprezo por quem nesta Casa procura trabalhar honradamen-

te.

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD, CDS e Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Regina Cunha.

Deputada Regina Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não será demais afirmar, neste debate sobre o Programa do Governo, que o processo Autonomico da nossa Região tem sido uma constante, para uma maior personalidade do povo açoriano.

- "Há diferença!" - é a expressão correcta no âmbito do **ontem** que fomos e do **hoje** que somos, até mesmo para vincar com orgulho a nossa origem de ilhéus!

Portanto, é obrigação desta Assembleia participar e favorecer esta caminhada, para uns Açores cada vez mais identificados com o progresso para todos.

Temos à discussão o Programa do IV Governo Regional. Analizando-o ser-nos-ia dado o poder de decisão que levará toda esta Câmara a um critério judicioso.

É que a contínua preparação do futuro dos Açores é uma responsabilidade exigida não só ao Governo como a todos nós, deputados aqui presentes e exigir um trabalho mais perfeito, é correcto e um direito desta Assembleia.

Mas, para dar acção a esse futuro, devemos olhar para essa caminhada de 12 anos e para o testemunho do que já se criou e se fez neste arquipélago. Isso dar-nos-á a razão para continuarmos - e anular qualquer testemunho da verdade é sempre difícil!

O Programa é realista nos seus objectivos e o seu vector de acção "Avançar na Esperança" é um desafio, um grande desafio, devo afirmá-lo, numa época de mudanças como esta.

Deputado Rui Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: A prioridade à Educação é uma proposta certa, uma vez que é a educação a base de um todo que é o destino duma Região e, consequentemente, ponto de partida para as demais políticas sectoriais. É preciso, de facto, avançar mais e mais, com um olhar muito especial às ilhas consideradas menores pela densidade e mais agravadas pela insularidade, criando as alternativas de fixação de docentes. E sei que o Governo não deixará de dar a resposta adequada a tal, uma vez que vários passos concretos já foram dados.

E este Programa ao optar pela prioridade da Educação estará favorecendo também uma solução para a política do trabalho, da cultura, da qualidade de vida e assim da realização e dignidade pessoal, pelo emprego consequente, a fim de fixar os açorianos à terra que é a sua - com respeito à Agricopecuária - preocupação e vocação dominante

da ilha que represento em particular, o Governo tem diversas opções exigidas pelo impacto que terá o futuro dessa área, ao enquadrar-lhe o ensino profissional agrícola e tendo em atenção todos aqueles incentivos que virão proporcionar a evolução cuidada e favorável dos rendimentos dos agricultores, atenuando a incógnita que é para muitos uma integração europeia e uma época de mudança.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

- Congratulo-me, agradavelmente, devo dizê-lo, pelo Governo, no Sector da Administração Pública, decidir anular os abusos existentes no funcionalismo. É uma boa política motivar os bons e autênticos funcionários e exigir que o público seja servido com a "cortezia, eficiência e rapidez" a que tem direito, pois é nas pequenas coisas, meus senhores, que estão as grandes e o povo açoriano tem sido várias vezes penalizado pela ausência dessa tríplice exigência aos funcionários. É que uma Administração Pública prestigiada é uma região personalizada.

- A desburocratização é outro factor realista do bom caminho das medidas tomadas e que muito virá facilitar a vida do dia a dia daqueles que não têm tempo para perder tempo e em especial os das ilhas que têm menor resposta em transportes internos e poder económico.

- Quanto à Juventude, e para terminar, destaco o que está programado na Área Social relativo à preocupação de adoptar sistemas de prevenção e dissuasão que venham ao encontro dos comportamentos associativos e marginais. É um passo importantíssimo, devo salientá-lo, numa sociedade cada vez mais agredida pelos malabarismos ocultos de indivíduos sem escrúpulos.

E defender os jovens indefesos pela idade e pelos diversos factores a que estão expostos é um dever gritante desta Assembleia a que nós, como pais e como responsáveis pelo futuro da Região, não podemos ficar indiferentes ou adiar tomadas de posição duras, porque caso contrário pagaremos bem caro esse adiamento. A prevenção é um facto, é uma prioridade e um trabalho do dia a dia, pois a juventude, senhores, é a nossa resposta de vida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A discussão irá prosseguir e outras áreas aparecerão aqui cuidadosamente referenciadas na sua crítica para que as prioridades sejam reafirmadas, mas, antes de me retirar, quero recordar que cada ilha é uma voz no espaço açoriano, aclamando ou acusando não fossemos nós esquecer-la ... e como o Governo não as vai de facto esquecer, este Programa do IV Governo Regional merece toda a minha confiança e aprovação.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Apoiado!

(Aplausos do PSD e Governo)

Presidente: Seguindo a ordem das inscrições, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Dividirei esta minha intervenção em duas partes: uma primeira, apresentando o Programa do Governo proposto pelo PSD; uma segunda, respondendo às questões levantadas pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça. E a este respeito, gostaria de começar, desde logo, por dizer que é com muita pena que não vejo, não no lugar do Sr. Deputado Carlos Mendonça, mas na bancada do Partido Socialista, um membro do Governo alternativo do Partido Socialista,...

(Risos do PSD)

O Orador: ...o Sr. Dr. Duarte Brás, que certamente está na comodidade dos seus Gabinetes em Lisboa neste momento.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Não tem palácio!

O Orador: Com a apresentação deste Programa o Governo está, antes de mais, a submeter à consideração de quem representa os açorianos os compromissos que entende poder e dever assumir para corresponder às reais expectativas dos seus concidadãos.

No essencial, esses compromissos, no âmbito das competências atribuídas à Secretaria Regional da Administração Interna, são os seguintes:

- O de contribuir para que a Administração Regional seja mais eficaz no cumprimento das orientações definidas pelo Governo e capaz de corresponder de forma rápida, próxima e adequada ao que os nossos concidadãos dela devam esperar. Eles são, em exclusivo, o fundamento da própria existência da administração.

- O de alargar a novas áreas a indispensável colaboração com as autarquias locais, contribuindo-se assim para aproveitar integralmente as suas imensas potencialidades.

- O de, pelos meios ao nosso alcance, garantir verdade aos actos eleitorais.

- O de apoiar as entidades competentes pela manutenção da ordem pública no controlo e combate aos factores que possam contribuir para o aparecimento de situações de criminalidade.

- O de preparar os serviços públicos, as entidades privadas, cada um dos nossos concidadãos, para responderem de forma responsável, pronta e eficaz, em situações de desastre ou catástrofe.

Em traços largos, propomo-nos satisfazer aqueles compromissos da seguinte forma:

- Faremos o que estiver ao nosso alcance, no sentido de que a administração, utilizando métodos e instrumentos renovados, contribua de forma ainda mais decisiva para a realização dos objectivos fixados pelo Governo. Neste contexto,

há que tornar mais expedita a interligação entre as fases de preparação, decisão e execução das medidas definidas pelo Governo.

- Vamos prosseguir esforços para adequar melhor as estruturas da administração às características geográficas da Região. Vivemos em ilhas. Na medida do razoável, todos devem ter facilidade de acesso aos serviços públicos. Temos de encontrar métodos que contribuam para tornar mais efectiva a desconcentração de estruturas e a descentralização de competências.

- Contribuiremos para tornar mais leve o funcionamento da administração regional. Fál-lo-emos essencialmente de duas formas:

- Por um lado, para melhor corresponder às solicitações do Governo e dos utentes, poder-se-á certamente simplificar alguns procedimentos administrativos, aligeirar circuitos, reduzir burocracias e eliminar controlos prévios de coisa nenhuma.

- Por outro lado, lançados que estamos na via de desenvolvimento escolhida pelos nossos concidadãos, pensamos poder agora deixar à responsabilidade de outras entidades a realização de um conjunto de actividades que o sector público, por razões conhecidas, teve de assumir.

- Entendemos que a realização do que ficou referido passa de forma decisiva pela capacidade de resposta dos funcionários e agentes da administração regional. Temos de contar com eles. Precisamos de continuar a garantir o seu envolvimento e de aproveitar integralmente o muito que tem para dar.

Reconhecemos que a larga maioria desses funcionários e agentes, em condições por vezes adversas, contribuíram, de forma digna de registo, para as expressivas realizações destes últimos 12 anos. Não menosprezamos a sua participação, antes distinguimos o esforço feito.

Quero, no entanto, referir que se temos de reconhecer o esforço dos que, com a sua actividade, prestigiam esta administração e a Região, seremos, todavia, intratáveis para os que contribuíram ou venham a contribuir para que, por vezes, esta mesma administração seja olhada como espaço de antipatia, arrogância, ineficácia, abuso de poder, irresponsabilidade, privilégios indefensáveis (como se fossem "direitos"...).

Temos de premiar os muitos que cumprem e penalizar os, infelizmente poucos, que não demonstram qualquer interesse ou empenho pelo exercício das respectivas funções.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Muito bem!

O Orador: Temos de distinguir uns e outros. Trabalhar na Administração Regional terá de representar, não uma forma casual de gastar o tempo e restaurar energias a utilizar noutra actividade mais aliciante, mas algo que satisfaz, que se vive com intensidade.

Importa, aliás, salientar que se a vertente positiva, pedagógica, da actuação da inspecção administrativa regional é a que realço, pelo contributo que dá, assim, ao aumento da eficácia da administração, não esquecemos - nem esqueceremos - a vertente fiscalizadora e a vertente punitiva da respectiva acção.

Queremos assegurar aos que trabalham na administração regional um tratamento que traduza o respeito que cada um nos merece realmente, garantindo-lhe, nomeadamente, uma situação profissional definida e a justa progressão na respectiva carreira. Relativamente aos que exercem a sua actividade, correspondendo a necessidades permanentes da administração, eliminaremos, na medida do possível, as situações de vínculo precário, geradoras de instabilidade profissional e insegurança pessoal que a ninguém aproveitam.

- Vamos apostar, mais ainda, na formação profissional dos que trabalham na administração regional.

Não se pode conceber uma organização mais aperfeiçoada e que utilize métodos de melhor nível tecnológico sem contar com gente mais preparada e que assuma, com brio, as respectivas funções.

Queremos que todos se sintam realizados no exercício da profissão que escolheram. Procurar-se-á, como forma de o facilitar, proporcionar-lhes tanto competência como orgulho naquilo que fazem.

Importa que os funcionários e agentes da Administração se sintam úteis à comunidade de que fazem parte, tendo espaço para exercerem a sua iniciativa, exercitarem a sua criatividade.

Premiaremos essa iniciativa, acarinharemos a criatividade. Temos de combater o que, sem juízo crítico, se faz hoje porque se fez no dia, no mês ou nos anos anteriores. Todos podem sugerir soluções.

- Manteremos a intensa e profícua colaboração com a administração local, na procura da rentabilização de todos os meios de que a Região dispõe e da adequação da resposta pública às características de cada espaço de vida.

Vamos, pois, aprofundar a cooperação, técnica e financeira, entre a administração regional e as autarquias.

Nesse contexto, estenderemos a cooperação técnica ao apoio à elaboração dos documentos considerados essenciais à prossecução de uma política consequente de ordenamento do território.

Continuaremos a apoiar as autarquias locais, com todos os meios ao nosso alcance, na formação profissional dos respectivos funcionários, bem como na eventual sensibilização dos eleitos locais para áreas em que tal seja, por eles, considerado vantajoso.

Promover-se-á a extensão da cooperação finan-

ceira já existente, a domínios ainda não explorados.

Cientes da proximidade do poder local à população e, portanto, do conhecimento que este detém das potencialidades e estrangulamentos existentes em cada concelho e freguesia dos Açores, proceder-se-á também à preparação de contratos-tipo, a que, caso a caso, cada município poderá aderir se quiser assumir novas e maiores responsabilidades ao serviço dos respectivos municípios. Todos ganharemos com isso.

Continuaremos à disposição das Câmaras Municipais dos Açores para lhes tornar mais fácil a elaboração de projectos essenciais para os respectivos concelhos, a candidatar a financiamento dos fundos comunitários.

Estimularemos o associativismo intermunicipal nas situações em que é clara a vantagem da conjugação de esforços, nomeadamente nos casos em que tem que se atender ao "espaço geográfico ilha".

Vamos prosseguir o esforço desenvolvido pelo serviço regional de protecção civil, em conjunto com entidades públicas e privadas, para garantir eficácia na resposta a situações de desastre ou catástrofe. Temos de assegurar que, nessas situações, haja uma resposta pronta, coordenada, dada pelas entidades previamente definidas, com a preocupação de informar as populações com oportunidade.

As tarefas de protecção civil são, aliás, da responsabilidade de cada cidadão e não de uma estranha entidade mítica em que às vezes se pretende transformar o Serviço Regional de Protecção Civil.

Não toleraremos intervenções paralelas de várias entidades públicas geradoras de confusão e insegurança.

Promoveremos os exercícios necessários, enfrentando os sorrisos trocistas que, nessas ocasiões, sempre assomam.

Bater-nos-emos por tornar disponíveis os meios adequados à prevenção, previsão e resposta a situações de desastre ou catástrofe.

No complexo processo de protecção civil, procuraremos sempre cooperar com entidades como a Cruz Vermelha Portuguesa, as Associações de Bombeiros Voluntários e os Escuteiros, colaborando para lhes tornar mais fácil o exercício da respectiva actividade. Para estas associações vai, aliás, o nosso mais profundo respeito, a nossa maior admiração. Aproveitam de cada um de nós o que de melhor temos para dar - a nossa solidariedade.

Continuaremos a procurar garantir aos actos eleitorais a realizar nos Açores a mais genuína verdade democrática. Neste âmbito, há que retomar diligências para que matérias de tão claro interesse para o país, como é o caso da efectiva actualização do recenseamento eleitoral e da definição de novos mecanismos de exercício do direito de voto, mereçam realmente a devida e merecida atenção das entidades competentes.

- Cientes de que todos temos algum contributo a dar às entidades encarregadas da manutenção da ordem pública, manteremos com elas a colaboração que o bem senso aconselha.

São estes os nossos compromissos. São estas algumas das formas como contamos satisfazê-los.

Com a compreensão e a participação dos açorianos, em cooperação com o poder local, com o envolvimento dos que trabalham na administração regional, sejam eles pessoal técnico, administrativo (por vezes tão injustamente esquecido e menosprezado), pessoal auxiliar ou operário, vamos atingir os objectivos referenciados.

É este o nosso combate.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Apoiado!

(Aplausos do PSD e Governo)

O Orador: Gostaria agora de proceder a algumas referências à intervenção do Sr. Deputado Carlos Mendonça.

O Sr. Deputado Carlos Mendonça tinha uma tarefa extremamente difícil, desde logo, porque tinha que se desligar do programa alternativo de governo apresentado pelo Partido Socialista.

Tinha de se desligar desse programa de governo e, depois de o ler, percebo bem porquê, assim como percebo por que é que este programa de governo, depois de ter sido apresentado num qualquer dia de nevoeiro, foi metido na gaveta - onde, aliás, o Partido Socialista é useiro e vezeiro em meter coisas! - e não mais viu a luz do dia.

O Sr. Deputado Carlos Mendonça deslocou-se, portanto, do texto do programa de Governo do Partido Socialista. Tinha que o fazer, veremos porquê.

A Secretaria Regional da Administração Pública, do anterior Governo, evoluiu para uma figura de "Secretaria Regional da Administração Interna", no actual Governo. A razão é fácil de compreender. Não se trata de uma simples mudança de designação. A designação "Secretaria Regional da Administração Pública" é limitativa: dá a ideia de que a Secretaria Regional apenas é responsável por essa área da administração pública, o que não corresponde à realidade.

As palavras e as designações são importantes. Nós dizemos as palavras e as designações; não fazemos como o Sr. Deputado Dionísio Sousa dizia numa entrevista recentemente: de que palavras como "o orgulho", palavras como "criatividade", palavras como "o envolvimento de todos" não lhe diziam nada. A nós as palavras querem dizer alguma coisa; para nós as palavras têm sentido; nós acreditamos naquilo que dizemos e que fazemos!

Ora, dizia eu que foi entendido dar uma designação que transmitisse efectivamente o conteúdo desta Secretaria Regional.

Esta Secretaria Regional, além de responsável pela administração pública regional, pelas autar-

quias locais, pela protecção civil, pela ordem pública, pelo acompanhamento dos actos eleitorais, é responsável ainda pela procura de reestruturação e modernização da própria administração regional. Tem, portanto, um leque de competências que ultrapassa largamente a designação "Secretaria Regional da Administração Pública".

Mas também percebo que o Sr. Deputado Carlos Mendonça esteja essencialmente preocupado com estas questões das designações, com o grau de hierarquia do titular da Secretaria Regional, com as instalações que, por razões de racionalidade, esta Secretaria Regional veio a ocupar. Se ele não se preocupar com isto, não vai ter nada com que se preocupar!

(Risos do PSD e Governo)

O Orador: O Sr. Deputado diz que no nosso Programa de Governo tão pouco é demais. Bom, o que diria eu do Programa de Governo do Partido Socialista?! Mesmo em termos quantitativos, apenas para a administração pública nós temos 3 páginas - como dizia o Sr. Deputado -, como temos, pelo menos, outro tanto para as autarquias locais. O Partido Socialista para a administração regional e local tem 2 páginas!

Vozes do PS: São maiores!

O Orador: Portanto, se 3 "tão pouco é demais", o que diria eu das duas páginas...

Deputado Martins Goulart (PS): Leia o Programa de Governo do PS!

O Orador: Eu vou ler, Sr. Deputado! O Sr. Deputado tenha calma que eu vou chegar lá! Eu vou analisar o conteúdo!

Deputado Martins Goulart (PS): Eu vou responder no fim!

O Orador: Como dizia, o Partido Socialista reservou apenas duas páginas para esta matéria.

Penso que é isso que efectivamente traduz falta de honestidade para com o povo dos Açores: é meter este programa na gaveta e não o trazer cá para fora.

Não tivemos capacidade para inovar - diz o Sr. Deputado Carlos Mendonça. Vejamos a capacidade para inovar do Partido Socialista. O Programa do Partido Socialista - com certeza congelado numa qualquer arca frigorífica desde 1976! - diz o seguinte:

- "O Partido vai garantir a totalidade dos direitos de que beneficiavam nos seus quadros de origem os funcionários públicos".

Srs. Deputados, a transferência de competência e de pessoal de serviços que dependiam do Estado foi feita em 1977/1978! Nós não estamos nesse ano de 1977/1978!

(Risos do PSD e Governo)

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Isso é um documento humorístico!

O Orador: O Partido Socialista diz que vai institucionalizar um sistema integrado de formação. Poderia tentar perceber o quê, mas devovos dizer que fiz grande esforço para o fazer.

Diz também que vai corrigir progressivamente as distorções interprofissionais e intersectoriais. Aqui não se trata de um caso de congelamento, mas sim de um caso de cópia concertada de um qualquer programa de um Governo da República do passado, porque, como é sabido, isso é feito pelo Governo da República e foi no caso feito recentemente por uma comissão chefiada pelo Professor Sousa Franco.

Depois diz que vai estimular a mobilidade horizontal e assegurar a intercomunicação com os quadros do Estado e vice-versa. Penso que se deve abrir campo para a mobilidade horizontal e que não há qualquer razão para estimular a mobilidade horizontal. Eu veria com muita pena que o Sr. Deputado Fonte, um competente profissional da área da Segurança Social, fosse para outra área onde toda a competência adquirida por anos de formação, dada por este Governo Social Democrata, certamente se perderia.

- "Assegurar a intercomunicação com os quadros do Estado e vice-versa": - Isto está assegurado desde o primeiro Estatuto Provisório e por legislação que já foi publicada. Desde sempre que está assegurada a intercomunicação com os quadros do Estado e vice-versa! O Partido Socialista propõe-se a fazer o que está feito!

- "Garantir o pleno exercício dos direitos sindicais da administração": - é uma opção nossa. Que eu tenha conhecimento, nunca houve qualquer limitação ao exercício dos direitos sindicais na administração por parte da administração regional.

Afirma depois algo que também é interessante merecer a nossa análise, isto é, que vai respeitar o poder autárquico, mas se nós lermos o respectivo programa veremos que este não foi feito sob a influência dos anos longínquos de 1976 ou 1977: foi feito sob a influência do período antes do 25 de Abril; foi feito pensando que ainda há governos civis, que ainda há distritos autónomos nos Açores,...

(Risos do Presidente do Governo Regional, Mota Amaral)

O Orador: ...que não há eleições livres para o poder local nos Açores!

Deputado Martins Goulart (PS): Coitado!

O Orador: Senão vejamos - e torno a ler o Programa do Partido Socialista -: "Nesta área caberá ao executivo regional:

- "Destacar técnicos regionais para prestarem serviço nas autarquias locais".

Temos dado todo o apoio às autarquias locais, mas o que nós queremos é que as autarquias locais

tenham capacidade para ter os seus próprios técnicos. Não temos esta visão paternalista de destacar técnicos para os municípios.

Deputado Martins Goulart (PS): Onde é que estão?...

O Orador: - "Dotar com a suficiente capacidade técnica e administrativa os municípios". Não se diz apoiar, diz-se "dotar com a suficiente capacidade técnica e administrativa os municípios"!

Vozes do PS: Pois!!!

Deputado Ricardo Barros (PS): Ora aí é que está a diferença!

O Orador: O Sr. Deputado Melo Alves, que tem uma longa experiência em coisas da administração, que aprendeu com certeza muito durante anos e anos de actividade...

Deputado Carlos Mendonça (PS): Espero que tenha aprendido com ele!

O Orador: ...e que iniciou a sua experiência ainda no tempo dos governos civis dos distritos autónomos, recordar-se-á certamente dos tempos em que os governadores civis nomeavam os presidentes das câmaras.

- "Divulgar toda a documentação necessária ao exercício da actividade das autarquias locais". Isto está feito, Sr. Deputado!...

Deputado Carlos Mendonça (PS): Há sempre mais a fazer!

O Orador: Temos tudo isso feito! Poderemos enviar uma cópia ao Sr. Deputado!

- "Regular as modalidades de tutela inspectiva sobre as autarquias". De acordo com a lei, é só esta a tutela que o Governo Regional tem em relação às autarquias - a tutela inspectiva-, portanto, não tem mais qualquer outro tipo de tutela. Esta tutela está perfeitamente regulada em legislação...

Deputado Dionísio Sousa (PS): Só que ela não funciona!

O Orador: ...e é exercida pela Inspeção Administrativa Regional.

Não sei se já foi feita alguma inspecção a alguma autarquia da responsabilidade do Partido Socialista; quando o for, veremos os resultados.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Mas vai ser feita uma em breve em relação a uma do PSD!

O Orador: - "Efectuar e propor a necessária regulamentação da legislação autárquica nacional à realidade insular e velar pelo seu cumprimento". Isto também está feito pelos Governos formados pelo Partido Social Democrata.

Portanto, teria sido melhor que o Sr. Deputado tivesse lido o seu programa antes disso! Compreendo que não o faça, porque quem o poderia fazer

seria realmente o Dr. Duarte Brás, mas quem chumbou o Programa do Partido Socialista não foi o Sr. Deputado: foi o povo dos Açores, que realmente não tinha outra alternativa.

Deputado Martins Goulart (PS): Coitado!

(Aplausos e vozes do PSD e Governo: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: Pede a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça para?

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, é para prestar alguns esclarecimentos ao Sr. Secretário Regional.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Administração Interna:

Lamento profundamente, uma vez mais, as limitações no tempo, porque de facto...

(Apartes inaudíveis do Governo)

O Orador: Eu gostaria de ouvir as vozes audíveis, para poder responder, mas não tenho possibilidade!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Que pena!

O Orador: Enfim!... Vamos ao mais importante. ...o Sr. Secretário Regional deixou ao longo da sua intervenção vários aspectos que não podem, nem de perto nem de longe, passar sem alguns esclarecimentos da minha parte. Não vou protestar - não sinto necessidade absoluta, ainda que relativa o sentisse para o fazer-, mas sinto necessidade de complementar e contra-esclarecer, se me é permitida a terminologia.

Eu começaria pelo princípio, que é por onde eu gosto de começar todos os meus actos.

A chamada à colação nesta matéria, do meu particular amigo e camarada Duarte Brás penso que foi uma chamada infeliz da sua parte, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Porquê?

O Orador: Permita-me concluir e depois com certeza que terá tempo para refutar aquilo que eu vou dizer!

E foi infeliz por vários aspectos, mas principalmente por este que eu vou dizer muito sinteticamente:

- O elenco governativo do Partido Socialista foi constituído tendo vários critérios de base, mas este é fundamental: foi constituído...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Para deitar poeira nos olhos, antes de mais nada!

O Orador: O Sr. Presidente do Governo Regional vai ter que me ouvir agora! Peço a sua atenção particularmente! Se a sua interpretação é de que deitámos poeira nos olhos no espaço de uma

campanha eleitoral, V. Exa. anda a deitar torrões de terra (não foi poeira!) nos olhos dos açorianos há 13 anos!...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): 12 anos!

O Orador: ...Veja a diferença!

(Aplausos de vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

O Orador: Portanto, como dizia (eu como pretendia dizer!), o elenco governativo do Partido Socialista assentou fundamentalmente na disponibilidade - com todas as sílabas - de quadros que o Partido Socialista possui nesta Região, no nosso país...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): E até no estrangeiro!

(Risos do PSD e Governo)

O Orador: E por que não, Sr. Presidente?! V. Exa. agora já é anti-comunidade açoriana?

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Nem por sombras!

O Orador: Parece! É o que se pode inferir!

V. Exa. só é "anti" aquilo que não lhe interessa!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): É para valorizar!

O Orador: Espero que o tempo esteja a descontar.

Presidente: Sr. Deputado, peça-lhe que continue a sua intervenção para prestar esclarecimentos.

O Orador: Eu vou continuar.

Dizia, se bem me lembro - como diria o nosso saudoso e grande, o maior poeta de Portugal, Vitorino Nemésio -, que o programa assentou fundamentalmente na disponibilidade de quadros que o PS tem cá e lá. Os Srs. não me obriguem a dizer coisas! Os Srs. foram buscar quantos lá?!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Já ontem foi dito a alguém aqui quantos! E não me obriguem a falar em pessoas, porque eu prezo-me de ser uma pessoa que gosta de respeitar o próximo e não me puxem pela língua porque senão ela destrava-se!

(Risos do PSD e Governo)

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Calma!

O Orador: Eu estou calmo e sereno, Sr. Presidente!

Portanto, entendemos - tivemos um critério - que devíamos manter a nossa bancada com os nossos Deputados e que devíamos de apresentar para o elenco governativo pessoas com competência, com disponibilidade, com afectação ideológica ou partidária, mas sobretudo com competência! E se o meu camarada Duarte Brás não está aqui é porque aqui não é necessário neste momento, porque temos quem esteja aqui! Agora os Srs. Deputados sacaram dali... e pronto!... E fico-me por aqui!

(Risos, aplausos e vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

O Orador: Quanto à questão, Sr. Secretário Regional, de meter o programa na gaveta, há tanta coisa que está metida na gaveta nesta Região, desde o resultado de inquéritos tão gravosos, desde sindicâncias tão gravosas! O Programa do Partido Socialista não está na gaveta porque V. Exa. teve-o ali!

Deputado António Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: O Programa do Partido Socialista foi necessário, Sr. Secretário, para o tempo de campanha eleitoral! Assumimos o nosso resultado eleitoral! Não somos governo neste momento! O Programa que tem que estar aqui em debate é o vosso e não o nosso.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Percebeu, Sr. Secretário?

O Sr. Secretário não teve fundamentos sólidos para pegar nas minhas acusações!

Por outro lado, com muita serenidade, gostaria de lhe dizer o seguinte, Sr. Secretário Regional:

- Eu respeito V. Exa. e espero que V. Exa. me respeite e que não emita juízos de valor em relação a capacidades ou incapacidades parlamentares, sobretudo a meu respeito, porque eu não lhe emiti qualquer juízo de valor! Mais: eu disse - está gravado...

Vozes do PSD: Calma!

O Orador: ...e os ouvidos devem estar atentos - que respeitava mais os homens do que a matéria. O que eu contestei, Sr. Secretário, foi a matéria, não foi os homens!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Peço desculpa aos meus camaradas se eventualmente algum perder um minuto, mas, para terminar, tenho que dizer o seguinte:

- Quanto à designação, eu costumo ponderar o que digo, Sr. Secretário! Eu não tive oportunidade de participar, porque não estava cá - porque estava em missão de cá, entenda-se! -, na discussão da orgânica do Governo. Posso-lhe dizer agora que a minha sensibilidade pessoal - mas submeto-me à decisão do meu Grupo - para esta Secretaria era de facto uma alteração terminológica e que tem o sentido abrangente que V. Exa. dali expressou: eu preferiria a designação "Secretaria Regional da Administração Regional e Local". - Não seria mais consequente?

Por que é que havemos de emitir sempre os outros?! Por que é que fomos buscar a terminologia ao Continente?! - Foi o que os Senhores fizeram! E depois aí não gostou (porque eu também às vezes não gosto de ouvir algumas coisas) que eu tivesse dito que não teve capacidade inovadora.

Esta é uma coisa insignificante - eu concordo

com V. Exa. -, mas, se eu a chamei à colação na minha intervenção, foi porque - como disse o meu camarada ontem - os vossos revisores foram maus e a prova foi que o Sr. Presidente do Governo Regional, passados 10 ou 15 minutos depois do meu camarada ter chamado a atenção para isso, apresentou uma emenda ao Programa do Governo! Muito bem! Assumamo-nos!... E o Sr. Presidente assumiu-se, mas não fez a correcção escrita (mais grave não ter feito a ideológica!)-! Eu chamei isso à colação, muito rapidamente, na minha intervenção porque no Programa do Governo o "tutu" é administração pública! Por que não admite e é humilde, Sr. Secretário?

Muito obrigado.

Peço desculpa a toda a Câmara.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para pedir esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Na ilha das Flores uma pequena povoação - a Ponta da Fajã Grande - vive na iminência de ser soterrada, no todo ou em parte, por desprendimentos de terras, como é do conhecimento público.

Gostava de perguntar ao Sr. Secretário Regional se prevê para breve alguma intervenção em relação àquela localidade e às 19 famílias que a habitam e que, como já há pouco referi, estão na iminência de poderem vir a ser soterradas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Srs. Presidente, é para prestar um esclarecimento.

Já por várias vezes e de forma abusiva, no contexto deste debate, foi insinuado que o Partido Socialista tinha apresentado um programa inexistente, "numa noite de nevoeiro", de uma forma qualquer, menos clara e que pode induzir em erro aqueles que, menos bem informados, não saibam o que aconteceu no dia 2 de Outubro, na cidade de Ponta Delgada.

Em conferência de imprensa, publicamente, distribuído à comunicação social dos Açores, apresentámos o nosso Programa de Governo Regional, uma semana antes do acto eleitoral e muito antes do PSD o ter feito relativamente ao seu. Não temos nada na gaveta - não tínhamos então e não temos agora -, mas o PSD teve sim um governo na "gaveta"!...

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...foi incapaz de o apresentar antes do acto eleitoral, teve vergonha de o fazer! Este não é um Governo de combate: este é um Governo de vencidos e de envergonhados!...

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Mas estão cá!

O Orador: ...porque se o Sr. Dr. Mota Amaral tivesse tido a coragem de defender este Governo antes das eleições, tê-las-ia perdido desta vez!...

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E pelo facto de o não ter feito é que sabemos que ficou na gaveta o Governo. Este é de facto o "Governo de gaveta"!

(Aplausos e vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para um rápido protesto e apenas porque o meu nome foi citado pelo Sr. Secretário da Administração Interna, referindo palavras que eu teria dito numa entrevista e refrindo-as nos termos em que se habituou a proceder nesta Assembleia: palavroso, deturpador e altamente ambicioso, porque tinha que vir demonstrar os galões que lhe foram outorgados há muito pouco tempo.

Deputado Carlos Mendonça (PS):Muito bem!

O Orador: Estão novos, precisavam de ser mostrados e foi isso que o Sr. Secretário veio fazer.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Eu não sou líder do Grupo Parlamentar, Sr. Deputado!

O Orador: Protesto pela deturpação feita genericamente ao que se passou e que pormenorizadamente foi demonstrado que era deturpação; protesto pelas omissões que efectivamente foram feitas na intervenção do Sr. Secretário e chamo a atenção apenas para um aspecto que é o retrato de todos os outros: a determinada altura da sua intervenção o Sr. Secretário refere-se aos poderes públicos paralelos em situação de catástrofe - é evidente que não se percebe quais são eles - e evita um problema, que é o da colaboração entre protecção civil, forças armadas e forças para-militares, em situação de catástrofe. Mas, não tem a coragem, não tem a força política, o ser o "nº 2" não lhe chega para dizer que medidas é que irão ser adoptadas para evitar a actuação disso que chama "poderes públicos paralelos". Fala nos Escuteiros e na Cruz Vermelha, mas não fala efectivamente naquela problemática que é essencial num momento desses: fala naquilo que está por natureza resolvido; não fala naquilo que tem para resolver. Daí o meu protesto por essa omissão, porque isto é a sequência exactamente daquilo que eu dizia - e que também foi deturpado pelo Sr. Secretário - em relação às tais palavras que eu chamei "palavras-chave", "palavras mágicas", que são "participação", "futuro", "mobilização", "humanismo", "homem". Não estão lá para informar coisa nenhuma: estão lá para sugestionar as pessoas! É esse tipo de sugestão que nós dispensamos num programa parlamentar de governo. Isso é perfeitamente adequado num programa eleitoral de governo, porque é também tempo de antena simultaneamente, não o sendo num programa parlamentar de governo, que não é tempo de antena!

Chamo só a atenção - e também protesto por causa das comparações feitas - para o seguinte: aquilo que vem no Programa do IV Governo Regional em relação à Administração Pública é nem mais nem menos do que um manual do bom funcionário público - não é coisa nenhuma!

Parte das coisas do Programa do PS estão feitas pelo Governo, mas a maior parte das coisas que o Sr. Secretário da Administração Interna veio prometer estão na legislação nacional e regional desde 80. Refiro por exemplo os contratos-tipo, que estão na tipologia de investimento.

Portanto, o facto de agora, como novidade, vir dizer que o Governo Regional vai fazer contratos-tipo isso significa ir ao "sótão" dos outros Governos Regionais e limpar as "teias de aranha" em que estiveram até agora os contratos-tipo.

Tudo isso me leva a este rápido e breve protesto e permite-me uma comparação: o Sr. Secretário da Administração Interna quis efectivamente fazer, como novo que é em área nova, o papel que o Sr. Deputado Rui Melo também está tentando fazer. E eu comparo só as suas ambições, que já tinha para os Assuntos Sociais - e os resultados são conhecidos: foi necessário mudar a pessoa porque a pessoa não conseguia mudar a área e o sector

...

Deputado Martins Goulart (PS): Muito bem!

O Orador: ...mas, como dizia, eu comparo só as suas ambições com as palavras aqui proferidas pelo anterior Secretário da anterior Administração Pública, que em determinada altura - não sei se num Programa do Governo, se num Plano - dizia: "Todos os Governos começam pela Administração Pública para prometer uma reforma e todos os Governos acabam por meter essa reforma na gaveta".

É evidente que nós sabemos qual é a reforma, ao nível de manual do bom funcionário público, que a Administração Interna, nova no título, velha na pessoa e nos propósitos, pretende aplicar e que são apenas promessas feitas e não cumpridas e, inclusivamente, legisladas pela própria maioria que se senta nesta Sala desde há doze anos!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Duarte Pires pede a palavra para?

Deputado Duarte Pires (PS): É para um pedido de esclarecimento ao Sr. Secretário.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Ouvi o Sr. Secretário com muita atenção e gostei de ouvir que se propõe levar a cabo a tutela inspectiva que compete à sua Secretaria.

Pedia-lhe que, se fosse possível, me desse um esclarecimento sobre o seguinte:

- Quando se mudou de casa - no caso concreto mudou-se para um palácio - por acaso encontrou nalguma gaveta qualquer coisa que se parecesse com um pedido de inquérito, feito pelos vereadores do PS, à Câmara Municipal da Praia da Vitória, que certamente o seu antecessor, por transparência, falta de tempo e isenção, não teve oportunidade de levar a cabo?

Perguntar-lhe-ia se faz parte das suas intenções levá-lo à prática e divulgar publicamente as conclusões a que se chegar.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Administração Interna.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria realmente de ter amplas matérias para responder aos Srs. Deputados do Partido Socialista sobre as questões que me foram postas, mas efectivamente lembro-me que praticamente não foram postas quaisquer tipo de questões,...

Deputado Dionísio Sousa (PS): Nunca são!

O Orador: ...não foram apontadas quaisquer tipo de alternativas, portanto, há muito pouco a referir.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Carlos Mendonça que me parece que nesta minha primeira intervenção, nestas condições - como pretendo que seja nas próximas -, não o ofendi nem o desrespeitei, em termos pessoais ou como Deputado desta Câmara, minimamente. Aliás, até pretendi fazer-lhe um elogio, ao dizer que salientava o esforço que tinha feito para encontrar um campo de intervenção na área do Partido Socialista em termos de administração regional e local.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Eu compreendo o sentido do elogio!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Devia fazer parte do "Governo sombra"!

(Risos do PSD e Governo)

O Orador: Era exactamente isso que eu queria dizer, Sr. Deputado!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Quando eu fizer é à vista de todos!

O Orador: Quanto ao que refere o Sr. Deputado Dionísio Sousa, eu acredito que efectivamente, depois das muitas desilusões que tem passado como líder dessa bancada, deixe de acreditar nas coisas. Eu acredito nas coisas, acredito nas palavras e utilizo as palavras para traduzir

aquilo que sinto!

Deputado Dionísio Sousa (PS): Acredita porque é absurdo!

O Orador: Depois, gostaria de dizer que, se o Sr. Deputado Dionísio Sousa agita ideias de omissão acerca de alguns aspectos da minha intervenção, obviamente que eu não posso dizer tudo numa intervenção de 20 minutos, mas, de qualquer forma, o Sr. Deputado vai-me ajudar a encontrar no Programa do Partido Socialista as suas opções em termos de protecção civil, porque eu não encontrei...

Deputado Dionísio Sousa (PS): Eu não tenho nada que provar em relação ao Partido Socialista!...

O Orador: ...eu não encontrei, Sr. Deputado! Portanto, se eu tenho algumas omissões na minha intervenção, o Sr. Deputado no programa que ajudou com certeza a preparar ou que pelo menos aprovou tem uma omissão completa, ou seja, a inexistência...

Deputado Dionísio Sousa (PS): Faria perguntas ao meu Governo!

O Orador: ...a inexistência, Sr. Deputado!

Deputado Martins Goulart (PS): Qual é o Programa que está em debate?!

Presidente: Srs. Deputados, peço que não haja diálogo.

O Orador: Gostaria de dizer também que em termos dos contratos-tipo movo-me nos limites da legislação, ou seja, com certeza que aquilo que eu tenho que fazer é explorar todos os mecanismos que a legislação nos dá e é com base nesse mecanismo dos contratos-tipo que eu entendo que, em áreas de competência mista ou em áreas de competência própria da administração regional, nós podemos aprofundar a cooperação com as autarquias locais.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Já o deviam ter feito!

O Orador: Por outro lado, em termos de coisas que o Sr. Deputado diz que nós já devíamos ter feito, mas que já fizemos e que o Sr. Deputado ignora, já está feito um protocolo de cooperação entre o Governo Regional e o Comando-Chefe das Forças Armadas para actuação numa série de situações.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Então não há poderes públicos paralelos!

O Orador: Os "poderes públicos paralelos" é uma expressão sua, Sr. Deputado, porque o que eu disse não foi "poderes públicos paralelos", foi "intervenção paralela de serviços públicos", o que é bem diferente!

E em termos de "intervenção paralela de serviços públicos", sem querer trazer para esta Câmara

a discussão a que temos assistido ao longo destes tempos,...

Deputado Martins Goulart (PS): Aprenda português!

O Orador: E o Sr. Deputado aprenda direito administrativo, que é uma coisa que o Sr. Deputado não sabe!

...se há alguma coisa que eu quis dizer com essa frase...

Deputado Dionísio Sousa (PS): Ah! Tem dúvidas?!

O Orador: ...foi que temos assistido a alguns conflitos, em situação de crise, entre organismos ligados nomeadamente à Universidade e organismos dependentes do Governo da República.

Não tomo partido nessa matéria porque não tenho ainda condições para tomar, mas o que lhe posso dizer é que não toleraremos duplas intervenções de serviços públicos - isto não tem a ver com poderes públicos e efectivamente o Sr. Deputado Martins Goulart não tem obrigação de saber estas coisas, como eu também não sei das suas áreas específicas de competência!

Deputado Martins Goulart (PS): Como não sabe de saúde e foi Secretário de Saúde!

O Orador: O que eu sei ou não sei de saúde os Srs. Deputados da anterior legislatura tiveram oportunidade de avaliar! O Sr. Deputado tem aí um hiato no acompanhamento da vida regional de "n" anos e portanto não sabe o que é que aconteceu aqui nessa altura,...

Deputado Martins Goulart (PS): Sei perfeitamente!

O Orador: ...mas talvez lhe possa lembrar que, por alguma razão, os grandes debates que ocorriam nesta Câmara à volta do sector da saúde eram tidos com o Sr. Deputado/Médico do Pico, Simas Santos, e com o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt. Não sei por que é que nenhum deles voltou a esta Câmara!

(Risos do PSD e Governo)

Deputado Martins Goulart (PS): Pode explicar-me o que quer dizer com isso?

O Orador: Gostaria também...

Deputado Martins Goulart (PS): Não percebo o que é que isso quer dizer! Quer informar o nosso Governo?

O Orador: Eu posso responder-lhe em inglês, Sr. Deputado!

(Apartes imperceptíveis do PS)

Presidente: Sr. Deputado peço que não haja diálogo.

O Sr. Secretário pode fazer o favor de continuar a sua intervenção.

O Orador: Gostaria também de dizer ao Sr.

Deputado Duarte Pires que tomei posse deste cargo há pouco mais de uma semana - aliás, o Governo foi mais do que pronto na entrega do seu programa nesta Câmara - e portanto é natural que existam alguns dossiers que não tenha tido tempo de ler, ver, procurar e encontrar. Aliás, como perdi algum tempo a remexer nas gavetas para encontrar o dito Programa do Partido Socialista,...

Vozes do PS: Encontrou?!

O Orador: ...o tempo que me sobrou depois na preparação deste debate...

(Aparte inaudível do Deputado Martins Goulart)

O Orador: Não sei por que é que o Sr. Deputado refere essas coisas com tanta agitação! Eu vou-lhe dizer por que é que refiro tanto o facto de não ter encontrado o Programa do Partido Socialista - por uma razão muito simples: é porque eu fiz "n" tentativas para que me fosse oferecido e para que me fizessem chegar um programa destes, porque gosto de seguir com claro interesse - e apenas para fazer melhor - o que é que os partidos da oposição dizem e escrevem, e não consegui encontrar, mesmo pedindo a membros do seu "governo sombra" ou do seu "governo alternativo"!

Deputado Martins Goulart (PS): Foi tornado público a 2 de Novembro!

O Orador: Quanto ao Sr. Deputado do Partido Comunista, que é afinal o único que apresenta uma questão concreta,...

Deputado Duarte Pires (PS): Eu não ouvi a resposta!

O Orador: Eu admito que o Sr. Deputado possa concordar ou não com a resposta, agora dizer "não ouvi a resposta"!... Eu dei a resposta, Sr. Deputado! Eu disse, acerca desse assunto, que não tinha tido ainda tempo de ver o que é que havia nessa área de pedidos de inspecções administrativas a autarquias locais. Portanto, eu respondi e reafirmo a resposta! O Sr. Deputado estava distraído! Mas eu falarei sempre claramente com o Sr. Deputado porque perceberei que tem algumas dificuldades de audição.

Quanto ao Sr. Deputado do Partido Comunista, nós estamos efectivamente preocupados com a questão da Ponta da Fajã Grande. Vimos fazendo um trabalho, que penso que é o trabalho que deve ser feito, em estreita colaboração com a Câmara Municipal das Lajes das Flores, exactamente na procura das soluções para aquela situação criada.

O Governo tem duas decisões tomadas, que são de compensar as pessoas que ali vivem e que tinham as suas terras, onde trabalhavam, de 70% do valor perdido dessas terras e, por outro lado, de procurar realojar, com certeza com a colaboração da autarquia local e dos próprios interessados nessa matéria.

Portanto, penso que em breve quer uma coisa quer outra terão a sua resposta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: De acordo com os líderes dos grupos

parlamentares, a Mesa decreta um pequeno intervalo de estritamente 15 minutos.

(Eram 11,50 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 12,05 horas)

(Neste momento o Sr. Deputado Reis Leite assume a Presidência da Mesa da Assembleia Regional)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção neste Parlamento, inicio-a saudando o Povo desta Região, aqui legitimamente representado pelos Srs. Deputados.

O Governo Regional dos Açores, ao abrigo das disposições estatutárias, submete aqui nesta Câmara o seu programa de actuação para os próximos 4 anos, que está a ser discutido ponderadamente e democraticamente pelos legítimos representantes e consequentemente defensores do Povo desta Região.

Assim e por considerar que a protecção civil assume importância primordial, por ser esta Região vulnerável a catástrofes naturais, faço questão, com muito interesse, em reforçar esta temática e, de um modo geral, a sua articulação com as estruturas necessárias à protecção dos Açorianos.

A minha intervenção não surge por mero acaso, resulta, como acima referi, do facto de vivermos numa potencial zona de catástrofes naturais, nomeadamente terramotos, tsunamis, inundações, ciclones e deslocamento de terras; situações que comprometem a segurança de pessoas e bens.

A à vontade que me leva a ser pessimista nesta matéria, resulta da experiência passada, que testemunha claramente o facto de toda e qualquer parte da Região poder ser palco de uma catástrofe natural, num determinado momento, com o mínimo ou nenhum aviso prévio.

Sem dúvida, foram estas as directrizes que levaram os anteriores governos a criar o Serviço Regional de Protecção Civil, com instalações próprias, além de investir na construção e remodelação de quartéis de bombeiros, dotando-os de equipamento para responder a algumas solicitações nesta área; por isso presto aqui a minha homenagem a todos quantos e, sobretudo voluntariamente, na defesa de tão nobres ideais se envolveram neste processo.

Contudo, muito ficou por fazer e o Programa do IV Governo é muito pouco esclarecedor nesta área. É urgente não se adiar o que já se devia ter feito!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente

do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

- Nada há mais belo do que a própria vida!

- Não se consegue o bem estar enquanto não nos sentirmos seguros sob os nossos tectos ou no nosso meio ambiente.

- Parte do nosso parque habitacional está degradado, oferecendo perigo aos utentes, sobretudo nos maiores centros urbanos.

- Temos estradas regionais vulneráveis a qualquer sismo de média intensidade.

- Temos estradas regionais mal sinalizadas.

- Temos centros de saúde que não funcionam.

- As comissões locais de protecção civil não se preparam para reagirem a eventuais repetições de catástrofes, que esperamos nunca venham a acontecer.

- Parte do nosso património continua em perigo iminente de destruição.

- O levantamento fotogramétrico do Património Regional não está feito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Sendo este o ponto da situação vivida nesta Região e correndo aqui o risco de ser rotulado "Leigo na matéria", aventuro-me a meter a foice nesta seara, ficando tranquilamente consciente por aqui reforçar que a segurança das populações e de bens depende do seguinte:

- Recuperação em força da habitação degradada e menos segura. Este investimento tem a ver também com a segurança do nosso património e depende sobretudo de obras de consolidação que passam, muitas vezes, só pela limpeza de alvernarias, lavagem, reaperto e revestimento das mesmas.

- De um levantamento responsável das nossas estradas regionais e que se trate convenientemente dos troços e obras de arte inseguras e por conseguinte vulneráveis a certo tipo de catástrofes, que com a destruição impossibilite a acção das forças da protecção civil local.

- Sinalizem-se todas as vias rodoviárias, de modo que as intempéries e condições de troços não sejam responsáveis por acidentes.

- Construam-se instalações para bombeiros em todas as zonas da Região, em que se justifique, não esquecendo o Topo de S. Jorge, até agora pouco lembrado.

Faça-se a cobertura de toda a Região com telefones e sensibilizo o Governo Regional a tomar as devidas diligências para que as populações da Fajã dos Cubres e Caldeira de Santo Cristo sejam contempladas com esse meio de comunicação que, aliás, existiu antes do sismo e montados pré 25 de Abril.

- Sejam sensibilizadas as autarquias para a sua função responsável no âmbito da Protecção Civil local e que elas próprias limpem e fiscalizem as ribeiras e cursos de água, que por vezes a poluição forma autênticos diques constituindo

perigo para as populações.

- Que os quartéis de bombeiros sejam postos de alerta, sendo para isso necessário a atribuição de verbas para pagamento de efectivos, de modo a termos a coluna vertebral da protecção civil sempre pronta a responder aos estímulos.

- Que para além de se fazerem centros de saúde, que estes respondam à sua missão, não servindo de exemplo o da Calheta de S. Jorge, que funciona quase só, como serviços administrativos, com abertura às 9 horas e encerramento às 17 horas e 45 minutos.

- Que os Açorianos, sobretudo a 3ª idade, não tenham de sair de casa às 4 da manhã para aguardarem vez de serem atendidos por um médico, conforme ainda hoje se verifica em S. Jorge.

- Que este Governo considere a necessidade de existir em S. Jorge e talvez noutras ilhas a cirurgia geral, tendo em evidência o facto de sermos um Arquipélago, cujas evacuações dependem das condições atmosféricas e, por uma simples apendicite, correr-se o risco de se morrer, o que não acontecia no passado próximo, quando na minha terra um cirurgião, sem condições, operava salvando vidas.

- Finalizando esta minha intervenção, na qualidade de deputado pelo círculo eleitoral de S. Jorge, filho e residente numa ilha esquecida, lembro ao Governo Regional que existem futuras mães à espera de um obstetra para prepararem o Natal de um filho e há as que se preocupam por não terem acesso directo a um pediatra. Não são certamente as esposas dos responsáveis por esta situação!

Deputado Dionísio Sousa (PS): Muito bem!

O Orador: Se há falta de especialistas para satisfazer as necessidades regionais, criem-se incentivos ou viagens de rotina às ilhas tristemente denominadas "**Ilhas de Baixo**".

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos e vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar desejo saudar Vossa Excelência Senhor Presidente da Assembleia Regional, assim como todos os Srs. Deputados e formulo votos para que esta IV Legislatura seja mais um marco assinalável para a história da Autonomia Democrática e da unidade dos Açores.

De igual modo saúdo o IV Governo na pessoa de Vossa Excelência Senhor Presidente, fazendo votos, sinceros, para que o trabalho que ides desenvolver durante os próximos 4 anos seja

coroadado de êxito, tendo em vista o desenvolvimento e o bem estar das nossas populações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Encontramo-nos aqui para apreciar e votar o Programa do Governo para o próximo quadriénio.

Trata-se, por conseguinte, de um documento de capital importância, uma vez que será através dele que o Governo irá orientar toda a sua actuação política, traçando as grandes linhas de orientação que o executivo se propõe levar a efeito até 1992.

O Programa que o Governo aqui nos apresenta para apreciação, corresponde de facto aos princípios programáticos enunciados na última campanha eleitoral e que deram origem à actual maioria PSD.

Assumimos, assim, um compromisso com o eleitorado e que implica o empenhamento desta Câmara no seu todo e, em particular, o dos deputados do Partido Social Democrata.

O projecto do PSD, nunca é demais repeti-lo, é um projecto de liberdade, de justiça e de solidariedade, necessitando pois do redobrado entusiasmo de todos, para o prosseguimento do desenvolvimento que nos há-de conduzir à modernidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No Programa do IV Governo dos Açores, assume particular relevância a área dos Recursos Humanos, sector onde se joga grande parte do nosso futuro colectivo.

Os problemas mais prementes dos trabalhadores prendem-se, entre outros, com a precária situação social, económica e cultural que ainda subsiste, com as deficiências do sistema do ensino e com a falta de um permanente acompanhamento técnico-profissional no processo de formação individual.

A verdadeira função do trabalho implica que se confira novo sentido à sua organização nas empresas.

Critérios de mera prioridade económica não devem ser tidos como decisivos, pois que a este vector deve criar-se uma política de trabalho mais racional, que facilite o ajustamento da empresa e dos trabalhadores, às modificações das estruturas económicas e dos métodos de produção e ainda a uma maior flexibilidade na repartição de tarefas, como meio de democratização e harmonização das relações hierárquicas.

Tudo de forma a permitir o enriquecimento social e económico de cada trabalhador e a ocupação de cada um da forma mais racional e adequada às suas reais capacidades.

Um estudo comparado dita-nos que os sistemas baseados no lucro fácil revelaram-se incapazes de assegurar o pleno emprego.

Ora uma das formas de se atingir o pleno emprego na Região, sem prejuízo dos direitos dos trabalhadores, é ajustar as tarefas de modernização

que as empresas têm de implementar e antecipar a idade da reforma para os 60 anos.

Esta medida inovadora em relação à legislação em vigor viria, sem perda de direitos, permitir o rejuvenescimento do mercado de trabalho que tanto as empresas precisam, como os jovens saídos das escolas esperam.

Numa perspectiva social democrata, a liberdade é indissociável da segurança social e económica e esta é inalcançável sem a garantia de pleno emprego.

O objectivo do Partido Social Democrata é o de assegurar a cada cidadão o direito ao exercício efectivo de um trabalho digno, justamente remunerado e livremente escolhido, porque só assim se dignifica o Homem.

De harmonia com estes princípios, importa encarar o mundo do trabalho a dois níveis: no plano da formação escolar que permita aos estudantes prepararem-se para o exercício de uma profissão, mas tendo em vista uma orientação que evite a formação de profissionais com poucas possibilidades de emprego e, no plano da formação profissional fora e dentro da empresa de modo a permitir aos trabalhadores quaisquer que sejam as suas idades e condições pessoais, actualizarem-se face às novas técnicas ou mesmo reconverterem-se.

Em todo este processo, a Concertação Social é um instrumento valiosíssimo como muito bem explicita o Programa do Governo e cito "Hoje a política de emprego é cada vez mais o resultado de uma conjugação de esforços assumida pelos vários agentes sociais e económicos.

A Concertação Social é, por isso, um vector fundamental dado que dela depende a capacidade e a vontade dos diferentes agentes para enfrentar e criar as condições para o desenvolvimento participado e integrado".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Na área do desporto gostaria também de tecer algumas considerações.

Em primeiro lugar, congratulo-me pelo facto do Programa do Governo dedicar um capítulo sobre esta matéria com algumas inovações.

Desde logo, reconhece-se no programa que "a prática do desporto faz parte da educação integral do jovem, constitui um importante factor de aproximação e convivência de comunidades e representa uma condição basilar de promoção do Homem." Manifesta ainda o Programa do Governo, a intenção de avançar mais rapidamente em aspectos que efectivamente ainda somos carentes, tais como:

- Estímulos à fixação na Região de técnicos desportivos credenciados;

- Construção de recintos desportivos adequados à prática das diferentes modalidades;

- Reorganização e dinamização do desporto escolar;

- Criação de uma estrutura que vise melhorar os aspectos, organizativo, legislativo e financeiro;

- Apoio directo às organizações desportivas que pelo seu dinamismo e esforço próprios valorizem o atleta açoriano.

Para a prossecução de tais objectivos, julgo ser indispensável aprofundar o diálogo, a concertação e a cooperação entre as várias entidades ligadas ao desporto, para que este seja, cada vez mais, um instrumento não só de recreação e de espectáculo, mas fundamentalmente um factor de educação e de cultura.

É com satisfação que verifico que alguns aspectos que tenho defendido nesta matéria se encontram contemplados no Programa do Governo e espero que aquando da apresentação do Plano e Orçamento se pormenorize tais acções.

A política desportiva, estou certo, irá ter novo tratamento na nossa Região, nomeadamente em S. Miguel, onde a população desportiva cresceu substancialmente, sem o correspondente reforço das estruturas desportivas.

Os desportistas açorianos já são alguns milhares, os dirigentes associativos e dos clubes que por carolice se dedicam de alma e coração à causa, merecem o nosso esforço, para dotar a Região das condições humanas e materiais imprescindíveis para o desenvolvimento do desporto entre nós.

Assim, para além de uma sociedade mais saudável e de uma ocupação dignificante, poderemos contribuir para projectar a Região além fronteiras.

Estou certo que a hora do desporto chegou.

O Programa do Governo aponta claramente nesse sentido.

Paraphraseando um velho amigo ligado às lides desportivas e distinto jornalista, João de Brito Zeferino, direi:

"A tarefa que nos aguarda é ciclópica, não se pode esperar mais, em todos os campos, no desporto também".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Programa do IV Governo Regional é realista, corresponde às necessidades, enquadra-se perfeitamente na nossa capacidade de execução, por isso, o meu apoio.

O Povo dos Açores confiou-nos uma missão, é nossa responsabilidade prestar-lhe contas. Assim o faremos!

Disse. Obrigado.

Deputado Dionísio Sousa (PS): É uma comissão!

Yozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos.

Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos (Manuel Arruda): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Governo Regional dos Açores ao criar a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos demonstra, claramente, a sua aposta no jovem.

Os jovens devem tornar-se protagonistas da política de juventude garantindo, por seu intermédio, a coerência das políticas sectoriais.

O Governo irá assentar a sua política para a juventude em três grandes vectores:

- Associativismo Juvenil;
- Jovens Empresários;
- Política de Habitação para Jovens.

O Associativismo Juvenil é, em si mesmo, uma demonstração do dinamismo social dos jovens e um dos veículos que mais pode contribuir para a sua correcta inserção social.

Entendemos que o Associativismo Juvenil é um factor essencial para que os jovens tenham uma aprendizagem participativa e de interesse pelos princípios que presidem a uma sociedade democrática.

É igualmente necessário e urgente que se renove e rejuvenesça o tecido empresarial da Região, para isso teremos de estimular o aparecimento de jovens empresários com dinamismo e ideias criadoras reforçando a componente tecnológica.

Será criada uma "bolsa de ideias" onde os jovens possam recorrer para criarem a sua própria empresa e, conseqüentemente, o auto emprego, dando condições que estimulem a inovação e a criatividade a par de um leque de incentivos quer do ponto de vista organizacional, quer do ponto de vista financeiro.

Um dos problemas mais sentidos pela população jovem dos Açores é a carência habitacional. Esta questão arrasta consigo uma série de outras que levam a que não se criem condições mínimas aos agregados familiares com todos os problemas daí decorrentes.

Neste domínio serão propostos incentivos à autoconstrução e estudadas medidas específicas de apoio a jovens casais em conjugação com o departamento competente.

O êxito de uma política de juventude não pode ser tarefa exclusiva do Governo.

A sociedade, nomeadamente através das suas instituições e do poder local, é igualmente chamada à tarefa árdua que se depara em quem quer criar um futuro melhor.

Toda a política de juventude que irá ser desenvolvida por este Governo sê-lo-á em estreita colaboração e diálogo com as organizações de juventude já existentes na Região e muitas outras que aparecerão, estamos certos, com o incremento e incentivos que irão ser citados.

Com a nova orgânica do IV Governo Regional houve necessidade de proceder a algumas alterações

em termos organizativos e de funcionamento.

É neste contexto de modernidade e renovada dinâmica assumida pelo novo executivo regional que se insere a criação da Direcção Regional dos Assuntos Laborais, com atribuições na área da inspecção do trabalho e das relações de trabalho propriamente ditas. Esta nova estrutura será muito mais que uma simples lufada de ar fresco; antes representará o suporte institucional de uma diferente maneira de abordagem e resolução da vasta problemática a que se convencionou apelidar de assuntos laborais.

Dentre outras, duas ideias-força justificam, em pleno, a iniciativa ora anunciada. Por um lado, uma mais racional e eficaz gestão dos recursos humanos e financeiros disponíveis; por outro lado, uma maior operacionalidade e uniformidade de critérios de alteração.

No quadro de abertura e diálogo, paradigma das sociedades ocidentais modernas, assume particular relevância o recentemente criado Conselho Regional de Concertação Social. Pela sua parte a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos tudo fará para que esta instituição rapidamente comece a trabalhar e, do seu seio, brotem os mais amplos consensos determinantes do desenvolvimento harmónico desta Região, que é de todos nós e, por o ser, se exige também a cada um dos parceiros sociais que, na divergência salutar dos seus interesses próprios, assumam a sua quota de responsabilidade e saiba encontrar a resposta consensual adequada que sirva de ajustada terapia às importantes questões de índole económica e social que inquestionavelmente lhe serão colocadas.

Este esforço de diálogo social alargado revela também ao nível das relações de trabalho, nomeadamente, através do incentivo à regulamentação colectiva convencional de modo a que, por um lado, recrudesça a negociação colectiva de base regional com ênfase na cobertura das denominadas "zonas brancas", como forma de promover a justiça social e a erradicação de assimetrias e, por outro lado, desacelere a intervenção administrativa tida eufemisticamente como panaceia na resolução de conflitos negociais, mas que não é mais do que a intromissão da Administração - a maioria das vezes mal compreendida - numa área que, antes de tudo, só às partes contratantes diz respeito.

No que se refere à problemática da higiene e segurança do trabalho, há que ter em conta que o desenvolvimento industrial e tecnológico, trazendo riqueza e modernidade, implica também o surgimento de riscos acrescidos, muitas vezes de diferente tipologia, inclusivamente ao nível das próprias doenças profissionais. Manda a verdade dizer que a maioria dos parceiros sociais não está sensibilizada para esta questão, embora

alguns progressos sejam conhecidos. Também aqui urge um esforço concertado.

Em primeiro lugar, fazendo conter nas convenções colectivas de trabalho regras precisas que concretizem um mínimo de obrigações. Parece-nos ser um modo importante de divulgação dos direitos e obrigações que aos agentes laborais diz respeito.

Em segundo lugar, há que exigir uma efectiva implementação das estruturas de segurança e medicina do trabalho nas empresas - e as médias e grandes empresas terão de dar, em primeira linha, um exemplo muito claro.

Em suma, torna-se urgente investir em matéria de higiene, segurança e medicina do trabalho, invertendo assim os valores inscritos nos sucessivos balanços sociais das empresas que reflectem o quadro traçado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nas diversas vertentes do desenvolvimento, o Homem tem uma importância vital e é neste sentido que se reputa de extraordinária relevância a Promoção do Emprego como uma das componentes a merecer especial enfoque, apesar das poucas significativas taxas de desemprego registadas, nos últimos anos, na Região Autónoma dos Açores.

Tem sido, e continuará a ser, para esta Secretaria Regional preocupação constante o estabelecimento de prioridades na criação de condições para o estímulo do crescimento e desenvolvimento económicos e para a elevação dos níveis de vida com vista a promover o pleno emprego produtivo e livremente escolhido.

Assim, para além de outras acções que têm vindo a ser desenvolvidas, pretende este departamento dar especial ênfase às que visem a criação de empregos e as que abrangem uma solução para os desempregados de longa duração. Para as primeiras, as iniciativas Locais de Emprego (Programa lançado pela OCDE em 1982) vão merecer ainda mais a nossa especial atenção, pois revelam como a criação de empregos se pode inserir em projectos que, partindo da resposta a carências sociais básicas, tendem a integrar-se em dinâmicas de desenvolvimento local.

Relativamente aos desempregados de longa duração, muito embora o seu número seja pouco expressivo, vai criar-se um Programa Ocupacional visando colocá-los em contacto com as actividades que satisfaçam necessidades colectivas e que favoreçam a criação de futuros postos de trabalhos, possibilitando-lhes, simultaneamente, a não perda de contacto com o mundo do trabalho e a sua manutenção em actividade diária.

Continuarão a desenvolver-se acções de manutenção de empregos, recuperação de postos de trabalho e ainda apoio ao artesanato, numa perspectiva de emprego.

O apoio ao Sector Cooperativo vai ser outra vertente que a Secretaria Regional da Juventude

e Recursos Humanos irá privilegiar, dado que o associativismo é uma forma importante para obviar os problemas do emprego, de modo muito especial a nível local, tendo em conta, nomeadamente, a dispersão geográfica da Região.

A ocupação temporária de jovens, a ocupação de estudantes em férias e a ocupação de trabalhadores sazonais da Agricultura e das Pescas continuarão a ter os seus respectivos Programas, sempre mais actualizados e melhorados, com a experiência colhida, já que deram provas inequívocas da sua importância e do seu impacto altamente positivo junto dos destinatários.

Atendendo à evolução própria dos nossos tempos e às características específicas da nossa Região, os Centros de Emprego têm apostado na sua constante renovação, nas suas diferentes vertentes: preparação e actualização dos seus funcionários que têm participado, sempre que possível, em acções de aperfeiçoamento a nível regional, nacional e internacional; implementação de medidas de reestruturação dos serviços, no sentido de uma resposta mais rápida e eficiente aos utentes, e que, a breve trecho, caminhará para a informatização sobretudo dos sectores mais directamente ligados aos pedidos de emprego e satisfação de ofertas; criação de um núcleo de informação com projecto já definido, com o objectivo de assegurar aos que procuram o primeiro emprego e, aos que pretendam frequentar cursos de formação profissional, o máximo de informação possível, sobre todos os domínios, com predominância no que se refere aos directamente ligados ao mundo laboral e aos aspectos humano e cultural; incremento da mobilidade geográfica de trabalhadores (compensação) que poderá desenvolver-se a nível regional, nacional e internacional, sobretudo com os países das Comunidades Europeias, no âmbito de um programa comunitário no qual a Região já participa.

Procuraremos, também, tirar o melhor proveito de Programas existentes em outros países para intercâmbio de mão-de-obra especializada, acções de formação e outras, na sequência de contactos que têm vindo a ser mantidos com responsáveis por esses Programas nos respectivos países. Recorde-se que a Região participa já no programa "Tour d'Europe des Jeunes" o qual proporciona a troca de candidatos a estágios de formação profissional.

Aprofundar o conhecimento do nosso mercado de trabalho, nomeadamente as suas carências em mão-de-obra qualificada, de modo a equacionar o alargamento das áreas formativas existentes na Região e um melhor aproveitamento das existentes a nível nacional e do estrangeiro.

Especial ênfase será também dado às acções de divulgação sobre as possibilidades de formação profissional, com o intuito de criar nos nossos jovens a necessidade de se prepararem cada vez mais e melhor para o desempenho da sua profissão,

privilegiando como destinatários a população escolar e a dos meios rurais, em íntima colaboração com as autarquias e instituições locais.

No que se refere à formação profissional e, para além do que já aqui foi referido, procuraremos trabalhar em duas vertentes.

Por um lado remodelar o quotidiano do Centro de Formação Profissional dos Açores por forma a que a par de uma formação técnica, seja assegurada em profundidade, uma formação humanística, cívica e cultural aos estagiários. Deste modo procuraremos dar-lhe o melhor enquadramento possível na sociedade que deles muito espera.

Por outro lado, intensificar os programas de apoio ao emprego que possuam, em simultâneo, uma componente de formação profissional integrada e assegurada no próprio local de trabalho.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Muito bem!

O Orador: Para além destes aspectos, iremos gradualmente alargando as áreas formativas do Centro de Formação Profissional dos Açores a novos cursos, dando uma especial atenção à recuperação de profissões em desuso, bem como prosseguir a política de alargamento a áreas de que a Região é carecida.

Consideramos, porém, que não compete somente a esta Secretaria Regional dinamizar e promover a realização de acções de formação. É de aguardar um papel importante que, nesta matéria, terão os parceiros sociais, as empresas privadas e outras instituições, pelo que privilegiaremos a canalização de fundos comunitários destinados a financiar estas actividades, nomeadamente o Fundo Social Europeu.

Neste domínio temos já experiência e credibilidade junto das instâncias comunitárias, o que tem facilitado a aprovação dos dossiers provenientes dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As políticas atrás enunciadas demonstram claramente a aposta deste Governo na valorização do potencial humano - factor de capital importância para o desenvolvimento económico da Região.

Estas políticas, embora dirigidas globalmente a vários segmentos sociais e profissionais, acentuam as nossas preocupações relativamente a dois grupos particulares; os jovens e as mulheres.

Para finalizar acrescentaria que a eficácia destas políticas dependerá da nossa capacidade de interpretação face às mudanças que ocorrerão ao longo do tempo e da criação de mecanismos de adaptação necessários a essas mudanças.

O sucesso dependerá, em última instância, do desenvolvimento de todos em geral e cada um em particular.

Disse.

(Aplausos do PSD e Governo)

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PSD): Sr. Presidente,

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Ao usar pela primeira vez da palavra nesta tribuna, gostaria de deixar uma saudação a todos e ao mesmo tempo formular um voto. Que o nosso trabalho prestigie esta Assembleia e corresponda aos anseios daqueles que aqui representamos.

O tema que vou abordar é a Segurança Social.

O artigo 63º da Constituição estabelece que "todos têm direito à Segurança Social".

Este direito efectiva-se através do Sistema de Segurança Social e é exercido nos termos da Lei nº 28/84.

Os objectivos do sistema de Segurança Social são de duas ordens:

1º Proteger socialmente os trabalhadores e suas famílias nas situações de falta ou diminuição de capacidade para o trabalho, de desemprego involuntário e de morte, e garantir a compensação de encargos familiares.

2º Proteger socialmente as pessoas que se encontram em situação de falta ou diminuição de meios de subsistência.

Para realizar estes objectivos, o sistema de Segurança Social compreende os regimes e as Instituições de Segurança Social. Obedece a um conjunto de princípios fundamentais e conta com a garantia do Estado no seu financiamento.

É este o sistema de Segurança Social que temos nos Açores.

Os regimes são os mesmos.

Em matéria de organização e funcionamento, porque a lei assim o permite, existem diferenças.

Feito este breve enquadramento, começaria por abordar os aspectos relacionados com a organização da Segurança Social na Região.

Em Junho de 1987, após longo debate, é publicado o Decreto Legislativo Regional nº 11/87/A que estabelece a orgânica da Segurança Social nos Açores. As instituições criadas por este diploma só entrarão em funcionamento após a publicação dos Decretos Regulamentares que definam a sua estrutura interna, competência e modo de funcionamento.

Já se passou um ano e meio. Nada se fez nesse sentido!

Deputado Dionísio Sousa (PS): Ah! Admira!

O Orador: A introdução dos meios de Microfilmagem nos serviços foi um dos objectivos apontados no último Programa do Governo. O actual Programa nada refere.

Quanto às prestações pecuniárias este Programa também nada diz. ...

Deputado Dionísio Sousa (PS): Para quê?!...

O Orador: ...Poderemos concluir que tudo está bem nesta área? De modo algum!

O valor das prestações encontra-se reduzido em relação aos valores nacionais, por circunstâncias especificamente insulares.

Que o digam os pensionistas dos Açores, que vêm diminuído o seu poder de compra.

Pensa o governo adoptar alguma medida que

reponha pelo menos o montante equivalente ao diferencial da inflação entre a Região e o Continente Português?

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Nós já fizemos isso!

O Orador: Para o Governo a elaboração de um novo Regulamento de Concessão de Baixas por Doença merece honras do Programa do Governo.

Visará certamente esta medida contribuir para a moralização das condições de atribuição das prestações sociais. Mas, na mesma linha de moralização, não se anuncia nenhuma medida que vise o cumprimento das obrigações contributivas, detectando ou corrigindo casos de fuga ou fraude. Não se faz referência à recuperação de dívidas à Segurança Social.

Inexplicavelmente não se deu ainda cumprimento na Região a legislação nacional sobre esta matéria, o Decreto-Lei 52/88.

Sobre isto interessa reflectir um pouco.

Sendo o modelo de Segurança Social na Região aquele que está previsto na Constituição e na lei de bases, não compreendemos por que razão os diplomas nacionais não são aplicados de imediato, diria automaticamente, na Região, salvaguardada que está a competência desta em matéria de organização e funcionamento dos Serviços.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Esperamos que o Governo, de futuro, seja mais célere na aplicação da legislação de âmbito nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Acção Social assume entre nós um papel de relevância como factor de humanização do sistema de Segurança Social, pela adequação das respostas deste às situações concretas, nos planos individual, familiar e comunitário.

Ela visa a prevenção de situações de carência, disfunção e marginalização social e destina-se a assegurar uma protecção especial às crianças, jovens, deficientes e idosos.

Esta é uma área onde muito há que fazer. Uma área onde são indispensáveis recursos humanos qualificados.

São cada vez mais numerosas as situações de carência económica e social a que os regimes de Segurança Social não conseguem dar resposta. Há que reparar urgentemente estas situações. Há que evitar que os nossos beneficiários tenham de procurar junto das nossas comunidades emigrantes, como recentemente aconteceu, os apoios que não encontram no seu País, na nossa Região.

Não se faz neste Programa, no âmbito da Segurança Social, qualquer referência a projectos e medidas específicas de combate à pobreza. E ela existe por aí, um pouco por todo o lado. Não só na Ilha de São Miguel como se pretendeu fazer crer.

Há que promover de imediato o combate à pobreza. Criem-se grupos de trabalho, façam-se os estudos necessários, mas comece-se já!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Muito bem!

O Orador: Outra das áreas de actuação da Acção Social é a que diz respeito aos equipamentos colectivos. Neste domínio têm desempenhado um papel muito importante as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

A iniciativa particular é sempre de estimular e de apoiar, mas é também sempre insuficiente. A responsabilidade social nesta matéria deverá ser em primeiro lugar do poder regional, em segundo do poder local e subsidiariamente da iniciativa privada.

O Governo anuncia como objectivo a construção em cada ilha de uma estrutura de apoios idosos. É esta, aliás, a única proposta concreta que este Programa apresenta no âmbito da Segurança Social.

Como pensa o Governo solucionar o problema das ilhas onde já existem tais estruturas mas que não são, neste momento, capazes de dar resposta às inúmeras solicitações?

Outra das intenções enunciadas pelo Governo é a conclusão dos programas de investimento em curso.

E quanto a novos investimentos?

Não pensa o Governo prosseguir com o programa de edifícios polivalentes, verdadeiros centros comunitários na freguesia?

A ser assim, qual o destino das Casas do Povo que se encontram instaladas em precárias condições de funcionamento?

Pensa o Governo, tal como consta do seu programa, atribuir-lhe mais tarefas inerentes à comunidade que servem, ou proceder à respectiva extinção?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Segurança Social é um ideal que se instalou no coração e na inteligência dos homens.

Ela será na nossa Região o resultado ou o produto das políticas que forem adoptadas.

Cabe ao Governo e a esta Assembleia a responsabilidade de manter bem vivo esse ideal.

Disse.

(Aplausos do PS e CDS)

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Srs. Deputados, estamos muito próximos da hora regimental, de forma que vamos interromper os nossos trabalhos. Recomeçaremos às 15,00 horas.

(Eram 12,50 horas)

Presidente: Srs. Deputados, peço a vossa atenção para o recomeço dos nossos trabalhos.

(Eram 15,00 horas)

Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Analisar a problemática da agricultura, na discussão do Programa do IV Governo Regional, é tarefa difícil e apaixonante.

Difícil pelos múltiplos aspectos e factores quer de ordem estrutural, climatéricos ou, e acima de tudo, pelos factores externos—logo incontrolláveis - com que se defronta a agricultura açoriana.

Apixonante, na inovação em que se aposta na dignificação da classe, no desafio com vista a 1992, pondo assim à prova a capacidade (já comprovada aqui ou além fronteiras) e a aceitação dos nossos agricultores aos ventos favoráveis da mudança.

No tempo actual, o ritmo do progresso e de difusão de novas ideias exige um esforço constante e abnegado de adaptação às novas tecnologias de produção e comercialização.

Nos Açores há pois que continuar a fazer-se uma pertinente revolução agro-pecuária.

Revolução de métodos e de ideias.

Mas ao Governo não cabe toda a dinâmica de acção e execução.

O agricultor para se valorizar socialmente, e para se sentir profissionalmente realizado em termos económicos, terá de actuar e balizar a sua actividade como um empresário, na verdadeira acepção da palavra.

O novo empresário agrícola, tem de agir como tal, tem de contabilizar despesas, margens de risco para e só depois arriscar à distância com relativa segurança uma previsível margem de lucros.

O universo agrícola regional não comporta mais agricultores, e só comporta os actuais porque o ritmo de envelhecimento dos agentes neste sector é elevado, daí naturalmente muitos estarem a um passo da reforma, e, num outro vértice do problema, poder-se fomentar, com um esforço sério e rápido, a reconversão e melhoramento dos terrenos ainda não cabalmente explorados, rentabilizando-os ao máximo, dentro de fórmulas tecnicamente correctas.

Implementados estes factores, os agricultores têm de assumir, por si mesmos, a responsabilidade de não inflacionarem os preços de compra, as rendas ou as transações de terrenos, sob pena de inviabilizarem as suas próprias explorações.

No regime democrático em que se vive é impossível arriscar fórmulas rígidas de se conterem, na totalidade, essas atitudes, cabendo aqui aos agricultores a tarefa de equacionar com frontalidade o problema.

Noutra realidade de acção, não podem os empresários agrícolas - entender o fenómeno da integração europeia como o "deserto" da nossa agricultura, mas, vice-versa, tal facto, não marca também o seu "oásis".

Qualidade e preços, um correcto "marketing" dos nossos produtos e a diversificação dos mercados de destino são elementos "chave" para se vencer a batalha da integração, não hipotecando o futuro do sector.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tem-se, nos últimos tempos, "pintado" das mais negras cores a agricultura açoriana.

Não se foge aos problemas - eles existiram -, alguns ainda persistem, mas a maioria deles não são da responsabilidade directa do Governo.

Mas a nossa agricultura, reflectindo o verde dos nossos campos, também é feita de esperança; os caminhos de penetração já existentes, o apoio às indústrias de lacticínios, os subsídios à motomecanização, à florestação, construção de bebedouros, melhoramento das pastagens, etc., é exemplo marcante da dinâmica do Governo para atingir o objectivo traçado da modernização do sector.

E é importante salientá-lo, há por toda a Região muitas empresas agrícolas onde, devido à experiência adquirida, bom senso de gestão, espírito de persistência - condição base para se ser agricultor -, se ganha dinheiro e se inova com cuidado e realismo.

O tempo de loucuras na agricultura já passou, ou temos os dias contados.

Agora, os ventos são outros, há que investir, mas investir para rentabilizar esse mesmo investimento e não para se viver com "fachadas" que não se podem sustentar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A leitura que faço do Programa do Governo, no que concerne à agricultura, é que as acções propostas são arrojadas mas realistas e indispensáveis para a modernização premente e necessária, que se terá de operar no sector durante a vigência do PMP 1988-92.

Sem esquecer o problema das infraestruturas -caminhos de penetração, água, luz - considero como relevantes três vectores para se continuar a impulsionar a agricultura, criando condições concretas para o aparecimento de empresários jovens, dinâmicos e com conhecimentos suficientes para se adaptarem à "era da informática em que vivemos".

Os sectores que entendemos vitais para a aceleração do processo agro-pecuário são: formação profissional, investigação, e abertura à exportação de novos mercados.

Penso que na formação profissional dos nossos agricultores está o alicerce e a base para a renovação de princípios e métodos, cuja implementação urge fazer na agricultura.

Por isso entendo como acção prioritária a construção dos centros de formação agrícola nas ilhas onde os mesmos ainda não se encontram em

execução.

Mas, numa outra abordagem ao problema, cabe às escolas preparatórias, porque não também às primárias, um papel orientador importante e de preparação para o sector, nos jovens que mostrarem vocação para tal.

A investigação ocupa também um papel basilar para a modernização e rentabilização da nossa agricultura.

Mas a investigação - testados os resultados positivos alcançados - tem de fazer a demonstração prática dos mesmos, para que os agentes do sector possam retirar dessa pesquisa, já testada, todo um vasto manancial de ensinamentos, tão importantes para rentabilizar os seus recursos, melhorando a sua condição social.

O último vector a que me referi, prende-se com a exportação de produtos de lacticínios e carne, cujos mercados de destino urge diversificar, para se garantir um escoamento atempado e a preços capazes de cobrir os custos da matéria-prima e de transformação desses mesmos produtos.

Af o sector dos transportes não pode ser descuidado, quer nos preços praticados, quer na introdução experimental de novas carreiras.

A procura e o cimentar de novos mercados, para os quais o Governo tem intenção de criar incentivos regionais especiais, para as consequentes exportações, surge como factor basilar e inadiável neste caminhar acelerado para a integração europeia.

Tal intenção, quando posta em prática, actua também como factor pedagógico no "sacudir" de vícios existentes e na procura de evitar saturar ainda mais mercados tradicionais, cujos agentes, conhecendo de longa data os mecanismos de circuito, em nada facilitam a formação de preços justos para os nossos produtos de exportação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A agricultura açoriana está viva, consciente das suas responsabilidades e das suas limitações, mas acima de tudo com força e coragem para vencer os novos desafios, como ao longo dos séculos tantas vezes lhe sucedem.

Vencer os desafios do presente - é aposta que os agricultores aceitam. Há que motivá-los, mas, primordialmente, há que lhe apontar com clareza e realismo o caminho a seguir, não nos cabendo culpas históricas, quando os mesmos - agindo em liberdade - preferirem os "atalhos" por tornar a distância mais curta, mas os objectivos mais longínquos, quais miragens incalculáveis.

Disse.

(Aplausos do PSD e Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Cooperação Externa.

Subsecretário Regional da Cooperação Externa

(Rolando Lalanda Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sinto-me honrado em poder dirigir-me pela primeira vez a esta Assembleia (órgão máximo que representa o Povo Açoriano e a sua vontade de autogoverno) e manifesto, desde já, a vontade que me anima de encontrar convosco, Srs. Deputados, os caminhos profícuos de um diálogo que concretize os altos ideais da afirmação e da projecção externa da Região Autónoma dos Açores. Com efeito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, iremos construir uma verdadeira política de cooperação externa assente em três grandes vectores:

1º. Um claro compromisso com a nossa terra e com o nosso Povo.

2º. Com o aprofundamento do diálogo entre parceiros sociais, organizações culturais e de solidariedade social, autarquias e entre Governo e Assembleia Regional.

3º. Através da coordenação dessa mesma política a nível governamental.

É que a unidade que resulta da consciência do interesse regional e a dignidade que advém do orgulho de viver e de trabalhar numa região com cinco séculos de História são elementos fundamentais para a concretização de uma verdadeira cooperação externa, num quadro de relações internacionais cada vez mais aberto, mais complexo e mais dinâmico.

Assim, no respeito pelo quadro instituído pela Constituição e pelo Estatuto, cabe à Região a condução de uma política de cooperação externa que, recusando uma perspectiva assistencial e miserabilista, contribua para a afirmação dos valores da paz, da liberdade, da solidariedade e da justiça social, no qual se insere o projecto de autonomia política, que caracterizam a civilização acidental tanto na sua vertente europeia como americana.

Ora, é na fronteira entre estes dois continentes que os Açores realizam a sua vocação histórica: o ser um traço de união entre o Novo e o Velho Mundo, contribuindo pela sua situação estratégica para a segurança mútua dos dois continentes e pela dimensão social, política e cultural da presença de açorianos nos dois lados destas duas margens do Atlântico para a necessária e por vezes difícil síntese entre a vocação continental e a vocação Atlântica de Portugal.

Por isso, como sociedade de fronteira, os Açores estão naturalmente interligados a espaços cada vez mais vastos e mais complexos mas também mais integrados e mais dinâmicos: por um lado o processo de construção europeia; por outro lado o processo de aniquilação de barreiras alfandegárias nos espaços americanos, bem como os reflexos da importância e do crescente do oriente que se fazem também sentir aqui.

É neste quadro complexo que a cooperação externa assume particular importância na defesa dos interesses específicos da Região Autónoma dos Açores, que não se reduzem meramente à sua dimensão económica mas também compreendem vertentes de natureza social, cultural, tecnológica e estratégica.

Com efeito, a assinatura do Acto Único Europeu por parte de Portugal coloca um desafio importante aos portugueses e desde logo aos açorianos: como compatibilizar os objectivos do mercado único em construção até 1992 e os objectivos da coesão económica e social enunciados no mesmo tratado.

De facto, numa sociedade de informação, as instâncias de controlo são cada vez mais presentes por parte dos Estados Centrais e as regiões aparecem cada vez mais como instâncias fundamentais na defesa dos direitos dos cidadãos, na permanência das identidades sociais e culturais e na realização das correcções das assimetrias de desenvolvimento presentes nessa comunidade na qual queremos-nos integrar. Aliás, foi nesse sentido e na sequência da coesão económica e social que neste momento se assiste à reforma dos fundos estruturais, nomeadamente através do Regulamento CEE 2052 de 24 de Junho de 88.

A especificidade das sociedades insulares, e nomeadamente da Açoriana, no quadro Europeu só pode ser salvaguardada, neste contexto, e se intensificara presença da Região nas instâncias comunitárias e se desenvolvesse cooperação inter-regional inter-ilhas com a perfeita consciência que a procura de soluções para os problemas da integração económica, do desenvolvimento cultural e social passa por uma profícua troca de experiência entre as diferentes ilhas europeias.

Os resultados de uma activa presença da Região - e o trabalho desempenhado pelo Dr. Moa Amaral já está dar os seus resultados - nas instâncias europeias materializar-se hoje em diversas Declarações, nomeadamente na Declaração do Conselho Europeu de Rhodes, que ultimamente se reuniu, reconhecendo a necessidade de medidas específicas para a consecução dos objectivos da coesão social e económica da vida europeia que assim não se limita aos investimentos proporcionados apenas pelos fundos estruturais, mas ultrapassa-os e reforça-os.

A noção de parceria Estado-Membro, Comissão e Região, na perspectiva da política europeia de desenvolvimento regional actual, presente também na reforma dos fundos estruturais, coloca a autonomia política no cerne do nosso próprio diálogo com a Europa. A autonomia passa a ser também um princípio de autogoverno e de participação comunitária.

Neste contexto a defesa da existência de um círculo próprio para os Açores ultrapassa a mera reivindicação, entra no campo da própria dinâmica

da construção da Europa das regiões.

Portanto, aquilo que o Governo defende é o regionalismo moderno e aberto, que se traduz no conceito da participação política das regiões nas grandes questões europeias e não apenas como uma simples instância de planeamento ou administrativa.

Assim torna-se necessário prosseguir uma sempre mais rápida e actual informação para que a população e agentes sociais e económicos possam com clareza tomar opções correctas num mercado cada vez mais concorrencial. Para tal, o Governo irá lançar alguns programas de esclarecimento sobre questões comunitárias visando a sensibilização dos cidadãos para uma melhor consciência da sua situação no Mundo e na Europa.

De facto 1992 não é um tempo mítico, uma espécie de fase a seguir à qual nada será como dantes. É sim um tempo em que a nossa capacidade de afirmação será posta à prova. Somos um povo capaz de realizar fora da nossa terra obras admiráveis - é disso mostra o dinamismo das nossas comunidades - por isso devemos acreditar nas nossas capacidades, na nossa própria experiência de povo e, com os nossos recursos endógenos, pois só assim se criará um desenvolvimento sustentado, avançar para uma cooperação externa que vise, antes de mais, uma sociedade mais solidária, mais justa e mais progressiva.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos do PSD e Governo).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O eleitorado açoriano, por maioria absoluta, não apoiou o Programa Eleitoral do Governo apresentado pelo PSD.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Essa está boa!

(Risos da Câmara)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou repetir, porque o raciocínio parece-me simples, mas, pelos vistos, na bancada do PSD há Srs. Deputados que ainda não perceberam!

(Risos da Câmara)

O Orador: O eleitorado açoriano, por maioria absoluta, não apoiou o Programa Eleitoral do Governo apresentado pelo PSD. Porém, a maioria relativa dos eleitores votantes, proporcionou, graças ao método de Hondt, uma maioria parlamentar tangencial ao PSD. Estamos pois perante o legítimo Governo Regional.

Entudo, a maioria absoluta do eleitorado

açoriano não se identifica com a política e a prática deste Governo.

É exactamente nesta perspectiva que temos que apreciar este Programa de Governo agora apresentado.

A par de contradições, indefinições e imprecisões, como rol de boas intenções, este Programa tem o seu mérito e contém objectivos e políticas sectoriais aceitáveis e até desejáveis.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Vá lá!...

O Orador: Mas Programas anteriores também continham idêntica bondade e muitos dos seus objectivos mais importantes não foram atingidos e nalguns casos até foram contrariados.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Foi por falta do "Ferry-Boat"!

O Orador: Quem não se lembra das promessas aqui feitas, há quatro anos, pelo Presidente do Governo Regional, que na altura adiantava:

"A nossa atitude é, como sempre, de diálogo em perfeita consonância com os princípios e a praxe da Social Democracia. Diálogo antes de mais com a Assembleia Regional".

"O Governo fará ponto de honra em promover a resposta, o mais urgente possível, aos requerimentos e às interpelações que lhe sejam apresentados; pelos senhores deputados, reafirmando manter plena abertura para quaisquer outros contactos informais, solenes, os que forem".

E continuava: "Sem esperar, passivamente, pelas iniciativas dos deputados neste domínio, o Governo irá, directamente, ao encontro dos Srs. Deputados para com eles dialogar acerca dos problemas da Região e de uma forma especial dos círculos eleitorais por onde se encontram eleitos, para lhes pedir a sua colaboração - que nas tarefas que envolvem o Governo da Região, o esforço de todos e de cada um é valioso e sempre necessário."

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Acabámos de ler, indiscutivelmente, uma bonita prova, com belos objectivos rodeados de compromissos de honra.

Mas na prática, que fez o Governo: exactamente o contrário.

Ainda agora apresentei um requerimento a esta Assembleia sobre uma matéria relativamente à qual havia solicitado informações em Novembro do ano passado e nunca sequer recebi qualquer resposta. Veja-se: um ano não deu para o Governo responder!

Mas o mais grave passou-se exactamente quando o Governo visitou a Ilha Terceira em Abril passado, no âmbito da pretensa e demagógicamente chamada "Presidência Aberta". Na altura solicitei, telegraficamente, como deputado, uma audiência ao Presidente do Governo para tratar de problemas do círculo eleitoral que me havia elegido. Incompreensivelmente nem resposta recebi do Presidente

do Governo.

Na prática, como vemos, é este o diálogo que o Governo Social Democrata preconiza e a disponibilidade que apresenta para com esta Assembleia e os legítimos representantes do Povo dos Açores. É no mínimo escandaloso.

Se continuássemos o raciocínio analisaríamos facilmente o que foi a praxe do Governo Regional na colaboração institucional com esta Assembleia e com os Órgãos de Soberania e seu representante nos Açores.

Das nobres intenções programáticas passou-se rapidamente para uma perspectiva de arrogância, de confronto e até de desrespeito inclusivamente em relação a este órgão máximo da Autonomia Regional, que é a Assembleia Regional dos Açores. Todos temos presentes os graves e vários exemplos.

Por isso que credibilidade pode esta Câmara dar às intenções de diálogo, tolerância e até paternidade que este Governo apregoa.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Voltemos ao texto do Programa governamental. A Região carece de facto de um sistema de transportes eficaz, no âmbito do aproveitamento das potencialidades e vantagens específicas de cada ilha e de uma efectiva descentralização.

Ora, apesar do Programa preconizar estes princípios, verifica-se que a política oficial tem sido bem outra e claramente no sentido da concentração e centralização. Caso evidente e sistematicamente denunciado nesta Assembleia é a actuação de algumas empresas públicas regionais.

O outro domínio em que a Administração do PSD não tem qualquer credibilidade relaciona-se com a política de solos e a indispensável protecção dos terrenos agrícolas.

É por todos reconhecido a falta de uma entidade coordenadora das acções e opções governamentais face a este sério problema. Por ironia do destino tem sido a própria Administração Regional que tem cometido injustificadamente os maiores atropelos nesta área da protecção dos terrenos com maior aptidão agrícola, nomeadamente através das suas obras públicas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Congratulamo-nos com o reconhecimento que o Programa faz de que chegou a hora das privatizações, apelando-se para o efeito ao quadro nacional e europeu.

Mas lamenta-se simultaneamente que não tenhamos sido pioneiros neste objectivo quando não é de agora que estamos inseridos no quadro europeu. Mais uma área de falta de imaginação governativa. Perdemos tempo e fez-se uma política inadequada.

Por este Programa fica-se a saber também que a modernização da agricultura é tarefa fundamental. Grande novidade!

Mas talvez tenha uma virtude: é a de ficarmos cientes que, na verdade, pouco se conseguiu neste domínio, apesar de anteriormente já ter sido contemplado como grande objectivo.

Vai-se investir significativamente em caminhos agrícolas, água e energia, que permitam condições de trabalho dignas e a melhoria da qualidade dos produtos.

Bom: mas não era isso que o Governo se propunha fazer nos Programas anteriores?

Há uma área em que curiosamente se refere o êxito dos programas definidos pelos anteriores Governos - é a Modernização dos Circuitos de Comercialização e adianta o Programa que justificará talvez que se considerem terminados. Mas que incerteza? Justifica-se ou não?

Mas apesar das repetições injustificadas, da falta de harmonização do documento e da relativa confusão em certas perspectivas apontadas.

Ficamos a saber que os sectores específicos de desenvolvimento para a Graciosa, Flores e Corvo será o turismo. Curiosamente têm sido estas as ilhas mais abandonadas pelo Governo na sua política em geral e de turismo em particular.

Mas outra inovação é que a chave do desenvolvimento de Santa Maria já não será porventura a Zona Franca, mas sim também o turismo. Entretanto perderam-se doze anos.

Todavia um importante reconhecimento é feito neste Programa: é a necessidade de uma nova dinâmica em geral. Isto é, a dinâmica que vigorou até agora não serviu aos Açorianos. É o Programa que o reconhece.

Mas esse reconhecimento vai mais longe quando se escreve:

"As exigências de uma nova dinâmica reflectem-se também sobre a Administração Pública, que tem de ser mais produtiva, simplificada nos seus processos, desburocratizada, rápida em dar resposta aos cidadãos, etc."

Quer isto significar que tínhamos razão quando referíamos que a Administração Regional era pouco produtiva, complicada nos seus processos, excessivamente burocratizada e lenta nas respostas aos cidadãos.

Mas alguém acredita que quem a concebeu e manteve assim vai ser capaz de conseguir exactamente o inverso? Se calhar nem querem...

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Governo tem feito um grande esforço para capitalizar à sua política o facto de ter efectivamente diminuído o número de emigrantes que anualmente partem da Região.

Não duvidamos que entre os impactos decorrentes da injeção na economia regional de avultados meios financeiros nos últimos anos se conta a diminuição da tendência para emigrar.

Perém, a este facto não é alheia a circunstância dos nossos emigrantes encontrarem dificuldades

crescentes nos países que tradicionalmente os acolhem.

De resto, a circunstância de ter de novo incrementado o número dos emigrantes não pode deixar de afligir a nossa Administração. Talvez por isso o Presidente do Governo Regional se apressou, ainda ontem, a declarar solenemente que a Região tem as portas abertas. Pudera, só faltava o Governo defender o contrário. Agora o que não podemos ignorar é que os países de destino têm as suas portas cada vez mais fechadas.

Daf que considerar que a emigração não se enquadra mais no âmbito dos problemas sociais da Região tem muito de imaginação ou então pretende apenas justificar a mudança de tutela do sector.

O facto é que, se mais açorianos não emigram é porque já poucos existem nas ilhas mais pequenas e muitos das ilhas maiores não têm possibilidades.

Ou o Governo ainda não detectou que um elevado número de "turismo" que procura temporariamente os Estados Unidos e o Canadá vão numa perspectiva de férias de trabalho?

Na área financeira reconhecemos que as tarefas que se colocam não serão fáceis e temos consciência que o muito que há a fazer requer competência, engenho e arte.

Mas não podemos deixar de mencionar que até agora muito se prometeu neste domínio e pouco se concretizou e ainda ontem citámos os casos flagrantes do Sistema Fiscal e da Sociedade de Investimentos.

Tal como o ano passado denunciámos o buraco orçamental contido na proposta que nos foi presente e que bastas amarguras causou e talvez ainda esteja molestando o Governo Regional.

Concordamos com a existência de órgãos consultivos representativos que garantam uma consecução capaz das políticas financeiras e credetícia, assim como de outros instrumentos financeiros susceptíveis de apoio ao investimento. O que exigimos é uma total transparência e objectividade na concepção e utilização desses instrumentos de política.

Aliás, o reforço em geral dos incentivos financeiros ao investimento privado, nos mais diversos sectores, afigura-se-nos como imprescindível.

O que importa é introduzir simultaneamente profundas alterações na forma e processo de concessão dos mesmos de maneira a garantir-se a celeridade desejável e imprescindível. Não se pode admitir, como até agora, que incentivos de âmbito regional demorem 8, 12 meses e mais a serem atribuídos, enquanto os processos se passeiam, lentamente, por um excessivo número de departamentos oficiais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este Programa apresenta-se inovador numa área que até agora tem merecido pouca atenção dos

escribas governamentais. Trata-se do desporto. E o governo aposta forte alto - só em palavras, claro! - mas, possivelmente, vai ser apanhado fora de jogo.

Veja-se: O Governo pretende, tão só, consolidar neste quadriénio a criação de condições propícias à presença da Região nos jogos Olímpicos de ano 2000.

(Risos do PS)

Deputado José Carlos Simas (PSD): Pode encher a boca toda!

(Risos da Câmara)

O Orador: Mas será que eventualmente o Governo não foi demasiado modesto? Já agora também poderia ter escrito no seu Programa que os jogos Olímpicos do ano 2000 se iriam realizar nos Açores, ou até, mais precisamente, na Ilha do Corvo.

(Risos do PS)

O Orador: Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Se mais exemplos não houvesse, este objectivo governamental seria bem elucidativo do valor do realismo e da seriedade deste programa.

As dúvidas sobre as infraestruturas desportivas desta Região ficaram ainda ontem desfeitas com o Programa Televisivo Desportivo que entrevistou um jovem açoriano com enormes potencialidade no Karaté e que ainda treina numa qualquer cave da Ilha de S. Miguel. Treinava, uma vez que já optou por emigrar para os Estados Unidos. Aqui a emigração, Sr. Presidente, nem é social, nem é cultural, já temos emigração desportiva!

(Risos do PS)

O Orador: Mas na Terceira também temos jovens campeões nacionais sem qualquer estímulo especial das entidades oficiais. E possivelmente por esta Região fora!...

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O nosso desporto, aos mais diversos níveis, continua a viver da tradicional carolice da nossa gente, sem um mínimo de estruturas.

A falta de recintos desportivos faz com que se pratique desporto, inclusivamente nas camadas jovens, às horas mais impróprias e em condições técnicas e sanitárias inadmissíveis.

As colectividades desportivas debatem-se, em geral, com enormes dificuldades enquanto as verbas oficiais se dispersam prioritariamente em acções de mero impacto político, algumas até de fachada, mas que pouco dizem ao grande público açoriano.

Aliás, a par do carinho que todas as modalidades desportivas merecem, não se pode menosprezar o impacto social e público que cada uma detem.

Neste domínio, a falta de opções claras e lógicas é conflagradora. As indefinições campeiam perante a desorientação dos responsáveis e interessados.

O objectivo do reforço da participação açoriana nas competições nacionais, mediante o apoio directo

às agremiações desportivas, continua demasiado vago.

O estímulo à fixação na Região de técnicos desportivos credenciados é outro objectivo a carecer de concretização.

Por exemplo, na modalidade do futebol, que movimenta o maior interesse da opinião pública, a indefinição é de tal ordem que as equipas que estão a participar no Nacional da III Divisão receiam uma qualquer hipótese de subida à II Divisão, por não saberem com que apoios poderão contar.

Aliás, em relação à época que terminou, ainda estão por definir critérios objectivos no que respeita aos subsídios a atribuir às equipas que participaram nos Nacionais.

Deputado Duarte Pires (PS): Muito bem!

O Orador: Enquanto os da II divisão receberam, justamente, um determinado apoio, a equipa da III divisão ainda nada recebeu.

Para a época desportiva que já decorre também nada se sabe.

Enfim, é a desorientação total.

Em relação às infraestruturas desportivas a construir na Terceira, resta-nos a esperança de ainda ser distribuída pelo Governo mais uma errata que agora contemple - como se impõe - o Parque Desportivo da Praia da Vitória, tal como o fez ontem em relação ao Centro de Saúde daquela cidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os terceirenses já estão a ver e a sentir os benefícios de terem derrotado eleitoralmente o PSD. E mais veremos.

Mas como na óptica deste Governo o Desporto está intimamente ligado à Comunicação Social, para finalizar importa também fazer-lhe algumas referências.

(Risos do PS e CDS)

Deputado José Carlos Simas (PSD): Mais água!

O Orador: O facto do puro jovem e inexperiente Subsecretário Regional do pelouro ter ontem arremetido violentamente à curta citação duma inofensiva pergunta revela, de certo modo, a impreparação para a corrida a que foi escolhido.

A arrogância que apresentou não deve corresponder à nobreza dos instintos que lhe queremos reconhecer.

(Risos do PS)

De resto havíamos apenas referido que o Governo reconhece que se torna necessário uma ajuda eficiente e objectiva aos órgãos de comunicação social e perguntámos porque razão deixou o Governo o ano passado de atribuir o tradicional subsídio anual às empresas jornalísticas e se pensava retomá-lo este ano.

De resto, fizemos a pergunta porque já julgávamos que seria o riquíssimo Presidente, como já agora é chamado,...

(Risos do PS)

O Orador: ...que iria responder. Caso contrário, Sr. Presidente e Srs. Deputados, posso-vos garantir que não a teríamos feito porque na verdade o assunto é muito importante.

Até compreendemos que o recém empossado nem saiba do que estávamos falando porque a política e o sector para onde o atiraram é coisa que nele ainda não medrou. Pelos vistos puseram-lhe à frente apenas os ditos dois diplomas do Governo Regional e anda afanosamente a investir neles.

Aproveito a oportunidade para corrigir o dito cujo, Subsecretário,...

(Risos do PS)

O Orador: ...que ao contrário do que afirmou ontem, não foi o Governo que criou ou concebeu os actuais apoios financeiros às duas estações de rádio privadas da Região. Foi esta Assembleia que teve tal iniciativa legislativa, através de dois deputados da oposição, cabendo ao Governo apenas dar-lhe execução.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas, se estou em condições de dar este esclarecimento e muitos outros ao recrutado Subsecretário...

(Risos do PS)

O Orador: ...é porque pertenço, com muita honra, ao pequeno grupo dos elementos da turma que iniciou funções políticas com a Escola da Autonomia, há mais de doze anos, e se mantém nesta Escola que a todos nos dignifica, porque democrática, com pleno êxito a todas as provas políticas a que me submeti. Tal como o seu Professor, que também faz parte desta turma e Escola, com o senão de antes do 25 de Abril ter frequentado e pertencido ao quadro directivo duma outra Escola...

(Risos do PS)

Deputado José Carlos Simas (PSD): Não era da GNR?!

O Orador: ...que foi fechada, felizmente, por ser anti-democrática...

(Risos do PS)

O Orador: ...e, como tal, a todos prejudicial.

Deputado António Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: Mas, Senhor Subsecretário, reconheço o grande mérito da sua entrada para o sector.

Para além de ocupar o lugar do vazio, o programa do Governo, na Comunicação Social, preconiza uma importantíssima inovação que deve ser certamente da sua autoria e é definidora da capacidade deste Governo - A atribuição de um prémio para uma reportagem em temática açoriana.

(Risos do PS)

O Orador: Se tiver dificuldade em implementar

este grande objectivo do Programa do Governo, do seu sector e do povo açoriano, posso informá-lo de que o Bôdo das Figueiras Pretas também tem previsto no seu programa das festas a atribuição dum prémio literário e acontece que estão com falta de mordomo.

(Risos do PS)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que me preocupa é ver o Governo Regional abrir um lugar que não foi preenchido por um qualquer elemento duma credenciada turma, mas sim duma creche política. Ao que chegámos!

(Risos do PS)

Deputado Carlos Teixeira (PSD): O Sr. é que é o mordomo!

O Orador: Mas, Senhor Subsecretário da Comunicação Social, como são já de todos conhecidas as suas preferências e aptidões, tenho muito gesto em informá-lo que o Beira-Mar empatou domingo passado.

(Risos e aplausos do PS e CDS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Cordeiro.

Deputado António Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Saúde constitui condição fundamental para a realização do bem estar integral e de felicidade duma população.

É um sector de vital importância e, poderá dizer-se, o espelho em que se reflecte a imagem do estado de desenvolvimento ou de subdesenvolvimento dum povo.

Os Açores, Região com níveis de altas taxas de mortalidade infantil, das maiores do espaço português, e com valores comparáveis aos Distritos de Bragança e Vila Real, se bem que tenha havido uma ligeira melhoria nos últimos anos, com muitas crianças em estado de mal nutrição, com forte incidência de trabalho infantil, o que é escandaloso e ilegal, com forte incidência de insucesso escolar e de delinquência juvenil, com várias camadas da nossa população em situação de fome e de miséria, vivendo muitas delas em situações deploráveis, onde se faz sentir a forte incidência de tuberculose pulmonar, com acentuados hábitos de alcoolismo, com carências de pessoal médico especializado em várias ilhas, podemos então afirmar que a situação da Saúde nos Açores é deveras preocupante.

O Programa deste Governo faz mesmo o diagnóstico da situação:

"Da tarefa enorme, fica ainda muito para inovar e aperfeiçoar."

No entanto e no início do capítulo sectorial sobre a política da Saúde, cita que "pela via da reforma cautelosa e segura, os governos ante-

riores reorganizaram, disciplinaram e investiram e não descuraram os financiamentos, que não faltaram".

Mas, se não faltaram os financiamentos, porque não se executaram as propostas constantes do programa do anterior Governo no Sector da Saúde, no que concerne:

- à resolução em definitivo das instalações do Hospital de Ponta Delgada;
- a prosseguir na melhoria das instalações do Hospital de Angra;
- a assegurar a construção de instalações para Centros de Saúde.

Todos estes projectos foram transferidos e adiados para o actual Programa de Governo. Houve, portanto, um vazio de quatro anos.

Congratulamo-nos com a Errata do Programa do Governo, ontem entregue nesta Assembleia. Abençoada errata, que deu à luz mais um Centro de Saúde, o da Praia da Vitória.

Mas, se não faltaram financiamentos, por que foi cancelada, pela Direcção Regional de Saúde, desde Julho de 1988, a valência de Psiquiatria na Urgência do Hospital de Ponta Delgada, que era efectuada de forma exemplar desde 1984?

Mas, se não faltaram financiamentos, por que foram canceladas, pela mesma Direcção Regional, as prevenções de Otorrinolaringologia no Hospital de Ponta Delgada, sendo os grandes prejudicados os doentes dos Açores que, em troca da poupança de uns míseros centavos do Orçamento Regional, irão perder a segurança de ter sempre disponível um serviço que poderá responder a todas as solicitações de urgência, quão graves por vezes são elas.

O actual Programa do Governo é omissivo:

1. Nas diversas formas de incentivo à fixação de profissionais de saúde na Região;
2. Na concessão de bolsas de estudo para pessoal médico e paramédico;
3. Na manutenção de apoio à realização das mesas redondas médicas.

Estas omissões são para nós preocupantes, na medida em que poderão reflectir um grave retrocesso na política de saúde na Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"Para termos melhor Saúde é preciso termos melhor gestão dos nossos recursos", diz-se no Programa do Governo.

Assim, pensa o Governo Regional pôr em prática, na Região, o Decreto Regulamentar nº 3/88 de 22 de Janeiro, do Ministério de Saúde, sobre a Gestão Hospitalar?

Se na afirmativa, quais serão os critérios de nomeação para:

- O Presidente do Conselho de Administração
- que é o Director do Hospital;
- O Administrador Delegado;

O Director Clínico;

O Enfermeiro Director do Serviço de Enfermagem.

Defendemos que as nomeações devem ser isentas, idóneas, baseadas nas exclusivas competências técnicas para o exercício das diversas funções, ao contrário do que tem vindo a suceder na matéria, nomeadamente com a indigitação dos agentes políticos do PSD para o cargo de Gerentes Hospitalares dos Hospitais Concelhios da Região.

Igual raciocínio formulamos para o Conselho de Administração dos Centros de Saúde.

Faço aqui lembrar que a grande maioria da classe médica repudiou esta Lei da Gestão Hospitalar, pois não dá forma à reintegração dos médicos nos postos de definição de política hospitalar e não obedece à forma de participação democrática dos intervenientes da Gestão Hospitalar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Defendemos uma triagem prévia dos doentes aos serviços de urgência dos Hospitais mais diferenciados da Região (Hospital de Ponta Delgada; Hospital da Horta e Hospital de Angra do Heroísmo). Assim, em nosso entender, deverão ser criados Serviços de Apoio Permanente (SAP) nos Centros de Saúde destas cidades, a fim de evitar a ida maciça e quantas vezes não justificada aos Serviços de Urgência dos ditos hospitais.

Também pensamos que deverá ser criado com a maior urgência o **Lar do Doente Açoriano em Lisboa**, oferecendo condições de apoio social e humano, para bem acolher e orientar o doente deslocado e seu acompanhante às diversas especialidades médicas e cirúrgicas dos Hospitais Centrais de Lisboa.

Seria uma iniciativa feliz e altamente dignificante para a Região Autónoma dos Açores.

Tenho dito.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Varão.

Deputado António Varão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta é a primeira vez que dirijo a palavra aqui desta tribuna a todos os Açorianos através dos seus legítimos representantes eleitos democraticamente. Faço-o com muita humildade dado ser esta a minha maneira de ser, mas confesso que sinto muita honra em aqui estar e me ter sido confiado poder falar em nome do Povo Açoriano a quem muito prezo e me orgulho de pertencer e é precisamente por este povo que pugnarei pelo seu bem estar social, económico e cultural.

Também por ser esta a primeira vez aproveito a oportunidade para muito respeitosamente saudar o Senhor Presidente, os Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional, a quem desejo muitas prosperidades no seu trabalho futuro a bem dos Açores e do seu Povo.

As celebrações de datas cívicas são formas de participação nos destinos comuns, na devoção à sociedade a que pertence e no amor aos seus valores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta minha intervenção foi preparada para o dia de ontem. Esgotada que foi a hora regimental, só foi possível ter o uso da palavra hoje. Explico:

Ontem dia 12 de Dezembro completaram-se 12 anos que se realizaram as primeiras eleições para os Órgãos das Autarquias Locais, que tiveram lugar em 12 de Dezembro de 1976, já sob o signo da Autonomia.

Como em muitos outros sectores da vida Portuguesa, também ao nível da administração local se verificaram diversas e profundas mudanças, na sequência das alterações políticas e sociais verificadas a partir do 25 de Abril de 1974. A mais imediata, dentro delas, foi o afastamento da maioria dos órgãos dos municípios e a designação de novas pessoas para integrarem as Comissões Administrativas que geriram os Municípios até às primeiras eleições para os órgãos das Autarquias Locais.

Entre aquelas duas datas, 25 de Abril de 1974 e 12 de Dezembro de 1976, entrou em vigor a nova Constituição de 25 de Abril de 1976, estabelecendo ela própria um vasto conjunto de normas inovadoras a respeito do poder local. Do novo quadro legal surgido da Constituição podem destacar-se os seguintes princípios:

- A Autonomia do poder local
- A existência de Autarquias Locais como componentes da organização democrática do Estado.
- A Autonomia financeira e patrimonial dos Municípios
- O poder regulamentar próprio das Autarquias Locais.

A Administração Local concretizou-se nos Municípios e nas Freguesias entidades autónomas da Administração. Abordar o tema "Administração Local" é, por conseguinte, entrar no domínio das Autarquias Locais, sejam elas Freguesias ou Municípios. Como entidades Públicas de Administração, são as Autarquias Locais que realmente têm a ver com o dia a dia da cada cidadão, dizendo-lhe bastante mais do que outras instâncias do poder, de facto mais longínquas e diluídas no que respeita ao quotidiano das populações locais.

Antes de mais importa dizer que sou apologista de um poder a partir do órgão que se encontra mais a nível das populações, por outras palavras, um poder descentralizado. Não posso deixar de referir que apesar de institucionalizado, nem sempre, na política, ele se verifica. A título de exemplo perguntaria: De que servem umas dezenas de contos mensais que em termos legais recebem

as Freguesias? Que podem elas realizar localmente, se por vezes tais dinheiros pouco ou nada sobram das suas despesas correntes? Quando se fala em descentralizar, quando se fala na Autonomia do Poder Local e não se possui verbas necessárias, está diluída a descentralização e a Autonomia do Poder das Freguesias,...

Deputado Fernando Ponte (PS): Muito bem!

O Orador: ...muito embora lhe sejam atribuídas amplas competências, sem as necessárias dotações financeiras, o que gera grandes dependências relativamente à Autarquia Municipal respectiva, com os inevitáveis inconvenientes.

Importa lembrar que, na grande maioria, chega-se ao ponto da falta de diálogo entre Presidente da Câmara e Presidente da Junta de Freguesia, que para muitos dos primeiros os segundos não lhe dizem nada a não ser quando o primeiro necessita tirar proventos do segundo para dar bom andamento aos seus serviços e a partir desta altura colher alguns lucros.

Vem isto porque no meu entender a Junta de Freguesia é um órgão que deve ser personalizado e responsabilizado, atribuindo-se-lhe muitas mais acções com as devidas participações financeiras. Por vezes gastam-se milhares de contos desnecessariamente porque são atribuídas certas desconfianças às Juntas de Freguesia, quando, a meu ver, estas podem realizar autênticos milagres com verbas relativamente insignificantes, dado que não vão além do que o cidadão necessita - refiro-me à recuperação da habitação degradada: por vezes constroem-se grandes obras - passe a expressão - impostas a uns (entende-se indesejáveis) dado que o agregado familiar fica em situação precária com encargos assumidos com a mão-de-obra e ao lado o seu vizinho tem a sua habitação também em estado de degradação mas tem que aguardar para os anos posteriores porque é quantificado o número de casos a acudir em cada Freguesia no respectivo ano, por vezes desarticulado da realidade.

Quanto à habitação entende-se que, embora o Governo Regional tenha desenvolvido uma acção que produziu efeitos, é necessário no futuro corrigir algumas assimetrias.

Podia tecer algumas considerações e até mesmo dar algumas sugestões, mas, depois de analisar o Programa que o IV Governo Regional submete à aprovação desta Assembleia Regional, entendo não o dever fazer.

Devo dizer que, na qualidade de autarca, habituado geralmente a uma certa restrição quanto a acções que as Juntas de Freguesia pretendem desenvolver, o presente programa pretende valorizar as mesmas, pelas obras que vão realizando, pelo esforço e empenho que colocam na resolução dos problemas das populações, com uma particular atenção por parte do Governo. Também é de salien-

tar o futuro papel das Juntas de Freguesia ao ser-lhes entregues os edifícios polivalentes e serviços neles instalados, onde haja tais edifícios e se verifique a falta de efectivo substrato associativo das respectivas Casas do Povo, que então serão extintas. Opinião muito própria e também auscultando outros colegas autarcas, entendemos que é uma medida bem tomada, dado que presentemente só existem, no caso de S. Miguel, que é do meu melhor conhecimento, duas ou três Casas do Povo que funcionam em condições aceitáveis, limitando-se as restantes a simples pagadorias. Na grande maioria delas já não se procede a eleições para os seus órgãos directivos há anos sem conta. A existir futuramente uma nova orgânica, neste sentido, tudo ficará resolvido, assumindo as Juntas de Freguesia a valência respectiva, das que foram extintas.

Voltando à habitação, na política sectorial do Programa foi de facto a habitação que mais me despertou a atenção, talvez por também ser autarca e estar próximo da ansiedade de tantas famílias que desejam viver numa habitação condigna, objectivo ainda muito longe de se atingir a meta.

Honra seja feita ao Programa do IV Governo Regional, que tem a minha aprovação, assumindo-se desenvolver nos próximos 4 anos uma série de medidas que vão proporcionar uma melhor qualidade de vida a tantas famílias açorianas. Faço votos para que seja cumprido o prometido: que a cada família corresponda uma habitação condigna.

Estaremos atentos.

Disse. Obrigado.

(Aplausos do PSD, CDS e Governo)

Deputado Fernando Fonte (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Cabe-me a subida honra de apresentar nesta Assembleia, órgão máximo da Autonomia dos Açores, o Programa do IV Governo Regional nas áreas da Saúde e Segurança Social.

Estas duas áreas juntas ou separadas têm, em todos os governos do mundo, dignidade de departamentos de 1ª importância nas respectivas macro-estruturas orgânicas. Mas nem sempre esses sectores têm tido, na prática governativa, a prioridade e a importância que em termos teóricos nenhum regime ou governo do mundo ousa negar.

Para este Governo, apoiado nesta Câmara pelo Partido Social Democrata, a Saúde e a Segurança Social são, em termos dos princípios e da acção governativa, dois sectores prioritários, como aliás o foram nos anteriores governos.

O Programa deste Governo, que esta Assembleia está aqui a apreciar, enuncia com clareza as principais preocupações e prioridades para os

sectores da Saúde e Segurança Social para os próximos quatro anos. Não irei, por isso, nesta minha intervenção, repetir o que nesse documento se escreve, mas entendo ser muito importante, neste momento fulcral da discussão do programa do Governo e no início dum mandato, o titular da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social, expor com toda a clareza os conceitos que utiliza, o modelo que concebe, as metas que visa atingir e o caminho que pretende percorrer.

Na preparação do nosso programa de actuação nas áreas da Saúde e Segurança Social, utilizamos uma metodologia de pensamento que consistiu em estudar o passado, reflectir sobre o presente e as tendências futuras, para conceber o futuro.

No Sector da Saúde

Em 1976, no início das funções dos órgãos de Governo Próprio da Região, na sequência da Constituição da República daquele ano que institucionalizou a Autonomia Democrática para os Açores e para a Madeira, a situação do sector da Saúde era profundamente diferente da que é hoje.

Existia um grande número de entidades actuando no sector (a acção médico-social das Caixas de Previdência, os Serviços Materno Infantis, o Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos, as Delegações de Saúde, as Inspeções de Saúde das Juntas Gerais, os Hospitais Concelhicos e os Hospitais Distritais).

Todos estes serviços e entidades tinham várias tutelas diferentes, muitas delas distantes e sem terminais nos Açores, a articulação entre elas era inexistente e, em muitos casos, essas entidades não cooperavam entre si e ignoravam-se ostensivamente.

As Santas Casas de Misericórdia eram os alicerces dos serviços de saúde, mas a sua situação e capacidade de actuação variava muito de local para local, porque nuns casos as Santas Casas eram pujantes e dinâmicas e noutros eram moribundas e sem intervenção.

Os meios eram muito escassos. Os profissionais de saúde eram em pequeno número, o respectivo estatuto de carreira era inexistente ou confuso, a actividade médica tinha por base o consultório privado que, em muitos casos, era a única fonte de rendimento do médico, os hospitais não pagavam aos médicos, a acumulação de empregos era não só a regra, como era indispensável à sua própria sobrevivência.

As instalações e equipamentos eram em pequeno número e geralmente obsoletos, havia grandes dificuldades e escassos meios financeiros postos à disposição do sector.

Quanto aos cuidados prestados, havia uma nítida predominância da vertente curativa, e internamento era a actividade principal dos hospitais, a resposta da acção médico-social das Caixas de Previdência era massificante.

Desta forma, a resposta era para o comum das pessoas apenas à urgência e só a população mais favorecida e informada tinha uma resposta em melhores condições. O sistema era, por isso,

infquo.

Depois duma fase de levantamento e análise até 1978, procedeu-se à regionalização do sector, criaram-se as estruturas mínimas e procedeu-se às transferências de competências do Governo da República para o Governo Regional.

Iniciou-se a definição do modelo do sistema de saúde na Região. Esse modelo apesar de adaptado à nossa realidade encontrou condicionantes externas à sua formulação.

A primeira condicionante foi desde logo a própria Constituição da República que o definia obrigatoriamente como público, universal e gratuito, por outro lado, as sucessivas mudanças de orientação dos inúmeros Governos da República com opções políticas diferentes, que ocorreram durante muitos anos, dificultou e influenciou, negativamente, a construção do nosso modelo de saúde, para além da necessidade imperiosa de que as carreiras profissionais fossem as mesmas em todo o território nacional.

Mas apesar dessas condicionantes o modelo foi construído, atendendo, antes de tudo, à realidade geográfica e sócio-económica dos Açores, optou-se, por isso, por um sistema descentralizado, gizado a partir do conceito de cuidados de saúde primários na linha da Organização Mundial de Saúde, com centros de saúde, no entendimento presente na Declaração de Alma-ATA, por concelhos, articulados funcionalmente com os três hospitais de tipo distrital.

Temos assim a funcionar presentemente um sistema de saúde pública, universal e gratuito, descentralizado e estruturado em pirâmide com vários níveis articulados entre si, em que se pretende dar um ênfase especial aos cuidados primários.

Este modelo, graças à estabilidade governativa na Região e por isso à continuidade política e ideológica da filosofia social-democrata nos anteriores Governos Regionais, está num processo adiantado de sedimentação, começando a ter as condições de assumir o ambicioso compromisso de assegurar a todos, e a cada um, os adequados cuidados de saúde em qualquer dos seus quatro escalões: Autocuidados, cuidados primários ou essenciais, cuidados diferenciados e cuidados de reabilitação.

Portugal associou-se às duas Resoluções da Organização Mundial de Saúde que maior repercussão tiveram nos últimos anos no domínio da política da saúde a nível internacional: a primeira em 1980, a formulação de uma política comum europeia que tem como grande lema "Saúde para todos no ano 2000" e a segunda em 1984, a adopção dos textos fundamentais em relação à prossecução daquela política (as 38 medidas regionais para atingir o objectivo da saúde para todos no ano 2000).

A implementação da saúde para todos na Europa

até ao ano 2000 e a opção que nós açorianos, livremente, fizemos pela integração plena na Europa, obriga-nos a entrar decididamente neste projecto e a cumprir os seus objectivos:

- 1 - **Assegurar a igualdade na Saúde;**
- 2 - **Dar mais vida aos anos;**
- 3 - **Dar mais saúde à vida;**
- 4 - **Dar mais anos à vida.**

Os Açores, apesar do seu atraso económico e social, têm ao longo destes 12 anos feito um esforço enorme de recuperação e, rapidamente, começamos a aproximarmo-nos dos padrões e índices das regiões e países desenvolvidos.

Mas, se esse progresso nos faz ultrapassar as antigas carências, por outro lado, e nomeadamente na área da Saúde, faz-nos confrontar com novos problemas, próprios de sociedades mais desenvolvidas.

As doenças clássicas nos Açores estão a regressar (a tuberculose, a cólera, a varíola, etc.), mas surgem novos problemas de saúde.

- A mortalidade infantil baixa, mas há cada vez mais grávidas a fumar e a beber;

- Para além do problema do álcool e do tabaco começam a surgir problemas relacionados com a droga;

- Os acidentes de trabalho e os acidentes rodoviários são cada vez mais frequentes;

- A vida sedentária é já uma realidade para muitos açorianos;

- A poluição se ainda não é grave já começa a preocupar os responsáveis e os cidadãos mais esclarecidos;

- O sobreconsumo de medicamentos é um mau hábito cada vez mais generalizado;

- As doenças cardio-vasculares são cada vez mais frequentes na população dos Açores.

Teremos presente também que um novo conceito de Saúde se começa a consolidar e que encerra um âmbito muito mais alargado do que comumente vinha sendo aceite. De um enunciado simplista de saúde ser a não doença, ou de se confundir com a própria medicina, passa-se para um conceito que encerra uma vivência de bem estar físico, psíquico e social que se estende por todo o período de vida do homem, desde a gravidez desejada e preparada, passando pelo enquadramento das crianças na família e na escola, pelo exercício de uma actividade social e economicamente útil, produtiva e gratificante na idade adulta, por um estilo de vida saudável e racional numa sociedade onde haja uma boa gestão do ambiente, até à 3ª idade, a quem deverá ser dadas condições para ser vivida com alegria e dignidade. Neste conceito alargado de saúde passa a ser indispensável a participação de outros sectores que procuraremos fomentar e dinamizar.

Temos, assim, a consciência de que a Saúde não é um sector onde se trabalha e se limita a conseguir no tempo e no espaço uma finalidade e um objectivo que acaba, é antes um sector onde

as solicitações estão em processo contínuo, que pretende prosseguir a melhoria constante do estado sanitário da população, actuando ao nível das estruturas, da gestão dos recursos e principalmente na prestação dos cuidados de saúde aos utentes, sendo também necessário atender à sua qualidade e avaliação, na óptica de que a saúde é um direito fundamental do indivíduo, da família e da comunidade e ao mesmo tempo faz parte integrante do processo de desenvolvimento da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pretendemos durante este mandato que agora vai iniciar-se atingir os seguintes objectivos:

1 - Sedimentar a aplicação dos princípios que orientaram a organização do Serviço Regional de Saúde, para isso é necessário o diálogo e a participação de profissionais motivados, envolvidos e criativos. É fundamental o esclarecimento dos utentes, e a comunicação social tem nessa tarefa uma importante missão, é preciso que o utente não tenha só uma vivência dos serviços de saúde, muitas vezes negativa, e que esteja esclarecido dos seus direitos e deveres.

2 - Prosseguir o investimento e desenvolvimento dos meios, que assentará na relação "estado de saúde da população - serviços de saúde", em que a aquisição dos equipamentos tem que ter credibilidade e justificação económico-social, devendo ser efectuada em função das necessidades da população e não das especialidades ou dos profissionais.

3 - Aperfeiçoar a gestão e administrar melhor tirando mais rendimento dos meios existentes: introduziremos o cartão do utente que facilitará o acesso do utente aos serviços de saúde, eliminando as tarefas burocráticas dispensáveis; incentivaremos uma maior cooperação inter-profissional insistindo numa maior assumpção de responsabilidades dos directores de serviços e induziremos a efectiva articulação entre os Centros de Saúde e os Hospitais.

4 - Iremos elaborar um plano de actividades de legislatura, produzido na óptica e veiculado para a resolução dos problemas de saúde mais prevalentes, que estão, e foram sendo identificados, e, implementaremos esse plano numa perspectiva de gestão por objectivos.

5 - Iremos criar, com a projecção e dignidade necessárias, uma Comissão Regional de Educação para a Saúde que desenvolverá campanhas de sensibilização e formação do indivíduo, comunidade, órgãos de comunicação social e profissionais de saúde.

6 - Iremos fazer aprovar e publicar a legislação necessária sobre a orgânica e gestão hospitalar adequada à nossa realidade regional.

7 - Vamos prosseguir a aplicação do Plano de Informática do Sector da Saúde.

8 - Vamos criar uma auditoria médica e a

criação nos serviços, sempre que possível, de núcleos de avaliação de qualidade.

9 - Iremos fomentar e dar apoio à participação dos utentes e da comunidade em geral com o objectivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados. Poremos a funcionar o Conselho Regional de Saúde, junto da Direcção Regional de Saúde, e os órgãos consultivos dos hospitais, criaremos um Gabinete do Utente de forma a que o sistema de saúde tenha a informação necessária sobre a sua actuação junto da população.

10 - Iremos apoiar a investigação e continuar com os programas de formação existentes, procurando em especial formar os responsáveis pela administração e direcção de Centros de Saúde.

11 - Entendemos que nos Açores há lugar e é desejável a actividade privada no sector da saúde, mas é necessário estabelecer o quadro base de cooperação entre os serviços públicos e privados que deverá ser a nível da utilização de instalações e equipamentos, da actividade profissional e da prestação de cuidados.

12 - Procuraremos assegurar a solvência do sistema através de uma gestão rigorosa e responsabilizada dos recursos por parte de todos os agentes aos vários níveis. Iremos promover uma maior equidade na distribuição dos custos. Temos a consciência plena que se nenhum país é suficientemente rico para oferecer a todos os cidadãos tudo o que a moderna medicina oferece, os Açores também o não são e não o poderão fazer.

13 - Iremos tentar cumprir todos estes objectivos com determinação, mas sempre em amplo e alargado diálogo com todos os profissionais do sector, médicos, enfermeiros, técnicos, administrativos.

Procurarei ser o Secretário da Saúde e não apenas o responsável máximo pelo Serviço Regional de Saúde. Não pautaremos a nossa acção governativa contra nenhuma profissão ou grupo, mas não seremos também o secretário regional de nenhum grupo ou profissão do sector. A nossa acção terá sempre presente o cidadão individualmente considerado e os interesses últimos e gerais do povo açoriano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No Sector da Segurança Social

Utilizando em relação a este importante sector da minha Secretaria Regional a mesma metodologia de pensamento que foi seguida na minha exposição sobre o sector da Saúde, considero importante referir, ainda que sucintamente, o passado, expor a situação presente e apontar as tendências de evolução futura da Segurança Social nos Açores. Consideramos igualmente importante referir um conjunto de conceitos básicos que estarão subjacentes à nossa actuação.

A Segurança Social, que podemos muito simplisticamente definir como um sistema que procura ajudar as pessoas em situação difícil e compensar deter-

minados encargos familiares, é uma das importantes conquistas da sociedade contemporânea e teve um grande incremento a partir da II Guerra Mundial, quando surgiram, com grande pujança, as teorias defensoras duma concepção de Estado protector dos cidadãos - O Estado providencia (teoria hoje em dia já menos em voga).

São conhecidos cerca de 140 sistemas de Segurança Social no Mundo. São sistemas que variam entre si, consoante a evolução histórica, a cultura e os problemas sociais específicos de cada país, mas, sobretudo, a principal razão da variedade de sistemas resulta directamente da sua capacidade económica.

Assim, enquanto que em alguns países do 3º Mundo, o sistema de segurança social apenas cobre algumas categorias profissionais como os militares e os funcionários públicos e algumas situações como os acidentes de trabalho, nos países mais desenvolvidos e ricos do mundo, existem modernos, completos e muito eficazes sistemas que abrangem um grande número de situações e população.

A Segurança Social em Portugal, e por isso nos Açores, mesmo em termos europeus, quanto à espécie de prestações que concede, é bastante completa e comparando-a com a esmagadora maioria dos países de fora da Europa ultrapassa largamente o figurino geral. Na verdade, quanto às situações cobertas e à população abrangida, o nosso sistema é bastante vasto, o montante das prestações é que, como dificilmente poderia deixar de ser, refletem o estado de desenvolvimento económico do país e da Região e em alguns casos ficam aquém das necessidades razoáveis.

O primeiro organismo de segurança social, com "vocação universal" que se instalou nos Açores foi o Seguro Social Obrigatório, em 1960, com sede em Ponta Delgada. Até aí apenas alguns organismos corporativos de trabalhadores, como por exemplo os trabalhadores da marinha mercante, tinham caixas de previdência nacional. Em 1965 foram criadas as 3 Caixas de Previdência e Abono de Família das 3 cidades açoreanas de então, que funcionaram até 1981, data em que entrou em funcionamento o actual sistema organizativo da Segurança Social nos Açores. Apesar de a primeira Casa do Povo dos Açores, a das Feteiras - Ilha de São Miguel, ter sido criada em 1934, foi a partir de 1971 que se deu a grande expansão das Casas do Povo na Região com a criação do regime de previdência dos rurais.

Em 1978 dá-se a regionalização do sector com a transferência de competência do Governo da República para o Governo Regional e a partir de 1980 iniciaram-se os trabalhos de desconcentração regional do sistema, que se encontra já efectuado e que se pretende fazer evoluir e melhorar com a nova estrutura organizativa já aprovada

e em vias de regulamentação e desenvolvimento. Afinal o que é que faz a Segurança Social? Sucintamente a Segurança Social pretende proteger os trabalhadores e as suas famílias nas situações de falta ou diminuição de capacidade para o trabalho, de desemprego involuntário, de morte, pela compensação de encargos familiares, para além de proteger, ainda, as pessoas que se encontram em situação de falta ou diminuição de meios de subsistência. No fundo, é a definição que o Sr. Deputado Fonte deu há pouco.

O sistema de Segurança Social concede prestações e, por outro lado, estimula, coordena e apoia um vasto conjunto de iniciativas privadas e dos cidadãos, destinadas ao apoio à infância e idosos, nomeadamente através de infantários, jardins de infância, centros de dia e lares de idosos, numa perspectiva, que nestas questões de acção social deve funcionar, ainda que fortemente apoiada pelo Governo, a solidariedade dos cidadãos e das comunidades, não se devendo funcionalizar a solidariedade social.

Presentemente, na Segurança Social dos Açores e na dependência da Direcção Regional de Segurança Social da Secretaria de que sou titular, funcionam 3 Centros de Prestações Pecuniárias, nas cidades de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada, ao nível imediatamente inferior, existem os Serviços Locais de Ilha que englobam os Serviços Locais Concelhios e coordenam também os Serviços Locais de Freguesia que são exercidos pelas Casas do Povo.

Temos assim uma estrutura completamente descentralizada e desconcentrada, apoiada por uma rede de informática própria, em que qualquer cidadão, independentemente da Ilha ou localidade onde vive, tem a possibilidade de fazer, a nível local, o pagamento das suas contribuições e o recebimento das prestações a que tem direito, sem ter que se deslocar, como fazia anteriormente ou como ainda é feito a nível nacional, a serviços centrais situados, em regra, nos grandes centros urbanos. Podemos sem modéstia dizer que a Segurança Social nos Açores tem uma capacidade de resposta mais completa, eficaz e avançada da do resto do País.

Consideramos o trabalho acabado? Não, entendemos que muito está feito mas que muito há ainda por fazer.

Em termos organizativos temos que regulamentar e desenvolver a nova estrutura da Segurança Social criada nesta Assembleia Regional no último mandato e que é composta no 1º nível pelo Centro de Gestão Financeira de Segurança Social, pelo Instituto de Gestão de Regimes de Segurança Social e pelo Instituto de Acção Social e, em 2º nível, pelo Centro de Prestações Deferidas e pelos 3 Centros de Prestações Pecuniárias de Segurança Social já existentes.

Em termos de grandes objectivos destacarei

alguns dos mais importantes a que nos proporemos levar a cabo nos próximos 4 anos:

1 - No âmbito do Programa de Apoio aos Idosos pretendemos construir em cada ilha uma estrutura de apoio aos idosos de forma a proporcionar-lhes uma 3ª idade alegre e digna. Não defendemos a tese dos armazéns de velhos, pretendemos sim outras formas de integração dos velhos na comunidade; defendemos apoios domiciliários e centros de convívio e, só nos casos em que for absolutamente necessário, ampliaremos as instalações existentes.

2 - Vamos continuar a apoiar decididamente as instituições particulares de solidariedade social em todas as suas actividades, estabelecendo com elas novas formas de cooperação, designadamente quanto à criação de estruturas de apoio aos casos de deficiência mais graves.

Nestas questões há vários níveis de responsabilidade. Entendemos que há, em primeiro lugar, a responsabilidade individual; depois, a responsabilidade familiar; a seguir, a responsabilidade da comunidade e, finalmente, a necessidade e a obrigação que o Estado tem de apoiar as iniciativas com interesse. A intervenção do Estado, na nossa óptica, só deverá ocorrer em último caso. Divergimos, por isso, da teoria exposta aqui pelo Partido Socialista: temos uma perspectiva menos estatizada da solidariedade social.

3 - Iremos estudar formas e mecanismos que contribuam para a diminuição do elevado número de baixas injustificadas por doença na Região e que lesam a sua actividade sócio-económica.

4 - Iremos aprofundar a investigação social e a aplicação de novas metodologias, acompanhando a evolução dos sistemas de segurança social, especialmente na Europa, que permitam adequar melhor os programas de acção do sector e a melhoria do sistema, pelo aperfeiçoamento dos métodos de gestão administrativa e financeira.

5 - Vamos estudar e propor às autarquias locais novas formas de colaboração, nomeadamente, quanto à formação social das comunidades, apoio à infância e juventude, através, designadamente, de uma efectiva articulação com as Casas do Povo.

6 - Vamos rever o Estatuto das Casas do Povo, clarificando melhor a sua orgânica e dinamizando a sua actividade sempre com base na sua representatividade associativa.

Nos casos em que encontrarmos situações moribundas e sem recuperação, iremos promover, como o Estatuto das Casas do Povo prevê, a sua extinção e a integração das respectivas instalações nas Juntas de Freguesia.

7 - Por fim, iremos dinamizar e participar em **equipas multissetoriais** a formar junto das comunidades com maiores índices de desequilíbrio sócio-económico, com vista a apoiar a resolução dos problemas existentes com a participação dos

respectivos interessados.

Entendemos que o combate à pobreza é uma questão que diz respeito a todos os sectores da governação e que o melhor combate à pobreza que podemos fazer é implementar o nosso Programa do Governo.

Porém, manter-se-ão os programas já existentes, designadamente o Plano Integrado de Apoio Comunitário para a Ilha de S. Miguel e o projecto apoiado pelas Comunidades Europeias "Ruptura de um Ciclo" - em Rabo de Peixe, no Concelho da Ribeira Grande.

Nas outras ilhas onde se verificam situações de pobreza a resposta será dada através dos serviços existentes e só em casos graves se criarão projectos específicos para atalhar essas situações.

Respondendo agora ao Sr. Deputado Fonte, devo dizer que o combate à fuga e fraude às contribuições da Segurança Social são uma das grandes tarefas deste Governo, no seguimento do que foi feito nos anteriores, e que, devido à qualidade da estrutura existente na Segurança Social da Região - como acabei de expor -, ao empenhamento dos seus funcionários e ao seu profissionalismo, o nível das dívidas à Segurança Social nos Açores é mais baixo em termos proporcionais, como o Sr. Deputado muito bem sabe, do que existe a nível nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O que acabei de vos dizer corresponde, no essencial, àquilo a que o IV Governo Regional se propõe desenvolver ao longo deste mandato, nos sectores da Saúde e da Segurança Social.

Sabemos o que queremos, sabemos acende queremos ir e sabemos qual o caminho que devemos seguir.

O nosso programa tem uma filosofia subjacente, tem uma lógica doutrinária, não é o programa para a Saúde e Segurança Social do CDS, não é o programa do PS, não é o programa do PCP, é o programa de um governo social democrata,...

Deputado José Carlos Simas (PSD): Muito bem!

O Orador: ...suportado e apoiado nesta Assembleia pelo Partido Social Democrata, por isso não esperamos que este programa vá merecer o apoio dos partidos da oposição,...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Era o que faltava!

O Orador: ...mas irá merecer, certamente, o apoio do partido que maioritariamente representa o Povo dos Açores...

Deputado José Carlos Simas (PSD): Muito bem!

O Orador: ...e é com essa legitimação democrática que irá ser desenvolvido e aplicado. Não me faltará a determinação e a vontade, dedicarei a essa tarefa o melhor do meu esforço e capacidade, plenamente consciente da importância do sector sob a minha responsabilidade para o desenvolvimento dos Açores. Terei sempre presente

que o último destinatário da minha acção governativa é o povo açoreano e este merece que façamos por ele o melhor que pudermos.

É o que prometo ao povo açoreano e aos Açores perante Vossas Excelências seus legítimos representantes.

Tenho dito.

(Aplausos e vozes do PSD e Governo: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para pedir esclarecimentos.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Mais uma vez, apreciamos a prudência, a serenidade (só ligeiramente quebrada nas últimas palavras!) com que o Sr. Secretário apresentou o seu programa. Só que o sector que tem sob a sua alçada é diferente daquele que teve durante os últimos anos e daí que, apesar da boa vontade do esquema que arquitectou para apresentar a esta Câmara, na nossa perspectiva, as dúvidas que nos subsistem são de facto em algum número.

A primeira - e isso talvez até decorra de uma circunstância que prejudica relativamente o seu sector, em relação, por exemplo, à maior parte dos restantes, e que advém da falta de uniformidade que caracteriza esse diploma - é a circunstância de, na área da saúde, se apresentar à Assembleia Regional elementos relativamente desagregados, quanto a intenções de investimento em algumas estruturas.

Como sabem, temos aqui acesso aos projectos na área dos Centros de Saúde ao nível dos diversos concelhos, contando com a "errata", mas temos ao lado outros sectores - o caso da educação e outros; aliás, praticamente os restantes - em que o documento não dá o mesmo tratamento, portanto, não dá informação sobre outras infra-estruturas que também vão ser importantes, como é o caso de algumas escolas secundárias, que sabemos que vão arrancar no próximo quadriénio e que não podemos ter acesso através do diploma.

Portanto, esse aspecto até pode prejudicar o Sr. Secretário, que pode ser suscitado com mais perguntas, derivado à boa vontade de dar elementos a esta Câmara.

Assim, relativamente à expressão "continuação da modernização do Hospital de Angra do Heroísmo", uma vez que já foi aqui questionado em relação ao novo Hospital de S. Miguel e já houve a resposta, com algum pormenor, quanto ao calendário e perspectivas de concretização desse importante projecto, julgo está bastante vago. E está bastante vago porque as hipóteses são muitas. Como o Sr. Secretário sabe e também como é do domínio público, faltam ainda avançar pelo menos 3 novos blocos para o Hospital de Angra, que de resto se limitam a estar de acordo com o projecto ini-

cial do próprio Hospital. Portanto, no fundo, estamos a dezenas de anos de distância a implementar integralmente o projecto concebido naquela altura.

Era importante uma resposta sobre esta matéria.

Mas, simultaneamente, também se coloca a questão de se é ou não de pensar na hipótese de se estudar a alternativa, que será a construção, de raiz, de um novo Hospital para a Ilha Terceira.

Há ainda uma terceira hipótese, que também é avançada nos bastidores, que é o facto de que, como sabemos, já foi ou vai ser segunda vez inaugurado o novo Centro de Saúde de Angra do Heroísmo...

Presidente: Sr. Deputado, é só para lhe dizer que tem mais um minuto.

O Orador: Sr. Presidente, eu pensei que tinha ainda uma hora e meia!

Presidente: O Sr. Deputado pode fazer outras intervenções até esgotar o tempo atribuído ao seu partido, mas, como pediu a palavra para pedidos de esclarecimento, não pode usar da palavra mais de 5 minutos.

O Orador: Não há possibilidade, Sr. Presidente, de integrar para complemento ou descontar no tempo...

Presidente: Sr. Deputado, o problema não é de descontar no tempo: é que há mais Srs. Deputados inscritos para pedir esclarecimentos ao Sr. Secretário e se o Sr. Deputado usa da palavra para fazer intervenções, esgotando o seu tempo, tira evidentemente a sequência das inscrições. Todavia, pode-se inscrever depois para fazer uma intervenção sobre este assunto.

O Orador: Então, resta-me um minuto, não é Sr. Presidente?

Presidente: Sim senhor.

O Orador: Assim sendo, encurtecia razões e perguntava o seguinte:

- Que perspectivas tem o sector para o caso do Hospital de Angra?

Gostaria ainda de saber, em termos temporais, quando se pensa estabelecer o quadro geral da cooperação entre serviços públicos e eventuais entidades privadas, que está no Programa e o Sr. Secretário referiu-o.

- Há quem refere que o dito "Serviço Regional de Saúde" se baseia no fundo, numa análise muito simples, em 3 bancos de hospitais distritais e 1 helicóptero - isto é mais ou menos a grande base de funcionamento do nosso dito Serviço Regional de Saúde - e estranhámos que não venha aqui nenhuma referência, por exemplo, a essa acção, tão reconhecida - e até já por esta Câmara - da Força Aérea Portuguesa, em todo esse processo do Serviço de Saúde, em relação à população dos Açores. É realmente de estranhar que não haja nenhuma citação nesse domínio.

Gostaria ainda de saber qual é a posição da Secretaria relativamente a um facto importante:

- Assiste-se neste momento a declarações da Social Democrata e responsável pelo Sector Nacio-

nal de Saúde, Ministra Beleza, que já declarou, para satisfação geral, que acabou o Serviço Nacional de Saúde - parece que acabou mesmo; ela já o disse muito clara e simpaticamente!

Ora bem, em relação a essa matéria, na Região está-se a dar os primeiros passos na criação do Serviço Regional de Saúde.

Portanto, pergunto: - Numa altura que se extingue o Serviço praticamente a nível nacional, vai-se investir na criação do Serviço a nível Regional? ...Ou será que já houve contactos com a Ministra Beleza sobre essa matéria?

Relativamente, por exemplo, ao aproveitamento dos médicos, nós sabemos - e o Sr. Secretário disse-o muito bem -...

Presidente: Sr. Deputado, peço desculpa, mas o seu tempo esgotou-se. Depois fará outras perguntas, senão os outros Srs. Deputados ficam lesados nos seus direitos.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Cordeiro para pedir esclarecimentos.

Deputado António Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria que o Sr. Secretário da Saúde me esclarecesse sobre os seguintes pontos:

1ª - Considera ou não necessária a prevenção da especialidade de otorrinolaringologia e de psiquiatria no serviço de urgência do Hospital de Ponta Delgada?

2ª - Sobre a gestão hospitalar, defende este Governo a eleição democrática dos gestores hospitalares, como tem acontecido até hoje, ou vai defender a nomeação directa de pessoas da sua própria confiança?

3ª - Vai-se gastar, segundo tenho conhecimento, 100 mil contos no Hospital Concelhio de Vila Franca do Campo. Segundo penso o Hospital Concelhio de Vila Franca do Campo é propriedade da Santa Casa da Misericórdia. O Estado irá gastar, não somente esses 100 mil porque depois esses orçamentos são sempre actualizados, cento e tal mil. Não seria melhor política enriquecer a Vila Franca com um hospital próprio e que ficaria propriedade do próprio Estado?

4ª - O Governo entende que tem lugar e é desejável a actividade privada no sector da saúde. O Governo, face à evolução do sector, prepara o quadro base de cooperação entre os serviços públicos e privados. Eu pergunto: Quais serão as bases da base de cooperação entre esses serviços públicos e privados?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinto para pedidos de esclarecimento.

Deputado Carlos Pinto (PS): Excelentíssimo Senhor Secretário Regional da Saúde:

O Decreto Regulamentar Regional sobre os Centros de Saúde foi aprovado em finais do ano de 85. Já passaram 3 anos desde a sua aprovação e, contudo, ainda não se processou a sua aplicação. O Sr. Secretário não acha que é tempo já demasiado para que seja aplicado este Decreto

Regulamentar?

O Sr. Secretário, no Programa do Governo, faz uma referência à implementação das valências. Contudo, gostaria de referir que as valências que existem são um resquício da Direcção de Cuidados de Saúde Primários e que, dentro da nova filosofia dos Centros de Saúde, em que um médico clínico-geral, médico de família, tem uma função importante, através dum atendimento personalizado e na globalidade do indivíduo, deixaria de ter justificação a existência das valências.

Referiu-se também ao hiperconsumo de medicamentos, que é uma realidade. Que medidas pensa V. Exa. adoptar para combater o hiperconsumo de medicamentos? Pensa V. Exa., como sucede no Continente, estabelecer também um código de barras para a classe médica?

Neste momento, no Governo Central, fala-se num novo projecto sobre as carreiras médicas. Que sabe V. Exa. sobre a existência deste projecto?

O Partido Socialista também acha que o utente deve ser protegido; apoia a existência de índices de qualidade do gabinete do utente e até secretariar o atendimento dos utentes. Para quando pensa V. Exa. que entrará em vigor esse tipo de atendimento?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte também para pedir esclarecimentos.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Secretário Regional, a pergunta que lhe desejaria fazer era relacionada com as Casas do Povo e com aquilo que já foi anunciado, primeiro ali pelo colega do PSD aquando da sua intervenção acerca da extinção das Casas do Povo e agora confirmado pela sua intervenção.

Diz-se que as Casas do Povo, quando não tenham número suficiente de sócios ou actividade que assim o justifique, serão extintas e passarão para a dependência das Juntas de Freguesia - se entendi bem.

Devo lembrar ao Sr. Secretário que existe o Decreto-Lei 4/82, que, digamos, de uma maneira muito lata, teríamos que considerar a Lei de Bases das Casas do Povo. Não é: é apenas um Decreto-Lei, mas é ela que regula o funcionamento das Casas do Povo e que prevê como é que os seus estatutos devem ser feitos e a que é que devem observar.

O Programa do Governo propõe-se alterar os estatutos das Casas do Povo tão somente. Ora, esses estatutos têm que prever os mecanismos de extinção das Casas do Povo e, segundo este Decreto-Lei, que ainda não foi alterado e que terá de ser respeitado, de acordo com o artigo 3º, quando as Casas do Povo tiverem que ser extintas uma das hipóteses será serem agregadas como

delegações doutras Casas do Povo. Nunca se prevê nesta Lei 4/82 a possibilidade das Casas do Povo, ao serem extintas, serem integradas nas Juntas de Freguesia.

O Sr. Secretário sabe muito bem que em todas as Casas do Povo da nossa Região funcionam terminais de Segurança Social e que em quase todas elas funcionam terminais de saúde. Eu pergunto:

- Tendo em conta que as Casas do Povo que não tiverem base associativa que assim o justifique serão extintas, o que vai acontecer aos serviços que funcionam nas mesmas? - Terão que ser a Segurança Social e a Saúde a assumir directamente essas funções.

Pergunto também ao Sr. Secretário Regional se as Juntas de Freguesia estarão na disposição de assumir ou de ficar com alguns encargos ou com o património das Casas do Povo.

Certamente que uma Junta de Freguesia não recusará aceitar um polivalente novinho em folha e entregue já, mas - e aqui aponta-se nesse Programa para a extinção de determinadas Casas do Povo, passando o seu património para as Juntas de Freguesia - há Casas do Povo que estão instaladas em situações precárias: algumas, na Ilha Terceira, estão instaladas em módulos metálicos desde a ocorrência do sismo. Pergunto também se essas Casas do Povo um dia forem extintas vão ser entregues às Juntas de Freguesia?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para responder às perguntas que lhe foram formuladas.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Respondendo ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, devo dizer que é natural que o Sr. Deputado tenha dúvidas sobre a minha capacidade de desenvolver e de exercer a minha acção governativa - isso é legítimo. É melhor esperar pelo fim dos 4 anos para fazer um juízo mais aprofundado sobre essa acção governativa.

De qualquer maneira, em relação às propostas de investimento que estão no Programa do Governo, o Sr. Deputado sabe, tão bem como eu, que um Programa de Governo é diferente de um Plano de Médio Prazo ou Anual e por consequência a perspectiva em que estão aqui indicados alguns investimentos é meramente a título exemplificativo e não a título exaustivo. Essa descrição exaustiva de investimento será feita em tempo oportuno, quando estivermos a discutir o Plano a Médio Prazo e o Plano Anual.

Em relação à modernização do Hospital de Angra do Heroísmo, o que se pretende é continuar toda a acção que já foi programada pelo anterior Governo, de ampliação das instalações, que é uma necessidade absoluta. Não está prevista, nem é nossa posição, a construção de um hospital novo, de raiz.

Relativamente ao calendário que nós prevemos a cooperação entre o sector público e o sector privado, pois, efectivamente, este é um dos nossos objectivos. Estamos no início do nosso mandato. Temos 4 anos à nossa frente. Será difícil neste momento dizer-lhe o mês em que vai ser celebrado esse procolo.

- Esta resposta servirá também a uma questão idêntica levantada pelo Sr. Deputado do Partido Socialista.

Quanto à "Força Aérea", não me parece que seja o lugar oportuno, em Programa do Governo, com a sua generalidade natural, para fazer elogios à Força Aérea ou a qualquer outro ramo das Forças Armadas ou a qualquer outra instituição civil. Não tenho o mínimo problema de aqui, publicamente, nesta Câmara fazer um elogio e um reconhecimento do Governo Regional à actuação da Força Aérea, que tem tido um papel fundamental na evacuação de doentes, nas ilhas onde é necessária.

Em relação à questão das afirmações da Sra. Ministra, Leonor Beleza, eu efectivamente só vi a notícia na comunicação social e, se algumas das notícias têm fundamento e correspondem completamente à realidade, não sei se esta corresponde, porque não tive ainda oportunidade de ter conversas com a Sra. Ministra. No entanto, não sei até que ponto é que é possível, sem uma revisão constitucional e sem uma alteração profunda de todo este enquadramento jurídico-legal, extinguir o Serviço Nacional de Saúde. Por consequência, enquanto não houver imperativos constitucionais, o nosso Serviço Regional mantém-se e vai-se consolidar.

Responderei agora à questão que o Sr. Deputado do Partido Socialista - e peço desculpa se eventualmente falhar alguma das questões que levantou, porque não tenho a certeza de as ter apanhado todas - sobre os sistemas de prevenção no Hospital de Ponta Delgada em relação a duas áreas: a da psiquiatria e a da otorrinolaringologia. É tudo uma questão de dinheiro, Sr. Deputado! Se fossemos uma Região muito rica teríamos possivelmente todas as áreas em sistema de prevenção. Como efectivamente temos que fazer uma gestão dos nossos recursos económicos, temos que seleccionar, de todas as áreas que existem, aquelas que são absolutamente indispensáveis e o Governo entendeu que estas duas áreas, apesar de importantes, não eram tão importantes como algumas outras, designadamente a da cirurgia. Penso também que as verbas necessárias para manter estes serviços em funcionamento não eram tão "migalhas" como isso.

Em relação à questão da nomeação das administrações e das gestões hospitalares, devo dizer que, conforme está apontado no Programa do Governo e foi apontado na minha intervenção, uma das tarefas a realizar nos primeiros meses de 1989 é efectivamente a publicação de um diploma sobre orgânicas e gestão hospitalar.

Nós entendemos que o sistema de saúde é um sistema global; é um sistema que tem uma cabeça, que é, digamos, a Secretaria Regional, que é o elemento que concebe e que define as linhas políticas de actuação num sector, que depois têm que ser executadas até aos seus terminais. Por consequência, entendemos que a política de saúde que é definida pelo Governo tem que ser executada nos hospitais e nos centros de saúde e para isso é necessário haver direcções e administrações que executem essa política. Não pode haver resistência ou contra-políticas a nível de hospitais ou de centros de saúde contra a política definida legitimamente pelo Governo Regional e é nesta perspectiva que iremos adequar um sistema legislativo e um sistema de designação das administrações hospitalares, que serão isentas: serão escolhidas as pessoas mais idóneas e mais capazes, as quais têm que estar em consonância com a política de saúde definida por este Governo. Não forçosamente, Sr. Deputado, mas também entende - e o Sr. Deputado seria o primeiro a defender - que se o Partido Socialista fosse Governo também pretenderia que nos hospitais e nos centros de saúde a sua política fosse executada como os órgãos legitimamente definidos e constituídos determinaram.

Relativamente a uma questão formulada por outro Sr. Deputado do Partido Socialista (peço desculpa, mas ainda não fixei o nome) sobre os centros de saúde, devo dizer que - e aproveito para lhe lembrar que ontem quando respondi a uma questão levantada pela Sra. Deputada Regina Tristão da Cunha respondi já a esta questão - os centros de saúde já estão criados, os seus quadros estão aprovados e, formalmente, iniciarão as suas funções quando forem nomeadas as respectivas administrações. É uma das tarefas que pretendo também levar a cabo nos primeiros meses de 1989.

Quanto à questão do hiperconsumo de medicamentos, que o Sr. Deputado foi o primeiro a reconhecer como sendo uma realidade e é um mal em termos de saúde pública, independentemente de falar de questões económicas, penso que é uma obrigação, não só dos políticos como também dos profissionais do sector, lutar contra este abuso da utilização de medicamentos.

Nós entendemos que esse combate contra o hiperconsumo deve ser, em primeiro lugar e em primeira linha, desenvolvido pelos próprios profissionais e só no caso de não ser possível outra hipótese é que defendemos soluções de intervenção administrativa nestas áreas.

Em relação à questão da entrada em funcionamento deste organismo de consulta do utente, pois é evidente que é também uma das acções que irá ser desenvolvida ao longo destes 4 anos e vai ser planeada. Neste momento não lhe posso ainda dizer quando é que vai iniciar as suas funções.

Respondendo ao Sr. Deputado do Partido Socialista, Fernando Fonte, dir-lhe-ei que aquilo que disse na minha intervenção está efectivamente na linha do que vem estabelecido no Programa do Governo.

As Casas do Povo, como sabe muito bem, são associações privadas. Nós defendemos o associativismo das populações a nível das comunidades, mas entendemos também que elas devem ser activas e não devem ser moribundas, até por um aspecto pedagógico e de exemplo em relação a outras.

Por outro lado, o facto de funcionarem em terminais de Saúde e Segurança Social, mesmo numa hipótese e nos casos - que esperamos que sejam muito poucos e que até nem se verifiquem - de extinção de Casas do Povo, esses terminais iriam funcionar, porque eles são a essência base do nosso sistema descentralizado de Saúde e de Segurança Social, e seriam desenvolvidos, porque as instalações existem, nomeadamente sob a responsabilidade directa das Juntas de Freguesia, pois não se prevê que se vá criar estruturas, a nível de freguesia, do Governo Regional em relação a esta matéria.

Quanto aos encargos, o Sr. Deputado sabe tão bem como eu que, se eles funcionavam a nível das Casas do Povo, o custo do seu funcionamento e inclusivé do pagamento das remunerações do pessoal eram já encargo do Governo Regional. Se alguns tiverem que ser desenvolvidos por funcionários da Segurança Social, não há acréscimo de encargos por causa disso.

Penso que respondi às questões que me foram colocadas.

Presidente: O Sr. Deputado António Cordeiro pede a palavra porque entende que falta uma resposta.

Tem a palavra.

Deputado António Cordeiro (PS): O Sr. Secretário desculpe, mas eu gostaria de ser esclarecido sobre o critério de se gastar 100 mil contos no Hospital Concelhio de Vila Franca, num edifício que é da Santa Casa da Misericórdia, cujas benfeitorias ficam sempre para a mesma, e a alternativa, que é aquela que prefiro e que as populações de Vila Franca preferiam, de construir um hospital concelhio em Vila Franca do Campo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinto.

Deputado Carlos Pinto (PS): É para solicitar ao Sr. Secretário Regional que me esclarecesse sobre o seguinte:

- O que é que sabe relativamente ao novo projecto em perspectiva sobre as carreiras médicas?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como é evidente, ainda não sei tudo nesta área. Já sei muito, como acho que demonstrei, mas não sei tudo!

Em relação às carreiras médicas, devo referir que as mesmas são carreiras nacionais, que são da responsabilidade exclusiva do Ministério da Saúde e neste momento não lhe posso dar uma informação precisa sobre o estado e o avanço da aprovação destas carreiras.

A mesma resposta funciona em relação à questão do Centro de Saúde de Vila Franca: dada a natureza muito concreta e muito precisa da sua pergunta, neste momento não lhe posso dar uma resposta fundamentada, mas faço conta de oportunamente lhe dar uma resposta sobre esta questão.

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 17,10 horas)

Presidente: Srs. Deputados, peça a vossa atenção para o reinício dos trabalhos.

(Eram 17,45 horas)

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Perante um texto tão vago e impreciso como é o do Programa do IV Governo, em apreciação, para nós reveste importância considerável poder tecer algumas considerações sobre a realidade da ilha cujo círculo eleitoral nos elegeu - as Flores - e esta proposta.

Até ao presente a maior parte da população das Flores tem-se dedicado à agro-pecuária, onde impera uma agricultura atrasada e de subsistência, com problemas da mais variada ordem. Com muita frequência têm sido referidos os atrasos no pagamento do leite adquirido à população, atrasos esses que neste momento vêm desde o mês de Abril; acontece que esse leite neste momento é laborado apenas por uma empresa. Diga-se de passagem, que ao verificarmos a apologia sem limites, nem fronteiras, feita no Programa do Governo à "iniciativa privada" da qual tudo dependerá nos próximos quatro anos e em exclusividade, leva-nos a desejar que essa iniciativa privada se comporte de modo mais humano, mais honesto e mais eficaz do que verificamos nas Flores com a Empresa de Lacticínios, que lá labora; uma das grandes empresas neste sector, a nível Nacional.

Acontece que na Resolução 477/87 aprovada no Conselho do Governo Regional em 17 de Dezembro de 1987 referia-se da necessidade de apoio à União das Cooperativas das Flores e afirmava-se que "a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas mandará de imediato elaborar o projecto das instalações fabris, as quais, após a construção, serão entregues à administração da União". Uma das cooperativas que faz parte da União facultou-nos dois projectos, ambos da responsabilidade do Governo Regional, pelo que supomos que os

projectos estarão elaborados e diga-se de passagem que se foi necessário tanto tempo para a sua elaboração, assusta-nos pensar quanto tempo não será necessário para a sua execução, se tudo continuar ao mesmo ritmo. Mas, gostaríamos de acreditar que durante a vigência deste Governo Regional, a fábrica de lacticínios será construída e poderá laborar em condições de competir no futuro mercado, concorrente e exigente, que nos espera. Porém, dificilmente o descortinamos no programa em apreciação, onde no capítulo da agricultura se continua a repetir aquilo que há muito se diz e o cooperativismo se reduz a dois parágrafos onde nada se diz. Ainda, e em relação à agricultura, valerá a pena lembrar que as Flores é uma das ilhas onde não existe matadouro e que a carne para abastecimento local é abatida naquilo que é chamado "casa de matança", sem as mínimas condições de higiene e salubridade. É esta uma infraestrutura que não é fácil ser executada senão pelo Estado, e para que seja possível incentivar a produção de carne, também é necessário criar as condições para que ela possa ser abatida, preparada, embalada e industrializada, em devidas condições, de acordo aliás com normas comunitárias e até com legislação nacional vigente. Infraestruturas como esta são absolutamente imprescindíveis por em laboração e com urgência. Valerá apenas referir ainda que para o desenvolvimento deste sector são necessárias medidas concretas que permitam, por exemplo, um efectivo apoio técnico aos agricultores, a existência no mercado local dos factores de produção, o que nem sempre acontece, ou melhor, o que por regra nem acontece, apoios à mecanização, não limitados a determinado plafond, mas cuja limitação seja a necessidade, tecnicamente determinada, etc.. Dêem-se as mínimas condições, faça-se uma política que vá de encontro aos interesses dos agricultores e lavradores das nossas ilhas e eles, com o espírito de sacrifício que possuem e com as suas características de trabalho, serão capazes de acompanhar a evolução da nossa sociedade.

Quanto à educação, na resolução que há pouco referi, falava-se na ampliação da Escola Preparatória de Santa Cruz, que continua a funcionar em desdobraimento. Neste momento, para que efectivamente seja assegurada na Ilha das Flores a escolaridade obrigatória não só é absolutamente necessária a ampliação da Escola de Santa Cruz, como é necessário atender ao facto de no Concelho das Lajes não existir qualquer Escola Preparatória, o que obriga crianças de pouca idade a terem de deslocar-se dezenas de quilómetros, e a horas pouco convenientes, para poderem chegar à abertura das aulas, pelo que se torna necessária uma Escola Preparatória nas Lajes, pois só assim o Governo Regional conseguirá, como diz desejar, "atenuar

a superlotação e as longas deslocações dos alunos". Desejamos sinceramente que haja vontade política de o fazer, o que nos é permitido também duvidar, na medida em que também, ainda hoje, crianças de 6 e 7 anos, são obrigadas a deslocarem-se 2 e mais quilómetros, todos os dias a pé, para poderem frequentar a Escola do Ensino Primário; é o que sucede, por exemplo, nos arredores de Santa Cruz.

Quanto ao turismo, a págs. 39 do Programa em discussão lê-se "Para as ilhas de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo poderá ser o turismo" e, desde já, permitam-me salientar este "poderá ser" que não nos diz se será ou não; nós entendemos que a nossa ilha tem condições excepcionais para se transformar, pelo menos, durante o Verão, numa instância turística, essencialmente como local de descanso para aqueles que trabalham. Para isso, há que criar estruturas. Consideramos que se pode e deve desenvolver o turismo, não danificando os bens naturais que são nosso património, os quais também devem ser mantidos e respeitados; o desenvolvimento ordenado deste sector deve salvaguardar os interesses das populações, assim como o equilíbrio da Nossa Terra, no campo paisagístico, ecológico, urbanístico, cultural, etc.. Nós defendemos que é absolutamente necessário que todas as nossas ilhas, sejam consideradas como possíveis destinos turísticos.

Na proposta em apreciação considera-se fundamental o funcionamento regular e efectivo dos Conselhos de Ilha; é uma proposta de intenção, que pela nossa parte considerámo-la estranha, comparando com a realidade existente na nossa Ilha, onde não foi ainda constituído aquele conselho, desde as últimas eleições autárquicas de 1985, e não o foi porque os autarcas locais do PSD e os dirigentes locais do mesmo partido tudo têm feito para a sua não constituição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional propõe-se e citamos "Proteger, classificar e recuperar imóveis considerados de interesse arquitectónico". Pois muito há com valor, para proteger, classificar e recuperar; é impressionante o estado de abandono e degradação em que na Ilha das Flores se encontra o Convento de São Boaventura, estamos convencidos que o monumento de maior interesse histórico e cultural existente na Ilha. Do mesmo modo, a fábrica da Baleia, localizada no Boqueirão, em Santa Cruz das Flores, para além do seu interesse histórico e cultural, é propriedade da autarquia local, degradando-se de dia para dia. Será que nos próximos quatro anos chegará a vez da recuperação deste edifícios?

Quanto à saúde, as Flores vive uma situação deveras angustiante: um único médico, presta assistência médica mínima à população, com

a agravante deste médico já estar colocado em outra unidade hospitalar. Para quando os concursos para preenchimento dos lugares existentes no quadro médico do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores?

Um dos objectivos que o Governo diz ter é, e voltamos a citar, "construir em cada ilha uma estrutura de apoio aos idosos"; há muito que os Governos Regionais anteriores dizem ter esse objectivo nas Flores, e não será demais recordar o consignado na Resolução 477/87 já anteriormente citada "estando inscrita no Plano para 1988 verba para o início da construção do Lar de Idosos das Flores, a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais está já a elaborar, através de entidade idónea, o respectivo projecto" (fim de citação). Na medida em que ainda não foi iniciada a construção do Lar de Idosos, resta-nos desejar que durante os próximos quatro anos ele efectivamente seja construído e posto a funcionar, a bem da população da Ilha.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do Deputado Rogério Serpa do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Cabral.

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com enorme regozijo que subo a esta tribuna, pela primeira vez, firmemente disposto para, nos próximos quatro anos, dar voz e defender a Juventude Açoriana, habituada à bajulação quadrienal e remetida ao esquecimento depois de conquistado o poder.

Em segundo lugar, saúdo todos os Deputados com assento nesta Câmara, eleitos democraticamente no passado dia 9 de Outubro, depois do qual se viu virar mais uma página da nossa autonomia, sendo prova disso a nova configuração desta Assembleia. Endereço, portanto, a todos vós, os melhores votos de um trabalho proffcuo e dignificador do órgão máximo da Autonomia Açoriana.

O Programa de Governo que agora discutimos, da responsabilidade do PSD, como esperávamos, é um documento inconsistente, cheio de declarações de intenção vagas, bem como contraditório porquanto deixa transparecer a aflição do PSD, verdadeiramente aterrorizado com os resultados de 9 de Outubro, em fazer, nos próximos quatro anos, aquilo que, por inércia e incompetência, não conseguiu concretizar em doze anos de poder.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Isso já é "cassette"!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Começa este Programa no seu capítulo 8, dedicada à Juventude, por referir, e passo a citar, "o espaço de desenvolvimento e modernização dos Açores protagonizado pelo PSD desde o primeiro Governo Regional, não prescinde do empenho e participação da Juventude Açoriana aos diversos

níveis de actuação política, social, económica e cultural". Não temos dúvidas que estes considerandos merecerão apoio unânime. Contudo, pela nossa parte estas intenções não são mais do que pura demagogia eleitoral, não sendo difícil desmontá-las. Assim, pode a Juventude Açoriana fazer fé neste Governo, e no partido que o suporta responsáveis por doze anos de Governo nesta Região, tornando o vício como instituição e a filiação partidária como componente curricular **essencial** para o acesso ao emprego, à promoção profissional, à habitação, etc., relegando para plano secundário a competência e, por via disso, a igualdade de oportunidades.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado José Carlos Simas (PSD): Isso é falso!
(Protestos imperceptíveis do PSD e Governo)

Deputado Martins Goulart (PS): Não se enervem!

O Orador: Vou ainda mais longe: que razões poderiam levar a acreditar nas palavras bonitas dirigidas aos jovens, quando se considera imprescindível a participação da Juventude, não se integrando neste Programa a criação do Conselho Regional de Juventude como parceiro social, ao que sabemos, pretensão de várias organizações de juventude, incluindo a própria JSD, com assento nesta Assembleia.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A Juventude representa uma faixa etária importante da demografia da nossa Região.

Considera este Governo que os jovens encontram hoje mais razões para a fixação na sua Terra Natal. O Governo sabe que isto não corresponde à realidade, bastando, para ilustrar este facto, referir que o aumento verificado na emigração, no primeiro semestre deste ano, relativamente ao ano passado, é de 70%. Por outro lado, bastará sentir o pulsar da nossa juventude na escola, no campo, no trabalho, para verificar a desilusão instalada.

O aumento da delinquência juvenil, em nossa opinião, é consequência da falta de perspectivas dos nossos jovens que, assaltados pelo desalento, enveredam por caminhos menos próprios. É verdade que urge adoptar uma política implementadora de acções tendentes à integração e recuperação destes jovens, através de uma melhor assistência social. Todavia, com que assistência social se poderá contar, quando esta, e justiça lhe seja feita, muito faz com a falta de condições que lhe é imposta, não dispondo de meios para uma acção em profundidade que se impunha para esta área?

Deputado António Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Infelizmente existem na nossa sociedade jovens que, por razões várias, sofrem de deficiências

que os impossibilitam de uma participação normal na comunidade.

Importa que o Estado assuma a responsabilidade de minimizar os efeitos impostos a estes jovens pela natureza, através de um apoio efectivo que objective a sua integração plena. Neste âmbito a despartidarização bem como o redimensionamento do Centro de Educação Especial dos Açores impõe-se.

A habitação constitui uma preocupação para os casais jovens. Esta área, cujas dificuldades são de todos sobejamente conhecidas, tem de merecer uma atenção redobrada por parte do Governo.

Hoje, inúmeros casais jovens vivem o drama da habitação que, ainda recentemente, se tornou mais difícil com a suspensão do crédito e com o agravamento dos encargos inerentes à sua aquisição. Neste Programa refere-se a que lhes irá facilitar a aquisição de moradia própria. Como se concretizará?

Estamos conscientes de que não dispõe este Governo de competência limitada para a intervenção directa no crédito à habitação, mas tem possibilidades absolutas de intervir indirectamente nesta matéria através da sua comparticipação por forma a minimizar os encargos advenientes da aquisição de casa própria, compatibilizando-as com os rendimentos auferidos. Pensamos sinceramente que sim.

Na área económica refere este Programa que incentivará a iniciativa empresarial dos Jovens. Sem me alongar muito, perguntaria apenas: quais os resultados do Programa "JEPA" implementado pelo anterior Governo e, ao que julgamos, concluído?

No que diz respeito à cultura em geral e ao associativismo cultural juvenil, em particular, defende este programa que deve ser apoiado, concretizado em agrupamentos de teatro, conjuntos musicais e grupos folclóricos, etc.. A cultura e o Associativismo Cultural Juvenil baliza-se naquelas três áreas do Associativismo Cultural, o que julgamos pouco, se atendermos às inúmeras actividades que se poderiam apoiar nesta área.

A cultura e o apoio ao associativismo juvenil não pode ser vista de ânimo leve, mas sim obedecendo a um apoio integrado que vise garantir a todos o acesso e participação na vida cultural, respeitando e estimulando a liberdade de criação e fruição cultural.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Desporto representa para os jovens uma área importante. O Governo considera prioritária a afirmação do desporto açoriano interna e externamente, através da criação de condições para a presença da Região nos Jogos Olímpicos do ano 2.000.

Senhores Membros do Governo, só quem desconhece a realidade desportiva açoreana pode subscrever uma intenção destas. O desporto na nossa Região

não pode, nem deve ser pensado e tratado como uma área menor, onde podem ser extraídos alguns dividendos eleitorais; o Desporto merece um tratamento devidamente planificado, onde os objectivos têm de ser claros em ordem a perspectivá-lo no tempo, através do respeito pelos patamares da pirâmide a que deve obedecer qualquer projecto de desenvolvimento desportivo. Ninguém mais do que eu gostaria de ver desportistas açoreanos num quadro competitivo olímpico. Todavia, analisando a realidade actual, e a política desportiva seguida na Região nos últimos anos, reconheço ser este objectivo totalmente desenquadrado, comungando, aliás, da opinião dos agentes desportivos responsáveis que ainda existem nesta Região.

Considera este Programa importante a "reorganização do desporto escolar" uma das "áreas fundamentais" para a "Promoção da actividade desportiva no seio da Juventude".

Saudamos a introdução deste conceito no programa, só por si, revelador de uma evolução da prática até agora seguida. No entanto, não podemos deixar de manifestar algumas reservas sobre o sucesso das acções a promover no âmbito do desporto escolar, porquanto, decorrendo a discussão deste Programa, já a Direcção Regional de Educação Física e Desportos iniciou a distribuição pelas escolas do planeamento das acções do desporto escolar, no passado mês de Novembro, documento simples, definidor de datas de execução, que enferma da inexistência de enquadramento e conteúdo programático.

Como pode um projecto de Desporto Escolar resolver os problemas de um desenvolvimento desportivo desequilibrado, quando:

- Não existe uma planificação que integre os conteúdos curriculares em ordem a uniformizar a actividade dos professores e simultaneamente das escolas;

- Não é cumprida a legislação para este sector prevista nos Decretos Regulamentares nº 8/79/A e 13/78/A e a ineficácia da estrutura, constituída por professores com habilitação própria - deixando a Educação Física Escolar entregue aos professores sem habilitação própria -, se torna gritante à luz das preocupações e exigências que este sector merece;

- Quando, ao invés do que se passa no Continente e Região Autónoma da Madeira, onde a Educação Física Escolar se encontra no âmbito da - Orientação Pedagógica - e não conjuntamente com os Desportos, como se verifica na nossa Região.

- Finalmente, quando algumas escolas abarrotam de material e outras lutam com inúmeras dificuldades e apenas sobrevivem socorrendo-se da imaginação e carolice dos seus professores.

Senhores Membros do Governo, cabe-vos a responsabilidade de, nesta área, criar as condições e melhorar a qualidade do desporto que se fornece aos nossos jovens na escola.

A outra componente do nosso desporto situa-se na área Associativa ou Federada. Defende este Programa do Governo o apoio e a criação de incentivos, a criação de uma estrutura que superintenda a área competitiva deste sector; a criação de condições e estímulos à fixação na Região de técnicos desportivos credenciados.

Antes de analisar estes princípios de intenção, há que esclarecer definitivamente as áreas de intervenção do Governo e das estruturas associativas: Apoiar e incentivar a prática desportiva não significa a estatização do mesmo.

Será que a criação de uma estrutura que superintenda a área competitiva federada visa o esvaziamento do conteúdo das diversas Associações Regionais, o que, além de ilegal, feriria os princípios básicos da hierarquia do desporto federado, o qual é consequência da iniciativa privada, da liberdade e direito de associação, consignado na Constituição Portuguesa, bem como o respeito pelos princípios humanistas - tão caros a este Governo -. Em nossa opinião a estrutura a criar deverá ter como princípio fundamental o apoio e incentivo ao desporto federado respeitando a sua liberdade de organização e criatividade, sem tutelas aberrantes e estatizantes.

Não podemos continuar a observar passivamente as dificuldades dos nossos Clubes que participam em competições Nacionais.

Senhor Secretário Regional, as dificuldades que existem no Desporto Federado não poderão ser facturadas com a simplicidade com que o Senhor o fez, ontem, nesta Câmara, ao relacionamento com a DGD, sem ter na sua base uma fundamentação concludente. Se porventura existem ou têm existido algumas dificuldades, elas são, em grande parte, consequência da falta de planeamento atempado: Sabe, por exemplo, Senhor Secretário, que nesta Região as épocas desportivas são planificadas em Outubro, quando no restante território Nacional este faz-se no final da época, que corresponde ao mês de Julho. Assim serão ou não serão óbvias as dificuldades com a DGD?

Finalmente, qualquer projecto de desenvolvimento desportivo assenta particularmente na existência de técnicos. Concordamos. Contudo, conviria realçar que na nossa Região existem técnicos que se encontram inactivos, precisamente por que não se criaram as condições e os estímulos para a sua actividade. Por exemplo, quantas acções de formação realizou a Direcção Regional de Educação Física e Desportos até hoje? E quantos se encontram em actividade? Será humanismo criar condições e estímulos aos de fora quando aos nossos nada se faz? Consideramos importante a vinda de técnicos para a Região, depois de devidamente analisada a nossa situação interna, por forma a preencher lacunas não cobertas pelos técnicos já existentes na Região, fazendo um esforço no seu enriquecimento nas diversas compo-

nentes da ciência do treino.

Todas estas questões terão de ser analisadas em profundidade, através do diálogo entre jovens e restantes intervenientes, no respeito mútuo pelas suas áreas específicas de intervenção e, acima de tudo, a sua capacidade creativa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os Jovens desta Região mereciam mais.

Os Jovens desta Região querem participar activamente nos destinos da sua Terra, com a sua salutar irreverência, criatividade e, principalmente, a força anímica que os caracteriza.

Termino, voltando aos Jogos Olímpicos. Antes da odisseia olímpica do ano 2.000 deveria, este Governo, antes de tudo, ganhar a olimpíada do desenvolvimento regional.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Já está ganha!

(Aplausos do PS e CDS)

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo para pedidos de esclarecimento.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sr. Deputado, eu subscrevo por inteiro as suas preocupações acerca da habitação. O mesmo não poderei fazer em relação àquilo que afirmou, no que diz respeito à demagogia eleitoral e à bajulação.

Só quero sugerir ao Sr. Deputado que recorde os nomes das pessoas que faziam parte do seu "Governo sombra"; donde é que trabalhavam grande parte deles e alguns altos funcionários que levaram ao descrédito desta Administração Regional nos últimos tempos.

(Risos do PS)

Deputado Dionísio Sousa (PS): O que vale é que são vocês que acreditam nisso!

O Orador: O Sr. Deputado, em relação ao emprego, diz que é só para os filiados do Partido Social Democrata, que continua e vai continuar a ser o maior partido na Região. É com satisfação que vejo que de facto uma taxa de 3 vírgula tal de emprego é porque quase todos são do PSD. Vamos continuar com a maioria, Sr. Deputado!

Deputado Dionísio Sousa (PS): É ficcional!

O Orador: Sobre o descrédito nas escolas, Sr. Deputado, lembre-lhe só que a Juventude Social Democrata concorreu no ano passado às eleições para as associações de estudantes e batemos todas! Não me lembro de nenhuma lista da Juventude Socialista que tenha ganho e foram várias em todo o Arquipélago dos Açores!

Quanto ao "ano 2000", Sr. Deputado, pois nós estamos apostados e vamos continuar a apostar no ano 2000 sem medo. Os Srs. Deputados têm medo de futuro; nós não temos: avançamos com clareza

e firmeza à procura dele!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Cabral.

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de fazer um esclarecimento muito rápido.

Penso que de hoje em diante irei pautar a minha actividade aqui nesta Assembleia numa atitude construtiva e que foi essa a atitude que eu tive na minha intervenção.

Não vou gastar muito tempo, porque os meus colegas precisam dele.

Gostaria apenas de dizer ao Sr. Deputado o seguinte:

- Penso que a presença da Juventude nesta Assembleia, quer da JS, quer da JSD, tem que ser dignificada e nós temos a responsabilidade de, durante 4 anos, dignificarmos aqui os jovens; temos que vir para aqui portarmo-nos com atitudes construtivas e não destruir aquilo que se diz ao vivo com verborreia de um lado para o outro.

(Aplausos e vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para um pedido de esclarecimento.

A criação do Conselho Consultivo de Juventude é uma medida e não um princípio.

Este Governo deixou aqui bem claro que pretende prosseguir uma política de juventude através do diálogo e da participação de todos os jovens. Como tal, a criação dum Conselho Consultivo - e não regional - de Juventude será uma medida que será uma consequência natural da natureza que o Governo apõe à sua política de Juventude.

Cóisa diferente é o Conselho Regional de Juventude, que não deve ser criado pelo Governo, mas sim pela sua organização, pela minha organização e por outras organizações de juventude, políticas ou não, e só numa fase posterior, depois de dialogarmos-e eu estou disposto a isso -, é que vamos solicitar ao Governo que reconheça à nossa organização a natureza de parceiro social.

Não desejo que o Governo possa criar parceiros sociais, porque isso seria o pior caminho para ter então uma política de juventude paternalista.

Gostava que me desse um esclarecimento, já que queria que o Governo Regional dos Açores deixasse neste Programa a intenção de criar um Conselho Regional de Juventude.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Cabral.

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quando fiz referência à criação do Conselho

Regional de Juventude tomei em consideração a intervenção que o Presidente da JSD fez, no seu último congresso, aqui na Horta.

Ora, se o Governo cria o Conselho Regional de Concertação Social, por que não cria e institucionaliza em Programa o Conselho Regional de Juventude?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz para prestar o esclarecimento solicitado.

Deputado Vitor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para já, estão em causa dois órgãos de natureza completamente diferente.

Quando o Sr. Deputado à Assembleia da República, Belo Maciel, e Presidente da JSD se referiu à necessidade de criar um Conselho Regional de Juventude não disse que era o Governo que devia criá-lo: disse, sim, o Conselho Consultivo de Juventude. Portanto, continuo a não estar esclarecido, Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Cabral.

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): Nós, JS, entendemos que isso deve ser criado pelo Governo! É muito simples!

Vozes do PSD: Oh!!!

O Orador: Vocês entendem que não; nós entendemos que sim, porque, se existe uma vasta área de intervenção do Governo ao nível da Juventude, esse Conselho Regional de Juventude para nós não é mais do que um órgão que irá fiscalizar e dar sugestões a este Governo nessa área.

Esta é a nossa posição.

Deputado Victor Cruz (PSD): É uma posição estatizante da política de juventude!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Luís Cabral:

Conhecemo-nos há muito nas lides desportivas e, tanto quanto sei, o meu amigo sabe também a minha acção nessa qualidade ao longo de alguns anos que laborámos juntos.

Queria apenas contestar a visão estreita do Sr. Deputado e também do seu partido, ao pôr aqui em causa a ambição política - que é de facto uma ambição política salutar e possível - das olimpíadas do ano 2000, porque temos que reconhecer, em primeira mão, o seguinte:

- Se fosse possível participar já a nível das olimpíadas, o nosso atleta de Karaté já podia ter sido até classificado.

Portanto, eu quero só salientar que, em termos de modalidades individuais, como desportos náuticos, judo, atletismos, etc., podemos efectivamente ter essa ambição.

Agora, vir para aqui com visões restritivas sem grandes horizontes de futuro, é contra tudo

aquilo que a vossa bancada anunciou ao longo da sua campanha eleitoral - e é apenas aqui que estou frontalmente em desacordo consigo, Sr. Deputado!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Cabral para um esclarecimento.

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): Ache perfeitamente legítimo que o PSD e o Governo tenham no seu Programa um objectivo, que é os Jogos Olímpicos. Simplesmente, a Direcção Regional de Educação Física e Desportos aplicou, ao longo dos anos, uma política desportiva onde não houve planificação e onde a "pirâmide" está invertida. Ora nós não podemos definir como objectivo a participação nos Jogos Olímpicos quando existem dois ou três atletas na nossa Região cujas potencialidades são fora do normal, pois isso não assenta num trabalho de base.

Eu acho que nós temos é que pôr a "pirâmide" direita, uma vez que ela está invertida,...

Deputado José Carlos Simas (PSD): Mas não é por milagre!

O Orador: ...porque não podemos pautar a nossa política desportiva pela participação nos Jogos Olímpicos só porque existe um atleta que tem condições fora do normal no Karaté - e que, aliás, já emigrou! Criaram-lhe tantas condições e os objectivos são tão grandes em relação aos Jogos Olímpicos que ele acabou por emigrar!

Deputado José Carlos Simas (PSD): Há muitos emigrantes a nível nacional!

O Orador: A verdade é esta!

Entendo que essa política desportiva tem que ser planificada da base para o topo e tem que ter na sua base uma ampla participação desportiva da nossa juventude e então, lá no topo da "pirâmide", aí é que começarão a aparecer os tais atletas de qualidade e aí é que se começará a pensar em termos de Jogos Olímpicos.

Presidente: Srs. Deputados, voltando às nossas inscrições, tem agora a palavra o Sr. Deputado António Gaspar Silva.

Deputado António Gaspar Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Neste 1º acesso a esta tribuna, saúdo todos os membros deste Parlamento, bem como todo o Governo Regional presente.

E tendo a oportunidade legítima de me pronunciar sobre o Programa do IV Governo Regional, tentarei fazê-lo dentro de alguns aspectos sectoriais, em áreas onde me poderei identificar melhor, quer por razões de sensibilidade e formação, quer por razões de natureza profissional.

E estas áreas são naturalmente as do Trabalho/Mundo Laboral e também as da Agricultura.

Começando no entanto por uma apreciação global a este Programa do Governo, desejava, e antes

de mais, referir o seguinte:

Este programa, surgindo da sequência do programa eleitoral do **Partido Social Democrata**, e que foi apresentado ao Povo Açoriano para se pronunciar no dia 9 de Outubro/88, conferindo-o a maioria, é assim, e quanto a mim, o programa de um partido que está apostado em conduzir o destino do **Povo dos Açores** a um futuro que coloque o ser humano na verdadeira dimensão do **Progresso**.

Progresso esse (como é óbvio) inserido dentro de filosofia **Social Democrata**.

Esta filosofia, por sua vez, está virada para potenciar em primeiro lugar o manancial que o ser humano possui, dignificando-o, dentro das condições humanistas, e só depois valoriza as coisas que rodeiam este mesmo ser humano, conjugando, de seguida, **as duas coisas**, dentro das regras da democracia vivida e praticada por todos, e sem qualquer tipo de excepção.

Em suma, e na concepção social democrata, este programa pretende colocar todos os meios possíveis de desenvolvimento ao serviço do homem, que, encontrando-se no centro deste processo, é o principal usufruidor da sua própria valorização e das coisas que o rodeiam.

Tudo em primeiro lugar pelo homem, tudo de seguida pela sociedade com uma existência justificada pelo próprio homem.

E com o Estado a promover e a justificar condições para a dignificação do próprio homem.

Transpõe estes grandes princípios para quem, neste caso, responde pelo **Estado** e executa pelo **Estado**, somos levados a dizer que este IV Programa, que o Governo Regional se propõe levar a cabo entre 1988 e 1992, tem que levar, e **vai levar mesmo**, os **Açorianos**, e a **Região** que habitam, a um objectivo de **Lugar Privilegiado de Progresso**, onde, para além de se sentirem orgulhosos, participem também no seu processo de desenvolvimento autónómico, como parte integrante do mesmo.

E esse processo, quanto a nós, terá de abranger todas as vertentes da nossa vida social, conforme refere o programa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este IV Programa do Governo Regional leva-nos a acreditar que a Região Autónoma dos Açores, durante estes próximos quatro anos, vai ter mesmo que entrar e caminhar pelos caminhos do **Progresso**.

Progresso esse que, para ser atingido, vai ter que ser vivido, participado, **mas participado dinamicamente por todos** (cada qual no seu lugar): **Assembleia Regional; Governo Regional; Poder Local; Agentes Económicos; Parceiros Sociais** e as restantes formas de **Sociedade Organizada**.

Este **Progresso**, inserido dentro do processo autónómico que nos circunda, e que é de **todos sem excepção**, virá da base deste Programa, que tem que ser posto em prática já no 1º dia após

a sua aprovação neste **Parlamento**.

E posto em prática, com determinação, ousadia, coragem, numa dinâmica progressiva, como se todos os segundos sejam o que há de mais precioso, durante estes próximos quatro anos.

Não podemos perder nenhum tempo e temos todos que ter pressa em fazer coisas boas.

E com este **Programa de Governo** temos todos a possibilidade de fazer estas coisas boas; **para o bem do nosso povo**.

Povo esse que mais uma vez confiou em nós e que quer continuar a confiar em nós por muitos mais anos.

Vamos todos, mas todos, fazer por continuar a merecer esta confiança.

E que este IV Programa do Governo, que acreditamos religiosamente, **seja a fiel cartilha deste desejado progresso**.

Este programa, **pela leitura, análise e conclusões** que tiramos do mesmo, é um documento que, para além de bem elaborado, é também merecedor da nossa plena confiança e é algo que merecerá créditos de honra pelo chamamento que faz a todos aqueles que são sensíveis ao diálogo construtivo para participarem no **Progresso dos Açores**, através de um sistema democrático que é amplamente participado e sobretudo participativo.

Atravemo-nos a dizer aqui (bem alto) que neste momento nem existe outro modo de chegarmos às portas de 1992.

Portas essas que, introduzindo-nos na **Europa Comum**, depois de lá estarmos, cu sobrevivemos com os nossos concidadãos desta **Europa** num mesmo espírito identificativo e de oportunidades semelhantes, ou, caso contrário, somos absorvidos por esta, se não pusermos imediatamente em prática as grandes linhas saídas deste Programa do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sou daqueles que acreditam que vamos conseguir levar esta nossa **Região**, durante estes quatro anos, a este desejável progresso que nos permitirá entrar confiantes na **Real Europa** após 1992.

E creio que a confiança que possui e é mesma que possuem todos os elementos que integram esta nova equipa do Governo Regional.

E o Povo dos Açores sente e está também confiante disso.

E não o vamos desiludir.

Este Programa do IV Governo Regional, para os próximos quatro anos, para além de demonstrar genericamente uma vontade férrea de vencer todos os obstáculos políticos ou de outra natureza que nos vão atingir, dentro das condições normais de qualquer sistema de regime democrático e também dentro de outros obstáculos de cariz egocêntrico, **demonstra também** inovações que me tocam particularmente, pelas áreas de intervenção social e profissional a que estou ligado.

Hoje, para além de sentirmos melhor os problemas que nos ligam, e por tal melhor ou pior nos manifestarmos, sinto que devo aqui dizer que acredito que este programa irá levar os Açorianos e os Açores a uma situação de Progresso, em que muita coisa estará diferente daqui a quatro anos, na mesma relação em que hoje nada está também como há doze anos atrás.

- **Só quem não quer ver é que fica estagnado a pensar noutros tempos.**

- **Só quem deseja o Progresso é que deseja um amanhã diferente para o melhor e bem estar de todos.**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este **Programa do Governo Regional** para os próximos quatro anos aposta para algo inovador, a que nas áreas de **Trabalho/Mundo Laboral** e da **Agricultura** somos particularmente sensíveis.

Esse algo, chama-se diálogo social.

Embra em todos os aspectos genéricos deste programa o diálogo social seja matéria de realce no que toca ao **Conselho Regional de Concertação Social**, com a **dinamização e valorização** que o Governo Regional está apostado a dar a este Órgão (conforme referiu o Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos, em resposta somente às perguntas feitas por Deputados do PSD - estranhámos que a oposição não as tenha feito) estamos convencidos que vai ser possível todas as forças sociais da Região **participarem, viverem** e darem um contributo precioso a um desejo de progresso nestes quatro anos.

O "**Diálogo e a Concertação Social**" traduz assim, e não só quanto a nós, uma das melhores ideias elementares do método democrático, que repousa na liberdade dos poderes e na negociação e compromissos livres entre interesses divergentes ou conflituais, mas que não se assumem como irreductíveis e totalitários.

A democracia, que por vezes não é fácil, também não é uma fórmula orgânica, mas um estado de espírito.

Este Programa do Governo, apontando também para a modernização da Agricultura como uma tarefa fundamental, e dentro das condições naturais, em termos potenciais, não esquece também as vantagens da diversificação.

E nestas vertentes não só se tem em conta os aspectos referenciais do mercado, na sua real dimensão, mas, obviamente, sai-se também das formas da auto-subsistência.

Os problemas que se colocam também em termos de **Caminhos Agrícolas, Água, Energia, Formação Profissional de Agricultores e Trabalhadores Agrícolas** têm de ser e vão ser (disso estamos certos) encaminhados para as suas soluções que serão potenciadas com os devidos investimentos.

E daqui não poderá surgir outro resultado que não seja **melhores condições de trabalho,**

não só para a indispensável melhoria da qualidade dos produtos, com a melhoria dos factores de produção, como também para a dignificação do nosso próprio agricultor como pessoa, que terá de ser colocado no centro deste processo.

A participação activa e responsável de todos os intervenientes sociais da área da agricultura, para um desejado contributo participativo no desenvolvimento e modernização da mesma agricultura, é algo que também atribuímos grande mérito, pois só assim se criará um longo e dinâmico espaço de diálogo aberto e construtivo e com a devida dimensão institucional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Programa do **IV Governo Regional**, para os próximos quatro anos, para além da abrangência que faz às grandes vertentes de cariz sócio-económico para os Açores e para além de cimentar-se numa profunda experiência adquirida ao longo dos últimos doze anos, **estou certo** que vai polarizar asideias e os esforços de todos os **Açorianos**, e que nos conduzirá ao **centro do sucesso**, onde todos nos sentiremos bem, vivendo em paz participada.

É este o objectivo principal deste programa, assente, como é óbvio, na filosofia do **Partido Social Democrata**.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos ao PSD e Governo)

Vozes do PSD : Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ao intervir pela primeira vez desta tribuna nesta Câmara quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar e saudar V. Exas. Senhores Deputados como legítimos representantes do povo em plena liberdade, após as últimas eleições realizadas no decurso do mês de Outubro.

Para todos quero formular os votos de que a vossa acção contribua para prestigiar esta Assembleia, reforçar a Autonomia e proporcionar ao Povo Açoriano a melhoria da sua qualidade de vida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Governo Regional dos Açores ao designar o turismo como uma das áreas prioritárias de desenvolvimento regional visa, promovendo o seu desenvolvimento criterioso, transformá-lo num efeito multiplicador da actividade económica e num instrumento capaz de atenuar alguns dos desequilíbrios e assimetrias regionais ainda existentes.

A contribuição do turismo para a balança de pagamentos é a vantagem mais manifesta, e mais frequentemente citada do turismo na economia, não sendo contudo a única, uma vez que os gastos

efectuados pelos turistas aumentam a procura dos produtos (feito-consumo) e, por consequência, o emprego e rendimento dos vários sectores da economia (o referido efeito-multiplicador).

Sendo ainda difícil efectuar uma análise custos-benefícios ao nível do turismo, visto a sistematização quer das contas nacionais quer regionais tal não o permitirem, reflectindo precisamente as dificuldades em acompanhar um número de actividades tão diversas e fluidas como as que integram o turismo, não restam quaisquer dúvidas que o "peso" das receitas turísticas na atenuação do "déficit" comercial cu no próprio produto interno é suficientemente forte para ser entendido.

Dos estudos mandados efectuar pelo Governo Regional dos Açores, por empresas de reconhecido mérito internacional, sobre as potencialidades turísticas da Região, conclui-se pela viabilidade de que na Região possa ser desenvolvida a actividade turística como sendo um sector susceptível de representar um instrumento económico com impacto no produto, no emprego e, de forma geral, capaz de contribuir significativamente para que a Região possa progredir em termos sócio-económicos.

Os estudos referidos permitem igualmente concluir que as características específicas dos Açores apontam para o desenvolvimento de uma actividade turística, vocacionada para corresponder às necessidades de mercados especializados, cujo quadro caracterizador poderá definir-se, fundamentalmente, pelos seguintes aspectos:

- Importância histórica dos Açores no Mundo;
- Existência de recursos naturais e de qualidade de vida, que possibilitam a satisfação de motivações de descanso e de contactos com a natureza;
- Existência de qualidades e recursos susceptíveis de viabilizar a captação de sectores específicos de mercado e, finalmente,
- A proximidade de Portugal Continental, como sendo um mercado potencial de grande significado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nos próximos anos acentuar-se-ão as alterações de comportamento dos mercados de procura, na linha das tendências que, durante o início da segunda metade da Presente década, se manifestaram de forma notória.

Essas novas tendências, que se traduzem por um progressivo desinteresse de correntes turísticas por áreas concentradas de oferta, induzem novas formas de procura, qualitativa e diversificada, tendo como base o aproveitamento racional dos recursos naturais e culturais.

Estas alterações da procura e os consequentes aumentos dos fluxos turísticos que geram para novas áreas, potencialmente dotadas daqueles recursos, perspectivam para o turismo dos Açores a conquista de posição de particular relevo.

As novas condições em que se processará o desenvolvimento turístico impõem um **crescimento progressivo mas equilibrado**, tendo como referencial a **salvaguarda do ambiente e a valorização do património cultural, traduzindo-se numa oferta diversificada, criativa e inovadora.**

O futuro do turismo estará pois associado à qualidade de vida, à preservação do património natural e histórico e à relação natural entre o homem e o seu meio ambiente.

Os Açores são um destino turístico que possui a maioria dessas qualidades: têm uma imagem, são um destino integrado, em que cada ilha é potencialmente um produto e onde cada valor relevante com aproveitamento turístico pode constituir uma tema da nossa oferta.

De acordo com esta perspectiva de desenvolvimento turístico poder-se-á pois afirmar que **os Açores fazem parte de uma das poucas regiões que hoje constituem a última Europa** em termos de potencialidade na oferta de um turismo de verdadeira qualidade.

O modelo de desenvolvimento que se pretende incrementar nos Açores não será pois comparativo aos praticados noutras zonas em que não foram tidos em consideração alguns dos aspectos atrás mencionados e que fazem com que hoje essas regiões comecem a sentir os efeitos da política então seguida.

Em resumo: **não queremos que o índice de comparação a utilizar para avaliar o nosso desenvolvimento turístico seja o do número de tons. de betão/Km², mas sim o da qualidade/m².**

Por outro lado, é igualmente reconhecido pela Comunidade Económica Europeia que o turismo é um sector de primordial importância, com tendências a aumentar cada vez mais a sua participação na actividade económica dos países membros, com especial relevo para aqueles que se encontram em desenvolvimento.

Tendo isto presente, resulta que o sector do turismo será tomado em consideração nos esforços a fazer pela Comunidade para melhorar o seu mercado interno até 1992, a fim de poder vir a aproveitar das novas oportunidades que lhe são oferecidas com um mercado único de 320 milhões de habitantes.

Aliás, é no âmbito deste espírito que oportunamente será aprovado pela Comissão das Comunidades Europeias o Programa de Interesse Comunitário para a Região Autónoma dos Açores, que engloba um conjunto de projectos e acções a levar a efeito nos próximos três anos e que atingem um valor global de cerca de 18 milhões de contos, dos quais 12 milhões serão comparticipados pela Comunidade.

Sendo reconhecido que um dos principais factores impeditivos do nosso desenvolvimento turístico é o limitado número de unidades hoteleiras existentes e consequente reduzido número de camas

disponíveis, o primeiro grande objectivo será sem dúvida o do aumento da capacidade de alojamento até níveis aceitáveis, de molde a se poder aspirar a fluxos turísticos significativos explorados com maior rentabilidade, assim como a potenciar o aparecimento simultâneo de actividades e empreendimentos complementares. Aumento de capacidade esse, que terá de respeitar prioridades ao nível da tipologia e categoria dos empreendimentos, de modo a que seja acompanhado de uma melhoria da qualidade.

Impõe-se pois a intensificação do esforço de promoção do investimento para o que, para além dos objectivos de simplificação e acessibilidade à informação relevante para o acesso aos sistemas de financiamento em vigor serão revistos os limites das percentagens de financiamento de acordo com as prioridades estabelecidas, assim como na análise dos processos candidatos aos apoios financeiros **será tomada em devida conta a realidade de cada ilha**, no que concerne ao seu estado actual de desenvolvimento turístico e à sua dimensão.

Tendo em vista um melhor conhecimento dos apoios previstos quer na legislação regional quer no sistema de incentivos financeiros ao investimento no turismo -SIFIT- serão efectuadas as acções de esclarecimento julgadas convenientes para uma ampla divulgação junto dos interessados.

Dentro do mesmo espírito será ministrada a formação adequada a pessoas que em todas as ilhas possam de uma forma rápida e eficiente prestar os esclarecimentos necessários, evitando-se, assim, as inconvenientes desvantagens da centralização das informações a fornecer através do departamento central.

Deputado Rui Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: O aumento diversificado e melhoria qualitativa dos equipamentos complementares, nomeadamente na área da restauração, será outro dos objectivos que se pretende ver concretizado nos próximos 4 anos.

Simultaneamente e dadas as condições existentes na Região proceder-se-á ao fomento do turismo de habitação, do turismo rural e do agro-turismo, contribuindo não só para a melhoria da qualidade de vida da população como também, essencialmente, para a protecção e valorização do património cultural, de que a arquitectura regional é expressão de grande interesse turístico.

A evolução recente dos hábitos e preferências dos turistas verificadas noutras zonas, aponta para que existam nos Açores condições favoráveis ao desenvolvimento destas modalidades.

Outro dos principais factores apontados como impeditivos do aumento da oferta turística dos Açores é a acentuada sazonalidade da procura que marca a frequência turística da Região.

Ligada, entre outros factores, a aspectos

climáticos, a períodos e hábitos sociais de férias e respectivos fluxos turísticos, a sazonalidade pode, porém, ser "gerida" com o objectivo de, com rentabilidade, serem encontradas as camadas de utilizadores potenciais menos sensíveis a este fenómeno ou, preferencialmente, para quem os períodos de estação baixa e média sejam os que melhor respondem às suas necessidades e/ou preferências.

Refira-se, a propósito, que parte do fenómeno da sazonalidade está ligado à animação, não só porque a ausência de outros turistas afasta o cliente potencial como, ainda, ela deve ser especialmente estudada para atrair, reter e interessar os que optam pela prática do turismo em épocas menos favoráveis.

Sendo objectivo do Governo atenuar essa sazonalidade, serão criadas condições para a captação de sectores específicos de mercado, dos quais merece especial destaque o do golfe, em que está previsto para breve o início da construção de campos para a prática daquela modalidade, bem como o crescimento de outro já existente.

Paralelamente, serão apoiadas as iniciativas de clubes privados que pretendam igualmente levar a efeito a construção de idênticas infraestruturas, bem como de outras que possam contribuir para o aumento da estadia média dos turistas.

Viagens de estudo científico-turísticas, com base no vulcanismo, na observação de fauna e flora, e actividades subaquáticas, assim como a elaboração de programas de circuitos pedestres são outros dos segmentos que contribuirão de certo para a diminuição do período da denominada "estação baixa".

Apesar das condições adversas normalmente verificadas durante o Inverno para a prática da pesca desportiva - Big Game Fishing - é possível aumentar o período de actividade em que a mesma é exercida e cuja procura tem vindo a aumentar significativamente nos últimos tempos.

Face à existência de recursos dos nossos mares de algumas das variedades mais pretendidas por quantos exercem este tipo de pesca, de que são prova os recordes "Europeus" e "Mundiais" conseguidos recentemente nas espécies de xifideos e tubarões, tudo indica que aquela será mais uma das potencialidades de que dispõem os Açores para o desenvolvimento desejado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A intenção da execução das acções atrás descritas, que decerto contribuirão para o desenvolvimento turístico da Região, não poderão obter êxito se a par delas não for implementado um verdadeiro programa de formação profissional, hoje considerado como elemento central de qualquer política turística.

Numa formação simplista considera-se por formação profissional o conjunto das acções a implemen-

tar com o objectivo de preparar indivíduos para o cabal desempenho de uma função ou tarefa.

O problema portanto é vasto, porque a formação é um sistema evolutivo, até porque se parte do princípio que não tem fim.

Hoje ninguém duvida que a prestação de serviços está fundamentalmente dependente do factor humano, das suas capacidades e conhecimentos profissionais, sendo a indústria turística disso um exemplo.

A expansão rápida e a evolução contínua da economia, com transformações técnicas em mutação constante, exige uma actuação estratégica, só possível através de uma planificação concertada de acções de carácter formativo.

A empresa moderna para ser actuante e competitiva, precisa não só de estruturas, como também e principalmente de homens actualizados. Portanto, a formação no sector turístico tem **que ser encarada como um investimento e não como mera despesa corrente.**

A intervenção da formação profissional não termina, porém, com a entrada na profissão. Numa actividade que evolui para responder à transformação permanente dos gostos, desejos e exigências dos turistas e, também, às flutuações das condicionantes económicas, é indispensável que os profissionais da hotelaria e turismo se mantenham capazes de se adaptarem às novas circunstâncias.

Isso passa por uma formação permanente com aperfeiçoamento e especialização dos seus conhecimentos através da frequência de cursos específicos.

Assim sendo, o Governo propõe-se levar por diante uma política formativa que vise essencialmente:

- A qualidade da nossa oferta;
- A dignificação das profissões hoteleiras, fazendo com que as pessoas sintam orgulho em nela trabalhar;
- A sensibilização para o entendimento do fenómeno turístico.

Para a concretização destes objectivos a Secretaria Regional do Turismo e Ambiente envidará esforços no sentido de:

- Diversificar estruturas de apoio ao ensino;
- Implementar diferentes cursos de formação a nível básico e médio, em função das necessidades e dos locais;
- Intensificar acções de reciclagem e aperfeiçoamento;
- Prestar assistência técnica a empresas carenciadas ou a novas empresas;
- Promover a formação na empresa;
- Implementar seminários e cursos de curta duração, dirigidos aos empresários e respectivas chefias;
- Promover seminários temáticos, tendo em vista a consciencialização, das autarquias, da comunicação social, dos departamentos e organismos

regionais, para a importância do turismo;

- Realização de estágios no continente e no estrangeiro;

- Motivar os jovens para as profissões hoteleiras através de acções de sensibilização.

Na área da promoção, a dicotomia destino turístico-canaís de comercialização coloca problemas específicos à real capacidade de intervenção dos organismos oficiais nos mercados emissores. Isto, porque grande parte do seu sucesso depende não apenas da capacidade de atracção e movimentação das acções promocionais que realizam mas, também, das características da oferta num determinado mercado através dos diversos agentes ligados ao sector.

Incapazes de conseguir obter um contacto directo até à compra, os organismos oficiais competentes terão, de uma forma ou outra, de cooperar ou interessar os canaís de distribuição nos seus produtos, o que coloca uma vez mais a problemática da sua capacidade de imposição de condições ou de direcção da procura.

Assim, e tendo em consideração os objectivos definidos para o desenvolvimento turístico da Região, serão envidados esforços no sentido:

- Do esforço e consolidação da imagem de destino de qualidade, enfatizando um crescimento harmónico baseado na vocação e no património natural e cultural dos Açores;

- Do alargamento das acções a levar a efeito a um maior número de mercados em relação aos quais os Açores se podem revelar num destino interessante e relativamente acessível;

- Da elaboração de um plano regional integrado de marketing, definidor de produtos, de segmentos da procura e de meios de actuação;

- Na elaboração de produtos temáticos geográficos determinados pela vocação de cada ilha e de produtos temáticos monográficos pelo aproveitamento criativo das motivações do património natural e cultural;

- Na difusão de imagens personalizadas, tendentes a proporcionar uma segmentação muito precisa da procura.

Com vista à prossecução dos objectivos definidos, para além dos aspectos referidos, merecerão, entre outros, especial atenção os que se prendem com:

- A importância da gastronomia como motivação turística;

- O interesse que poderá representar o turismo étnico;

- A recuperação de zonas históricas visando o seu aproveitamento turístico;

- A alteração do decreto legislativo regional que criou o Fundo Regional de Turismo, em ordem a garantir os apoios financeiros a conceder;

- A captação da clientela de congressos e convenções;

- O desenvolvimento do termalismo;

- A criação de novos museus e a implementação do jogo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em termos gerais são estas as principais linhas de actuação que a Secretaria Regional do Turismo e Ambiente irá pôr em prática durante o período de mandato deste Governo e cujo objectivo é o desenvolvimento turístico desta Região dentro do quadro que acabei de referir.

No entanto, esse objectivo só será possível atingir se os organismos oficiais puderem contar com a colaboração activa e dinâmica das populações locais, assim como com a participação de todos os agentes económicos directa ou indirectamente ligados ao sector turístico.

A defesa do ambiente e da qualidade de vida é tarefa de todo o colectivo social. Ao poder político, em especial, se cometem responsabilidades de inestimável importância no fomentar das necessárias condições e sua posterior orientação no sentido da desejável motivação de todos os cidadãos para uma activa e esclarecida participação na defesa comum do património natural que, diariamente, a natureza coloca ao nosso dispor. A sociedade de consumo que ameaça este outrora pacato jardim atlântico não deve, nem pode, servir de pretexto para quaisquer temores. Antes, **deverá, sim, servir um maior esforço na preservação do ambiente e da qualidade de vida.**

Propomo-nos devotar à concretização de todas as medidas que, directa ou indirectamente, vão de imediato ao encontro das preocupações dos cidadãos ao nível ambiental e da qualidade de vida. No implementar das mais correctas e convenientes soluções para cada um e todos os problemas ambientais que se nos depararem, estamos certos que consolidamos mais um pilar da basilar qualidade de vida a que se propõe este Programa de Governo no seu conjunto. Com este programa ambiental estamos conscientes de que novas frentes surgirão, com diferentes, mas alicinantes desafios.

Há que lhes dar o conveniente enquadramento técnico-legal, desenvolvendo, dignificando e consolidando a base de apoio onde assentarão os seus princípios orientadores, ao nível da prevenção participação, recuperação, responsabilização e cooperação.

Prevenir qualquer actuação ou actividade susceptível de alterar o ambiente significa fazê-la preceder da caracterização dos sistemas aceitáveis do real conhecimento da evolução das acções a desencadear, com a precisão das suas consequências e o estabelecimento das medidas conducentes à mais adequada solução.

Participar e fazer participar implica, antes de mais, uma forte responsabilização de todos os diferentes grupos sociais ao nível da intervenção, formulação e, porque não, na própria execução da política ambiental.

Recuperar leva à tomada de medidas várias tendentes a limitar os processos degradativos nas áreas onde actualmente ocorrem, promovendo-se concomitantemente a recuperação dessas mesmas áreas.

Responsabilizar o poluidor, efectivo ou potencial, a suportar os encargos resultantes das medidas de protecção, correcção e/ou recuperação do ambiente.

Cooperar aos níveis nacional e internacional com organizações interessadas nos problemas do ambiente e da gestão de recursos naturais, na procura concertada das mais oportunas e aconselháveis soluções.

No entanto, **não nos ficaremos pelo reconhecimento do direito do ambiente. Lutaremos igualmente para que exista o dever de defesa do ambiente.**

Preservaremos os espaços naturais de maior valor, criando reservas e parques naturais, defendendo as lagoas e a orla marítima e implementando áreas protegidas.

Criaremos o ordenamento ambiental do espaço territorial, com a consequente implementação da cartografia e estudos do impacto das acções humanas sobre o ambiente.

Interviremos nos espaços ambientalmente degradados, até como especial forma de defesa dos recursos naturais regionais.

Concretizando, diremos que ao nível das paisagens se pretende a protecção e valorização daquelas que, pela sua diversidade, concentração, harmonia e até pelo sistema sócio-cultural turístico que criaram, se revelam imprescindíveis à manutenção da desejável pluralidade paisagística. Há que estipular critérios selectivos que permitam definir as prioridades de intervenção tanto nas áreas pouco afectadas pela presença humana como naquelas em que esta se afigura mais determinante.

Por outro lado, criar-se-á uma rede de vigilância que garanta a defesa ambiental da Região, com especial relevo para as zonas de reserva natural. Pretendemos não só a conservação da natureza, o equilíbrio biológico e a estabilidade dos diferentes habitats, mas também manter os ecossistemas através de uma racional utilização de todos os recursos vivos.

Neste programa, especial relevo merece a campanha que propomos encetar na luta contra a poluição das nossas águas. Aspectos prioritários dessa luta terão a ver com a definição dos objectivos de qualidade de água, com a protecção do mar contra a poluição, através de medidas específicas a tomar em certos sectores industriais, possuindo-se sempre como pano de fundo a investigação e o seu desenvolvimento.

Quanto à poluição atmosférica há que reduzir a níveis aceitáveis, para protecção dos ecossistemas mais sensíveis, a concentração no ar ambiental da maioria dos poluentes considerados

mais nocivos. Desenvolveremos e poremos a funcionar instrumentos que nos permitam inventariar as missões e principais tipos de fontes poluentes bem como quais as melhores tecnologias disponíveis para a redução da poluição em custos associados, através de toda uma série de redes de controlo.

Fomentaremos a investigação científica aplicada, em cooperação com a Universidade dos Açores e outros organismos e institutos, com vista à obtenção de dados científicos que apoiem as acções políticas regionais no domínio do ambiente e recursos naturais, promovendo-se, igualmente, a informação, divulgação e educação adequadas à consciencialização da população, á problemática da conservação da natureza e do ambiente e numa inter-cooperação com as autarquias locais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em conclusão:

Muito há a fazer, por isso aqui apresentamos um programa arrojado. Nem todos os problemas no passado mereceram a melhor solução. Talvez novos problemas - de maior complexidade - surgirão e são até previsíveis. A salvaguarda de realizações passadas e a conquista dos objectivos a que nos propomos exigem árduo trabalho e vigilância contínua - para tal nos candidatamos. Requer-se o desenvolvimento da sensibilização da opinião pública como forma, por excelência, de exigir um melhor ambiente e qualidade de vida. Há que promover o reconhecimento público que a protecção ambiental - mesmo ao nível do não imediatamente perceptível - justifica o investimento que se lhe destina.

Estou certo que todos os cidadãos e organismos públicos e privados não ficarão indiferentes perante este programa aqui apresentado para aprovação por esta Câmara.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos e vozes do PSD e Governo: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Cordeiro para um pedido de esclarecimento.

Deputado António Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de formular ao Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente um pedido de esclarecimento sobre as seguintes questões:

1ª - Gostei de o ouvir. Foi um enumerado enorme de boas intenções. No entanto, ficou por mencionar um problema, que nós, no Verão, presenciamos quase todos os dias, que é o combate ao campismo selvagem. É inadmissível que as nossas ilhas ainda não pensem verdadeiros campos de campismo. Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional o que é que pensa fazer acerca desta matéria.

2ª - O Ilhéu de Vila Franca é considerado

uma zona natural reservada e tem o seu proprietário, o qual está a querer vendê-lo. Pergunto se é intenção deste Governo possuir o Ilhéu de Vila Franca e continuar a manter uma verdadeira reserva natural. Este problema arrasta-se há longos e longos anos.

3ª - É uma pergunta inocente, sem maldade, mas existe uma lei nacional que reserva zonas de naturismo. Eu gostaria de perguntar a este Governo o que é que pensa sobre esta matéria.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Nós vamos para lá!

(Risos do PSD e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário do Turismo e Ambiente.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente à questão do campismo selvagem, creio que o contacto com a natureza não poderá ser, de forma alguma, considerado como um acto selvagem - evidentemente que depende da forma como ele é feito; das pessoas e da sua educação.

De qualquer forma, devo dizer que está prevista a construção de parques de campismo pela Secretaria Regional do Turismo e Ambiente. Aliás, no conhecido "PNIC" estão inscritas algumas acções nas quais se prevê a construção de parques de campismo. Refiro, concretamente, que está em estudo a construção do parque de campismo nas Sete Cidades, Ilha de São Miguel, que será um processo a desbloquear e a avançar rapidamente.

Quanto à questão do Ilhéu de Vila Franca, que é considerado uma reserva natural, já foram feitas diligências junto do seu proprietário; foi, inclusivamente, feita já uma avaliação por técnicos do Governo e, portanto, é de facto intenção do Governo vir a adquiri-lo. É evidente que o proprietário pode pô-lo à venda, pois é sua propriedade privada e como tal pode anunciá-lo para esse fim. No entanto - repito - é intenção do Governo vir a adquirir o Ilhéu, desde o momento que de facto se chegue a acordo em termos de valores.

Quanto à questão de naturismo, em que - como referiu - existe uma lei nacional cuja aplicação aqui nos Açores depende da autorização e do parecer dos departamentos competentes, vai ser regulamentada e a Região estará presente na regulamentação dessa legislação. Serão salvaguardados os princípios da população da Região e ter-se-á em consideração as condições da Região para a prática do naturismo.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Albano Pimentel.

Deputado Albano Pimentel (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Assembleia reúne pela 4ª vez no espaço de 12 anos, com o objectivo de discutir, analisar e votar o Programa do Governo. Desta vez provavel-

mente de um Governo até 1992, ano em que se efectuará a adesão plena do país e consequentemente dos Açores à Comunidade Económica Europeia.

Com uma composição substancialmente diferente das anteriores, embora permitindo ainda um governo da responsabilidade do PPD, cabe cada vez mais aos deputados eleitos em Outubro do corrente ano efectuarem uma rigorosa fiscalização aos actos do executivo, o que, tendo em conta o passado recente, não só se justifica como se exige.

Embora tendo cada vez menos justificação para serem arrogantes e prepotentes, visto o eleitorado mais esclarecido ter alterado substancialmente o seu sentido de voto, dando à oposição de um modo geral e ao PS em particular uma expressiva votação nomeadamente nas zonas urbanas, o que indubitavelmente relega o Dr. Mota Amaral para a posição em que efectivamente se insere - um líder rural e retrógado - que nunca conduzirá os Açores na senda da modernidade, da Europa Comunitária, do desenvolvimento e do progresso, apesar disso, dizia eu, o Programa do IV Governo que está em discussão nesta Assembleia enferma dos mesmos erros, lacunas e inconsistências dos anteriores. Não passa de um rol de boas intenções, na maior parte dos casos mal articuladas, apoiadas em falsos pressupostos e numa visão idílica da Região, que quem cá vive sabe não ter nenhum ponto de contacto com a realidade.

Se o país está na cauda da Europa, os Açores estão na cauda do país.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Nós estamos em cima da cauda!

O Orador: E para se opor com êxito a esta situação, o PPD faz empossar um governo mais frágil, menos competente e nitidamente menos operacional - se é que isso é possível - do que o anterior. Apelidou-o de Governo de Combate, mas parece ser mais um Governo de guerrilha interna, até porque agora há no Governo dois delfins "ex-equos" para disputarem a sucessão que se vislumbra inevitável e a curto prazo. Espero que sim!

(Risos do PSD e Governo)

Deputado José Carlos Simas (PSD): Também alimenta ilusões, durante algum tempo!

O Orador: A esperança é a última coisa que se perde, Sr. Deputado!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Programa do Governo apresentado à Assembleia não enjeita a paternidade, nem desmente as origens. Um mau governo apresenta um programa débil, que terá certamente, como tem sido habitual, uma execução péssima.

Desse amontoado de banalidades, lugares comuns e pseudo ideologia, ficamos sem saber, por exemplo, o que será e cito "vamos elaborar um novo regula-

mento da concessão de baixas e atestados médicos, tendo em conta a especificidade da Região", página 101 do Programa do Governo.

O que terá de diferente a doença dos trabalhadores nos Açores em relação ao resto do País?

Na página 68 e sob o título "Adaptação do Sistema Fiscal", faz-se uma série de considerações sobre o que pretende o Governo, tais como "Mais equidade na distribuição da carga fiscal", "o combate à evasão fiscal", "simplificar e modernizar a administração fiscal instalada na Região", etc..

Só que não se explicita como, nem com quem, tendo em atenção que todas as estruturas do fisco na Região dependem do Ministério das Finanças, sendo portanto um serviço periférico, para o qual nunca houve capacidade técnica e política de efectuar a regionalização em função da qual se poderia pensar em interferir no sistema tributário.

Já no Programa do Governo apresentado a esta Assembleia em 1984 havia um capítulo intitulado "Sistema Fiscal Regional" que, tal como a maior parte do citado programa, não passou de papel e onde entre várias simpáticas intenções se diz, e cito, "os rendimentos provenientes do trabalho serão objecto de cuidadosa atenção por parte do Governo com vista à redução progressiva da carga fiscal das famílias que têm como única fonte de receita os rendimentos provenientes do trabalho por conta de outrem", fim de citação.

Obviamente que nada disso foi feito e parece-nos que a própria ideia do "Sistema Fiscal Regional" passou a uma versão mais mitigada, intitulada "Adaptação do Sistema Fiscal", que provavelmente em 1992 estará por executar e cairá no esquecimento.

Nas políticas sectoriais e no que toca à Formação Profissional, continua-se a não definir que formação, para quem e em que sectores. Existe um desfasamento total entre as necessidades do mercado de trabalho e os cursos de formação à disposição dos interessados. Esta situação origina que sistematicamente haja excessos de formandos em algumas áreas e "déficit" noutras, o que tem como consequência haver muitos jovens que se especializam numa determinada profissão e não encontram no mercado de trabalho lugar para porem em prática esses conhecimentos, acabando por trabalhar noutro sector profissional ou ficar no desemprego.

Em relação à política de Trabalho, as posições anunciadas no Programa do IV Governo são claramente de pendor paternalista, típicas de quem não entende a livre organização dos Trabalhadores como um dos pressupostos de democracia.

As organizações de classe não precisam nem desejam tutelas, sejam de ordem ideológica, económica ou de tráfico de influências.

Quando os interesses são antagónicos e inconciliáveis, como os que existem entre trabalhadores e patrões, governo e sindicatos, embora seja importante o diálogo e as cedências mútuas, estas

devem acontecer tendo como base o bom senso e os limites da razoabilidade mas sem haver oprimidos, vencedores e derrotados. Para que assim aconteça, a existência de um conselho de concertação social terá que ser mesmo o que o nome indica - concertar e conciliar o que for possível, sem violentar nenhum dos interesses lá representados. Nunca deverá ser um instrumento do Governo para ter as organizações de trabalhadores subservientes e colaborantes à custa de "um prato de lentilhas".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito mais haveria a dizer, mas fica para uma próxima oportunidade. Tentei fazer algumas críticas em relação a algumas áreas do Programa do Governo que me são mais gratas, não esquecendo contudo que na minha opinião todo o programa deste IV Governo, é de um modo geral pouco aliciente, palavroso, mas sem conteúdo e pior do que isso, a prática, como sempre tem sido, será certamente ainda pior que a teoria.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Se o Governo se propusesse dar prioridade à educação, teríamos uma base de acordo, mas, como neste programa se concede prioridade a tantas áreas, fica-nos a dúvida legítima de nele acreditar ou não.

Dever-se-ia, na minha modesta opinião, conceder a esta área a prioridade das prioridades. Esperarei pelo plano e orçamento para me certificar se aí estará contemplada a maior fatia do orçamento.

Os países que hoje se posicionam no top da civilização pela qual afinamos os nossos parâmetros de modernidade, de progresso e de cultura, quer da Europa, quer da América, quer do longínquo Japão cá dinastia meiji, investiram e investem somas astronómicas dos seus orçamentos no Ensino, na Investigação e na Cultura, considerada esta, nas várias vertentes que o seu significado comporta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este programa não releva convenientemente a figura do agente, do motor da educação, que não pode ser esquecido em qualquer programa.

Nos Açores, como aliás no resto do nosso país, é complexa a situação sócio-profissional do educador.

Sem estatuto profissional definido, o agente de ensino enfrenta várias vicissitudes que necessitam de ser resolvidas urgentemente para que os objectivos da educação sejam atingidos.

A formação científica, pedagógica e contínua do professor reserva-me o Programa do IV Governo 2 parágrafos apenas, das suas 143 páginas, mas nem uma palavra à dignificação e gratificação do docente.

Creio que é uma tremenda injustiça para com uma classe que tem sabido sacrificar-se por uma causa a todos os títulos nobre.

É ser professor, nos dias de hoje, é uma tarefa cada vez mais difícil, dada a evolução constante e por vezes vertiginosa do mundo em que vivemos.

Eu tenho, no entanto, fé no homem que aceitou o leme deste barco nos Açores - que conheço -, pessoa com competência científica comprovada e qualidades de trabalho e probidade bastantes para levar a bom termo este barco que tem navegado em mar revoltoso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começamos pelo sector pré-primário. Como V. Exa. sabe, Senhor Secretário, o desenvolvimento da criança na idade dos 4 aos 7 anos vai marcar indelevelmente, segundo os psicopedagogos mais modernos, o futuro feliz ou infeliz do homem de amanhã. É, pois, necessária uma adequada pedagogia que numa forma harmoniosa desenvolva a criança no plano afectivo, psicomotor e cognitivo.

Não há um plano standardizado de conteúdos programáticos para a educação pré-primária.

Naturalmente o educador prossegue o tipo de pedagogia a que se convencionou chamar de "Situação", que requer um débito permanente de espírito criativo e imaginativo que, mais do que outro qualquer grau de ensino, exige trabalhos de grupo, congressos e encontros que permitam a permuta de ideias e experiências.

Que tem feito a super-estrutura regional da SREC neste domínio?

- Muito pouco, Sr. Secretário.

Requer este tipo de ensino uma tipologia de estrutura física adequada à dimensão da criança nesta faixa etária, confortável, bem orientada ao sol, com capacidade volumétrica estudada e com mobiliário adequado.

Visite V. Exa., Senhor Secretário, as instalações das prés desta Região e vai ter surpresas muito desagradáveis.

E que dizer do material didáctico? É confrangedora a sua pobreza.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O analfabetismo constitui uma chaga que cada vez mais é apanágio caracterizador do 3º mundo. Conserva esta Região infelizmente o triste recorde nacional.

Décadas atrás, nesta ilha do Faial, situava-se o recorde nacional do analfabetismo...

Os tempos têm mudado...

Considero, no entanto, duas espécies de analfa-

betismo: o encartado e o regressivo. Ambas as espécies devem ser consideradas por quem tem a responsabilidade deste combate.

Há 12 anos que existe a Educação Permanente nos quadros da Secretaria Regional da Educação e Cultura. Como se percebe que a Região ainda se encontre neste estado?

Há que repensar e pôr em marcha novas formas de actuação que eficazmente debelem esta chaga que não podemos tolerar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os ensinamentos preparatório e secundário debatem-se sobretudo com problemas de ordem pedagógica e científica.

As universidades do nosso país não tiveram, no passado, como V. Exa., Senhor Secretário, se recorda, nem tradição, nem vocação, nem preocupação de ordem pedagógica.

A formação de licenciado ou de bacharel enfermava por isso dessa lacuna.

Os estágios vieram, nalguns casos, atenuar essa deficiência estrutural mas não a resolveram.

E uma das causas do insucesso escolar, possivelmente de não pequena quota de responsabilidade, reside aqui.

Mas ainda mais grave que a falta de formação pedagógica é a reduzida formação científica de muitos docentes sem habilitação própria que leccionam nestes dois graus de ensino. E que o digam as ilhas mais pequenas.

Seria injusto da minha parte não denunciar aqui que se fez um esforço, inclusive monetário, no sentido de atenuar os efeitos negativos de tal situação.

Mas há que procurar outras soluções.

É uma questão, naturalmente melindrosa, que V. Exa., Senhor Secretário, vai ter que enfrentar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A formação contínua e permanente dos docentes dos Ensinos Preparatório e Secundário não existe com carácter sistemático, não está devidamente planificada e por isso não usufrui de conteúdos programáticos consequentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O C.I.F.O.P. (Centro Integrado de Formação de Professores) corresponde às chamadas Escolas Superiores de Educação e destina-se à formação dos docentes do ensino básico, que inclui os educadores de infância e os educadores do ensino pré-primário e preparatório.

O Curso de Educadores de Infância será ministrado em Angra do Heroísmo e o Curso de Professores do ensino primário, em Ponta Delgada.

A manter-se o "numerus clausus" cada um destes cursos comportará, em ocupação máxima, o número de 75 alunos cada.

É um número discente demasiado pequeno para alimentar uma dinâmica pedagógica, administrativa

e docente com elevado nível de competência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

São estas algumas pedradas no charco que entendo dever lançar aqui e que justificam o cepticismo do CDS, precisamente no sector que reputo mola essencial do progresso que todos desejamos para os Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Martins.

Deputado Artur Martins (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Desejo saudar o Povo dos Açores nas pessoas de V. Exas., como legítimos representantes do eleitorado açoriano, na minha primeira intervenção nesta Câmara.

É fundamentalmente um poder político que insere nos seus fins essenciais o progresso social, cultural e material das populações, numa ascensão equilibrada e harmoniosa que passa concretamente pela valorização das autarquias e pela repartição justa dos dinheiros públicos, procurando diminuir as distâncias e fazendo esquecer a complexidade burocrática, contribuindo sobremaeira para a dignificação da democracia, eis o poder local consagrado na nossa Constituição.

Tarefa bem árdua como todas as que assentam na dinamização, no esforço e na melhoria da qualidade de vida das populações, nela têm largo e importante papel, os conselhos de ilha, as assembleias e câmaras municipais, as assembleias e juntas de freguesia.

Muito se tem dito e escrito sobre o poder local, seus órgãos e componentes, suas competências e aplicações a ele inerentes, mas cada vez mais é urgente uma clarificação desse poder e das competências dos seus órgãos encarregues da sua fiscalização, acompanhamento, prossecução e execução.

Porque o PSD é o grande partido do poder local, a experiência vivida nessa qualidade aconselha-nos a prosseguir no revigoramento do papel dos municípios e das freguesias na sociedade açoriana e se bem pensou, melhor o fez o Governo Regional dos Açores, apresentando no seu programa ora à discussão nesta Assembleia que a defesa e fortalecimento da autonomia local representa uma importante contribuição para o reforço da autonomia regional e que o exercício das responsabilidades públicas deve, de maneira geral, ser preferencialmente atribuído às autoridades mais próximas dos cidadãos, devendo por isso as atribuições e competências confiadas às autarquias locais ser amplas, com a consequente responsabilização dos seus titulares.

A administração local, em suma, não é mais do que a efectiva participação das populações

na defesa do interesse público, uma condição importante na satisfação das necessidades locais, do esforço de modernização e do progresso de desenvolvimento da nossa sociedade, daí a promoção do alargamento progressivo das suas competências e reforço dos meios disponíveis, na linha da dinamização verificada nos últimos anos, onde se tem estimulado o papel catalisador que as autarquias têm vindo a assumir no processo de desenvolvimento das nossas freguesias, vilas e cidades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É preciso lembrar, aqui e agora, a tão pouco criativa e desgastante maneira como os autarcas de outrora desempenhavam os seus papéis sócio-políticos. Quantas vezes os autarcas do antigamente não se viam obrigados por força da centralização do poder a darem prioridade de realização de obras que na escala de valores das populações estavam nos lugares derradeiros, em detrimento de outras necessidades quicá de resolução mais rápida e mais económica do que aquelas a que se viam coagidos a executar.

Quantas vezes os autarcas de antigamente não ficavam a sustentar sobre os seus ombros o odioso inerente ás prioridades, que não eram de maneira nenhuma as respostas adequadas aos apelos das populações, mas que tinham de as executar porque assim delas o exigiam.

Felizmente para os órgãos de poder local, para os seus eleitos e para as populações entregues às suas directrizes, que assim já não o é agora e já não o será nunca mais enquanto o Governo Regional for da responsabilidade do Partido Social Democrata. E aqui considero dever realçar que os governos do PSD ao longo destes anos têm tido uma acção supletiva, bastante importante na dignificação das autarquias, apoiando os seus representantes através de uma intervenção rápida que visa contribuir para a resolução dos problemas mais ingentes. Acção esta que começa por dar aos órgãos do poder local um apoio logístico muitas vezes precioso, acabando por abrir as portas a um apoio técnico e humano, o qual se vem fazendo sentir com bastante acuidade, onde nunca foi tão evidente, tão fácil e eficaz o trabalho de equipe e o empenhamento conjunto na resolução dos problemas, entre os membros do Governo e os autarcas, como acontece aqui na Região Autónoma dos Açores.

Cabendo aos órgãos do poder local, conforme as normas constitucionais vigentes, a satisfação contínua dos interesses das respectivas populações, esses objectivos são plenamente atingíveis quando os órgãos autárquicos utilizam a grande "arma" de que dispõem e da qual devem tirar todo o proveito, o planeamento, como forma de mobilização dos recursos humanos e materiais existentes, através de um diálogo íntimo com as populações e com todos os agentes do desenvolvimento sócio-

-económico local. Daqui se infere a necessidade de que um plano de actividades de uma autarquia não pode ser apenas a elaboração de um conjunto de obras que ocasionalmente se pode executar durante um certo período de tempo. A gestão autárquica dos nossos dias deve pois passar por um sistema de planeamento económico, social e democrático, devendo ainda traçar as linhas de um futuro previsível de modo a serem atingidos determinados fins. É, portanto, uma tarefa vital para os órgãos de poder local, na medida em que sem haver um planeamento eficaz é impossível o enquadramento do completo desenvolvimento da freguesia e por conseguinte do concelho.

As áreas de atracção económica, social e ambiental que atenuam as diferenças de nível de vida, entre os meios rurais e urbanos, devem ser visados pelo plano de modo que possibilitem, a curto prazo, uma melhoria geral das condições de vida com um equilíbrio cada vez melhor, entre os diferentes concelhos ou dentro do mesmo concelho, aconselhando a elaboração e actualização dos planos directores municipais, que são instrumentos de política de ocupação do espaço e da contabilização dos interesses económicos, sociais, ecológicos e culturais a uma escala adequada ao município.

Este plano tem de ser compreensível às populações inspirando-lhes confiança ao mesmo tempo que exige delas paciência, uma vez que não se pode fazer tudo ao mesmo tempo e em todas as localidades.

Daí a necessidade de um planeamento autárquico que permita um desenvolvimento de formas de participação das populações e que contabilize os meios e as carências de que a comunidade dispõe ou tem urgência em resolver.

Cooperando na execução das políticas de modernização da agricultura, de crescimento das pescas e da expansão do turismo, através da valorização dos recursos locais, da motivação dos cidadãos para participarem activamente nos projectos de desenvolvimento e de criação de condições e apoios locais que, conjugados com os apoios gerais sejam factor de interesse e de decisão para os empresários, o poder local não pode estar dissociado do desenvolvimento global da Região. As autarquias são os motores locais do desenvolvimento e, nessa medida, contribuem para o todo regional, através da participação das suas populações e do estímulo à criação de riqueza nos respectivos concelhos, conforme se pode ler no programa de Governo que estamos a discutir e que, gostosamente, tenho vindo a citar, como forma de resposta aos desejos aqui manifestados.

Apontando o programa do Governo com muita acuidade o desenvolvimento turístico, a modernização da agricultura e o crescimento das pescas, que são inegavelmente elementos muito importantes

para o aumento dos recursos concelhios e para a necessária fixação das populações, a participação activa do poder local nessas áreas é fundamental e tem que ser uma constante, sendo certo que o Governo Regional saberá, aquando da elaboração dos planos e orçamentos para aos próximos anos, dar corpo e forma a estas vertentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A discussão do Programa do Governo é sempre um momento propício á crítica.

A crítica é um exercício e tem que ser assumida com nobreza. Nós somos pela positiva, nós vemos na crítica um contributo para a construção do futuro, outros fazem dela um instrumento de destruição, esta é a diferença que nos separa de qualquer oposição.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):
Muito bem!

O Orador: Termina como diria Jules Renard:

"Um crítico só deve dizer a verdade.

Todavia, ele deve também conhecê-la".

Disse.

(Aplausos e vozes do PSD e Governo: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Numa sociedade democrática, como é a açoriana, a liberdade de expressão e de pensamento é o suporte e garantia do Regime, do Estado Democrático.

Neste contexto a Comunicação Social é o barómetro da democraticidade que a todos deve contagiar e que por todos tem de ser preservada.

A defesa dos valores democráticos só é possível se enquadrada num espaço de pluralismo e independência, se a liberdade for responsabilmente exercida.

É neste habitat que preconizamos o desenvolvimento da Comunicação Social Açoriana.

As tarefas que lhe são cometidas assim o exigem:

- Reforço da unidade regional
- Defesa ampliada do processo autonómico
- Defesa da cultura e identidade açorianas

Tarefas que pela nobreza do seu conteúdo não se compadecem com malévolas e subterrâneas actuações que quase sempre descambam numa operação plástica do facto social, político e cultural, gizada por caprichos pessoais, por cedência a grupos de pressão.

É por isso que concentramos esforços na formação profissional de jornalistas. Esta é uma das nossas apostas para o sector.

O pluralismo e isenção, a qualidade informativa, não resultam da titularidade do Órgão de

Comunicação que as difunde, mas sim da envergadura profissional e humana de quem dá corpo à notícia.

Por isso as nossas medidas contemplarão todos os trabalhadores da Comunicação Social privada. Tenham eles um vínculo profissional ou de colaboração com as empresas.

Enquanto estas não possuírem uma estrutura dimensionada para a absorção, ou, se quisermos, para o alargamento dos seus quadros profissionais teremos de favorecer o ambiente formativo a quantos labutam numa área tão sensível da sociedade democrática, porque veículo de ideias, de mensagens políticas, económicas, sociais e culturais.

Novas possibilidades técnicas abrem perspectivas inovadoras para o sector, acrescidas de outras determinantes decorrentes do Acto Unico Europeu de 1992.

Quanto a isto não devemos visualizar somente algumas vantagens, que neste sector se corporizam na invasão do espaço informativo pelos mass-media de dimensão supranacional, com especial relevo para os audiovisuais.

Temos desde já de potenciar energias de modo a usufruirmos plenamente do ambiente favorável que se avizinha para a Comunicação Social das Regiões Europeias, para os órgãos de dimensão local.

Estes atenuam os desequilíbrios informativos locais originados pela massificação das comunicações e conseqüente despersonalização dos factos.

O esforço de modernização, que nesta área se traduz na melhoria qualitativa dos serviços prestados pelos Órgãos de Comunicação Social, vai prosseguir com o acompanhamento devido por parte do Governo.

É com um apoio efectivo no processo de modernização dos parques gráficos, com a introdução de tecnologias eficazes nas redacções que se complementarizará o nosso plano de actuação nesta área.

Preconizamos para a população açoriana mais e melhor informação de temática regional.

A manutenção dos laços de autêntica familiaridade, de reconhecimento recíproco entre as gentes locais e as comunidades não residentes passa, também, pela actividade informativa.

Neste plano vamos actuar de modo a ampliarmos os serviços existentes, introduzindo neste circuito novas modalidades informativas até agora não contempladas.

Manter-nos-emos atentos às necessidades e anseios das comunidades açorianas do outro lado do Atlântico, e das que, também livremente, habitam estas ilhas.

Faremos a micro-cobertura televisiva e radiofónica da Região, dando assim sequência à cobertura integral agora concluída, e suportaremos os encargos da criação da respectiva securização das redes.

O segundo canal de TV, em UHF, está igualmente no horizonte da nossa actividade. Ele representa um passo significativo nas oportunidades de acesso à informação e fontes de cultura e lazer. Terá prioritariamente de valorizar a capacidade criativa da nossa Região.

O esforço financeiro que o empreendimento exige terá a devida participação regional. A exequibilidade do projecto depende sobremaneira do dinamismo da empresa concessionária da actividade televisiva no nosso país.

A Região não pode, nem deve, substituir sempre responsabilidades e deveres que a outros são cometidos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tenho naturalmente que aproveitar o ensejo para dar uma resposta curta, ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

A sua linguagem folclórica, própria de ambientes de outras lides que não as desta Assembleia, e por não estarmos em presença da venda de qualquer produto na Praça Pública, acaba por não convencer potenciais compradores - ou seja, falou muito e não disse nada.

Ou melhor, disse duas coisas:

Numa esteve desatento, noutra esquecido.

Esteve desatento porque referindo-me aos apoios atribuídos ao Rádio Clube de Angra e Clube Asas do Atlântico disse-o invocando o decreto legislativo, decreto legislativo regional, Sr. Deputado, não reclamando portanto a sua paternidade, nem para o Governo, nem para o Grupo Parlamentar que o tem suportado.

O esquecimento do Sr. Deputado veio à tona quando referindo-se ao Prémio de Grande Reportagem, Grande Reportagem, não teve presente a intenção do mesmo.

Deputado Dionísio Sousa (PS): É um grande mordomo!

O Orador: Eu explico:

Tal prémio contribuirá, entre outras coisas, para despoletar novas atitudes criativas. É que, Sr. Deputado, as empresas concessionárias de Comunicação Social são por vezes incapazes de proporcionar ambientes inovadores aos seus profissionais.

O Sr. sabe-o muito bem. E até sabe porquê.

Quanto ao resto ...

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros.

Deputado Ricardo Barros (PS): Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Ao direito à informação, consagrado na Constituição da República Portuguesa, não corresponde, ainda hoje, a oportunidade de acesso à informação, situação tanto mais grave quanto, em nosso entender, a formação de uma opinião pública regional consciente e indissociável do fortalecimento da autonomia democrática.

Para que possamos cumprir a missão de que fomos investidos, Governo e Oposição, é necessário

que a opinião pública esteja permanentemente informada de forma objectiva e imparcial sobre o andamento dos negócios públicos e acerca das posições alternativas enunciadas pelas diversas correntes, sem constrangimentos ou pressões directas sobre os Órgãos de Comunicação Social.

O tempo em que vivemos é um tempo de mudanças profundas no domínio da comunicação de massas, sobretudo pelos desafios que colocam as transformações tecnológicas que vem transformando, cada vez mais, a sociedade industrial numa sociedade de comunicação que multiplica as interações entre a economia, a tecnologia e a cultura.

A comunicação à distância, por satélite, as multiplicidades de macro e microcobertura, não já apenas por via hertziana mas também por cabo, abrindo mais as portas ao pluralismo e anunciando o advento de fenómenos alargados de comunicação interactiva, são aspectos que devem estar presentes na definição de uma moderna política de Comunicação Social. Porém, aos desafios de modernidade, entendeu este Governo responder com a repetição de piedosas intenções, sem se coibir mesmo de inscrever no seu programa um parágrafo que, pelo ridículo do seu conteúdo, merece ser citado: assim, a página 49 do programa em análise pode ler-se "Os esquemas de apoio introduzidos pelos anteriores governos são bastante amplos e têm servido de inspiração para outras áreas geográficas." Que esquemas de apoio, Senhor Subsecretário Regional? Certamente que não foram aos senhores jornalistas que cobrem as actividades desta Assembleia a maioria das vezes em precárias condições. Também não creio que tenha sido as rádios locais e nem sequer me parece que haja sido aos jornais diários que só o profissionalismo de meia dúzia de jornalistas os mantém atempadamente nos postos de venda. Quanto à inspiração para outras áreas geográficas de esquemas de apoio implementados na nossa Região, estamos em crer que, a esta hora o Ministro das Comunicações de uma qualquer recém criada República do Terceiro Mundo, dorme tranquilamente agradecido ao Dr. Mota Amaral, o exemplo de eficácia no esquema de apoio à sua Comunicação Social.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Muito bem!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Isso foi copiado em Lisboa, Sr. Deputado-para sua informação!

O Orador: Copiado em Lisboa?!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Todo o esquema de apoio à comunicação social, praticado presentemente no continente, foi copiado de legislação de 86!

Deputado Dionísio Sousa (PS): Têm uma linha directa! Agora com o Cavaco eles copiam tudo!

O Orador: Copiaram mal, Sr. Presidente!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):

Tenha calma, Sr. Deputado!

O Orador: O Sr. Presidente é que parece que está nervoso!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Tenha calma, Sr. Deputado!

O Orador: Este Programa de Governo é aliás, todo ele, um rosário de promessas sempre repetidas e nunca cumpridas - não por escassez de verbas, mas por falta de imaginação e vontade política.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

A responsabilidade dos órgãos de comunicação social na formação da opinião pública, que pretendemos seja cada vez mais esclarecida, deveria ter levado este Governo a dedicar uma atenção mais cuidada às medidas de política para o sector. Assim, para além dos conceitos genéricos inscritos no Programa do Governo, gostaríamos que o Senhor Subsecretário Regional se pronunciasse sobre a necessidade ou não:

- de uma melhoria dos circuitos de distribuição das publicações nacionais e regionais;

- de um apoio eficaz aos jornalistas que cobrem os trabalhos da Assembleia Regional dos Açores, nomeadamente através da sua credenciação permanente, dada a especificidade dos trabalhos parlamentares, muito embora a implementação desta medida seja da responsabilidade desta Assembleia.

Não pretendemos, com esta nossa intervenção, esgotar a problemática da comunicação social embora, modestamente, possamos ter contribuído para que o Governo possa esclarecer melhor esta Assembleia das medidas precariamente sumariadas no seu programa e ao mesmo tempo avaliar da sua abertura a novas propostas que reputamos relevantes para a dignificação e expansão de um sector que se nos afigura da maior importância para a formação da opinião pública regional.

Disse.

(Aplausos e vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Melo Alves.

Deputado Melo Alves (PSD): Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Deputado Dionísio Sousa (PS): Seja bem vindo!

O Orador: Como já foi dito aqui, é a quarta vez que se discute e aprecia neste Parlamento um programa de Governo para quatro anos.

Alguns de nós estão mesmo a iniciar mais um quadriénio nos órgãos de Governo próprio desta Região Autónoma e muitos irão completar dezasseis anos de actividade política regional em cargos de grande responsabilidade. Se é muito na vida de uma pessoa, também já é um lapso de tempo

significativo na vida de uma comunidade.

Para além dos naturais exageros, humanos exageros, nas críticas da oposição e nos louvores da maioria, tem de reconhecer-se que algo se modificou, e se modificou para melhor, na nossa Região ao longo destes anos.

Nem sempre a evolução foi linear, houve avanços e recuos, mas o saldo global é positivo.

Na diferente sociedade açoriana de hoje, os homens e as mulheres que a constituem são, ou têm possibilidade de o ser, mais livres, mais informados, mais cultos, mais participantes na vida comunitária e mais ricos no usufruto de bens materiais e espirituais.

Novos ideais de humanismo e de solidariedade se difundiram e se foram implantando no desenvolvimento da sociedade açoriana, que se pretende mais acelerado e, simultaneamente, mais justo e harmonioso.

Há, porém, que **completar** certas transformações, que **iniciar** outras, que **colmatar omissões**, que **reparar erros** e que **corrigir distorções**.

Estamos satisfeitos por não estarmos satisfeitos. Na verdade, esta maioria orgulha-se de ser capaz de hoje reconhecer que nem tudo está feito, nem tudo foi bem feito. E de o reconhecer sem desesperada arrogância ou inoperante desânimo, mas com a tranquilidade de quem aceita que também é sujeito das grandezas e das misérias da condição humana. Aceita que, tal como aos inimigos ou adversários, igualmente lhe é exigido um esforço pessoal e continuado para ultrapassar os aspectos negativos daquela condição.

Tirámos, pois, **conclusões sérias das indicações dos resultados eleitorais**. Ficámos, porém, serenos e afirmamos **conscientemente** irmos "avançar na esperança".

É assim que anunciamos com calma e programamos com **muita clareza** medidas para corrigir certos aspectos e para alcançar determinadas metas no domínio da organização e funcionamento da Administração Pública Regional.

Fazêmo-lo no Programa do IV Governo, agora em discussão e muito proximamente em execução. Não se trata, portanto, do entusiasmo ou da irresponsabilidade naturais que rodeiam por vezes o programa eleitoral de certos partidos políticos. **Conhecemos a delicadeza e as dificuldades do compromisso** que tomamos perante esta Assembleia e perante o povo que mais uma vez nos deu a maioria absoluta. Temos experiência e não somos embaçados por ilusões de facilidades.

Há, realmente, serena coragem e firme vontade, pois **sabemos muito bem que não vamos contar com a benevolência** da oposição,...

Deputado Carlos Mendonça (PS): Depende da maneira como os senhores se comportarem!

O Orador: ...nem do funcionalismo nem do elei-

torado se não tomarmos as medidas e executarmos as acções com que agora nos comprometemos. Sabemos isso muito bem e esta manhã tivemos-lo bem presente, quanto à benevolência da oposição, através das palavras do Sr. Deputado Carlos Mendonça!

(Risos do PSD)

Deputado Carlos Mendonça (PS): Mas foram todas bem medidas e pesadas!

O Orador: Demasiado pesadas!

(Risos do PSD)

Deputado Carlos Mendonça (PS): Para si, Sr. Deputado, que já está a ficar fraco!

(Risos do PSD)

Deputado Carlos Mendonça (PS): Não é um conceito subjectivo: é objectivo!

O Orador: Estou fraco para os pesos objectivos, não para o peso dessas palavras!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Muito bem!

(Risos do PSD).

O Orador: Repare-se, na verdade, que não se tratando neste caso de um grandioso programa de obras públicas, ou de um espectacular avanço no sector da economia ou sequer de um conjunto de ansiados benefícios sociais, estamos a apresentar um programa de acção que tem que ver com **questões fundamentais** no estado democrático e, simultaneamente, no dia-a-dia do cidadão comum.

Está em causa, efectivamente, desde logo, **a protecção e a defesa dos direitos do cidadão anónimo**, da pessoa vulgar perante a indiferença e por vezes a prepotência dos grandes organismos da Administração Pública ou da sua burocracia. Só quem, como cidadão desconhecido, teve de andar a tratar de assuntos da sua vida, pessoal ou profissional, nas repartições e serviços públicos, sabe os vexames, as perdas de tempo e de dinheiro e as desconsiderações a que foi submetido ou assistiu. As medidas sobre a Administração Pública têm a ver com todo o povo e com cada cidadão desta Região, numa forma directa, imediata e constante.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Apoiado!

Deputado José Carlos Simas (PSD): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, as medidas propostas criarão um clima de maior justiça para com o funcionalismo público. **Ainda hoje temos muitos funcionários competentes, trabalhadores, honestos, pontuais, delicados e dedicados e com sentido de estar ao serviço do público.** Não podem ser confundidos com os preguiçosos, incompetentes, malcriados e corruptos que começa a haver.

Vozes do PS: Apoiado!

O Orador: Além disso, uma Administração Pública ineficiente, lenta, burocratizada e com processos de trabalho antiquados representa um **prejuízo**

para as finanças públicas e um **prejuízo para os cidadãos particulares e para as empresas.** Ainda por cima, significa também uma vergonha e um sinal de descrédito para uma sociedade que se afirma e que se deseja moderna e progressiva.

Toda a gente sabe e sente que isto é assim. O que nem todos sabem é que é muito difícil reformar **realmente** uma Administração Pública instalada e rotineira. Mas o Governo sabe-o e teve a coragem de escrever o que escreveu, de se comprometer como se comprometeu.

Meteu-se numa luta absolutamente necessária, mas que também é uma guerra perigosa.

Pois, bem, o Governo se propõe fazer na moralização, na modernização, na desburocratização e na humanização da Administração Pública, quase só por si justifica o voto favorável que lhe vamos dar.

Pois que **tenha força e cumpra com o que prometeu!**

Daqui a quatro anos o povo verá e julgará.

Tenho dito.

(Aplausos e vozes do PSD e Governo: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: Srs. Deputados, estamos a chegar à hora regimental. Vamos interromper os nossos trabalhos. Recomeçaremos amanhã às 10,00 horas.

(Eram 19,55 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - Reis Leite; PS - Francisco Sousa; CDS - Alvarino Pinheiro).

O Redactor de 2ª Classe: José Maria Dutra da Silva.